



CONJUNTURA ECONÔMICA

do Estado de Alagoas
Jan-Jun/2013 | Volume 14

ISSN 2237-5740



ESTADO DE ALAGOAS

Comércio Varejista alagoano cresce acima da média nacional

p. 51

Turismo: fluxo de desembarques internacionais cresce
significativamente em Alagoas

p. 57

Setor de Serviços é destaque na geração de postos de trabalho

p. 64

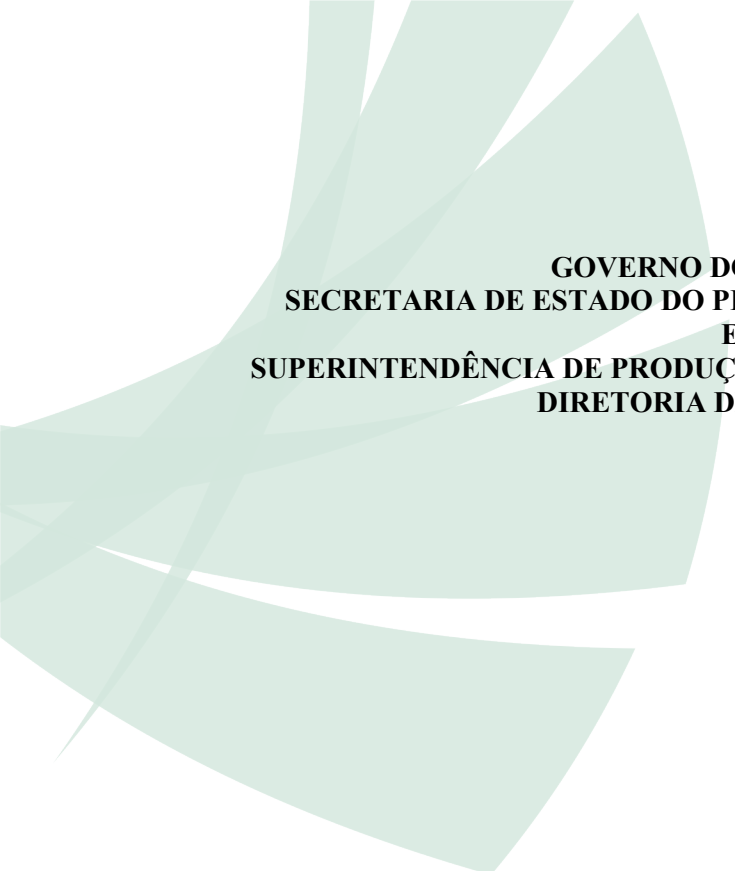
Artigos

**A ALAVANCAGEM DE SISTEMAS REGIONAIS
DE INOVAÇÃO VIA ELEVAÇÃO DE
EXPECTATIVAS: O SEGMENTO DAS *STARTUPS*
EM ALAGOAS.**

Joelma Araujo
Eduardo Setton
Reynaldo Rubem F. Júnior

**O USO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO
GEOGRÁFICA NO MAPEAMENTO DO USO DAS
TERRAS E COBERTURA VEGETAL NO
MUNICÍPIO DE MATA GRANDE - ALAGOAS.**

Elvis Gomes Correia
Marcus de Melo Braga
Evaldo Flávio Gomes Correia



**GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO
SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO
DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS**

**CONJUNTURA ECONÔMICA DO
ESTADO DE ALAGOAS**

Jan-Jun/2013

v.14 n.30

Maceió
2014

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS

Governador - Teotonio Brandão Vilela Filho

Vice - Governador - José Thomaz Nonô Netto

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DO DESENVOLVIMENTO

ECONÔMICO - Seplande

Secretário de Estado- Iásnaia Poliana Lemos Santana

Secretário de Estado Adjunto de Planejamento e Orçamento – José Cândido do Nascimento

Chefe de Gabinete – Mônica Márcia de Carvalho Mendonça

SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO

Superintendente – Thiago José Tavares Ávila

DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS

Diretor – Anderson Henrique dos Santos Araujo

EQUIPE TÉCNICA

Cícera Dinalva Matos Dantas
Eduardo Jorge Cavalcante Ferreira
Josivaldo Galdino de Souza Junior
Marcia Núbia Barbosa Lopes
Silvéte de Albuquerque Nogueira
Thiago Cavalcanti do Nascimento

ESTAGIÁRIOS

Igor Freitas Santos
Suane Gonçalves Pereira

EDITOR

Anderson Henrique dos Santos
Araujo

EQUIPE DE REVISÃO

José Candido do Nascimento
Roberson Leite Silva Júnior
Teresa Márcia da Rocha Lima Emery
Thiago José Tavares Ávila

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Coordenador de Comunicação – Lucas Lisboa

Assessor de Comunicação – Suzana Maria Dias Gonçalves

Designer Gráfico- Arthur de Almeida Nobre Pires

NORMALIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO

Biblioteca Luiz Sávio de Almeida
Gerente – Maria Gorileide P. de Oliveira

NOTA EXPLICATIVA: a publicação teve início em 1977, com o título “Análise Conjuntural” e permaneceu até 1983. Em 1998 passou a ser denominada “Informativo Conjuntural”. A partir de 2011 como “Conjuntura Econômica do Estado de Alagoas”. A sua periodicidade é semestral.

CONJUNTURA ECONÔMICA DO ESTADO DE ALAGOAS é uma publicação anual da Seplande/AL. Disponível para consultas e download no site <http://www.seplande.al.gov.br>. É permitida a reprodução total ou parcial dos textos desta revista, desde que seja citada a fonte.

Bibliotecária Responsável: Maria Gorileide P. de Oliveira – CRB-4/1524

Conjuntura Econômica do Estado de Alagoas. Ano 14 nº 30(1998,)- .

-Maceió: Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico, 2014.

v.: il Color.; 21cm

Semestral

Período: jan-jun/2013

Continuação de: Informativo Conjuntural

ISSN 2237-5740

1. Economia – Alagoas. 2. Estatística – Alagoas

CDU 31: 33(813.5)

Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico –
Seplande

R. Dr. Cincinato Pinto, 503 - Centro - Maceió-Alagoas
CEP.: 57020-050 - Fone: (82) 3315-1504 - Fax: (82) 3315-1525
<http://www.seplande.al.gov.br/biblioteca@seplande.al.gov.br>

sumário

APRESENTAÇÃO 5

ARTIGO 1 7

A ALAVANCAGEM DE SISTEMAS REGIONAIS DE INOVAÇÃO VIA ELEVAÇÃO DE EXPECTATIVAS: O SEGMENTO DAS STARTUPS EM ALAGOAS

CONJUNTURA ECONÔMICA

Agricultura 24

Indústria 31

Balança Comercial 36

Comércio Varejista 46

Turismo 53

Mercado de Trabalho 59

Finanças Públicas 67

ARTIGO 2 80

O USO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA NO MAPEAMENTO DO USO DAS TERRAS E COBERTURA VEGETAL NO MUNICÍPIO DE MATA GRANDE – ALAGOAS

ENTREVISTA 92
Wilton Malta

OUTRAS PUBLICAÇÕES 97

NORMAS PARA ENVIO DE ARTIGOS 99

APRESENTAÇÃO

A Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico (Seplande), por meio da Superintendência de Produção da Informação e do Conhecimento, apresenta a 30ª edição da Conjuntura Econômica do Estado de Alagoas. A publicação mostra a movimentação da economia alagoana no primeiro semestre de 2013, composta por novas temáticas e análises.

O estudo inclui pesquisas, análises setoriais, índices econômicos, infográficos, artigos científicos e uma entrevista. A Conjuntura traz informações de curto prazo sobre os segmentos primário, secundário e terciário da economia nacional, regional e estadual. Os dados referem-se às atividades agrícolas com foco nas lavouras temporárias e permanentes, indústria, além de informações relativas à balança comercial, comércio varejista, turismo, mercado de trabalho e finanças públicas.

O estudo aborda ainda o comportamento da produção, do consumo, das oscilações registradas no mercado de trabalho formal alagoano no primeiro semestre 2013. Destarte, a publicação conta com dois artigos científicos, os quais abordam os seguintes temas: “A Alavancagem de sistemas regionais de inovação via elevação de expectativas: o segmento das startups em Alagoas”; e “O uso de sistemas de informação geográfica no mapeamento do uso das terras e cobertura vegetal no município de Mata Grande – Alagoas”. Por fim, uma entrevista sobre **as mudanças e tendências do comércio alagoano**.

Estudos como este são de vital importância para expressar a dinâmica econômica do Estado, definindo a situação da economia em setores distintos e em curto espaço de tempo. Outro ponto importante, é que este produto tem o intuito de proporcionar confiança aos investidores e consumidores que se interessem pelo território alagoano.

Em nome de toda equipe envolvida no processo, registro aqui os nossos agradecimentos às instituições e às pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho, seja no fornecimento de dados estatísticos ou na produção de textos que integram esta publicação.

Iásnaia Poliana Lemos Santana

Secretária

ARTIGO 1

A ALAVANCAGEM DE SISTEMAS REGIONAIS DE INOVAÇÃO VIA ELEVAÇÃO DE EXPECTATIVAS: O SEGMENTO DAS *STARTUPS* EM ALAGOAS

Joelma Araujo

Eduardo Setton

Reynaldo Rubem F. Júnior

RESUMO

Sob a orientação de uma nova política de CT&I, o SRI de Alagoas vem passando por significativas modificações estruturais. Os primeiros resultados sobre a dinâmica econômica já são identificados. Destaca-se a notabilidade do aquecimento do segmento das *startups* no estado. O objetivo desse artigo é analisar o novo paradigma do setor de TICS em Alagoas no que diz respeito (i) à formação de expectativas, à luz da abordagem keynesiana, e (ii) no tocante aos desdobramentos de um novo paradigma tecnológico sobre SRIs de baixa maturidade, à luz da abordagem evolucionária. O artigo está baseado em um estudo de caso especial, pois, o objeto está em iminente processo de desdobramento. Justifica-se a necessidade de se refletir sobre políticas públicas de CT&I que induzam a criação de novos paradigmas tecnológicos e orientem a formação de expectativas como instrumento para a alavancagem e a estruturação de SRIs imaturos de forma mais rápida. Concluiu-se que em SRIs nos quais as expectativas e os estados de confiança são deprimidos, deve-se priorizar políticas de indução de novos paradigmas, em áreas latentes ou vocacionadas, visando a formação de novos estados de confiança, orientando os investimentos e a formação de expectativas para a estruturação do sistema. O fomento, pela Secti-AL, ao setor de TICS corrobora para a hipótese de que investimentos em novos paradigmas proporcionam a formação de um novo estado de expectativas e de confiança na economia local.

Palavras-chave: SRIs; Formação de Expectativas; Políticas de CT&I.

1. INTRODUÇÃO

Sob a orientação de uma nova política de CT&I, o Sistema Regional de Inovação de Alagoas (SRI) vêm passando, recentemente, por significativas (re)evoluções de ordem estrutural. Os primeiros resultados sobre a dinâmica de alguns setores da economia já podem ser identificados e o caso considerado mais notável é do setor de Tecnologia da Informação, Comunicação e Serviço (TICS).

Dentro do setor de TICS de Alagoas, é o segmento das *Startups* que destaca-se pelo processo acelerado de dinamização e desenvolvimento. O fenômeno é ilustrado pelo aumento expressivo, no intervalo aproximado de apenas três anos, do número de eventos locais e regionais especializados na área ocorrendo no estado. Como saldo, empreendedores digitais alagoanos tem recebido prêmios nacionais e internacionais.

Nesse âmbito, deseja-se ressaltar, sobretudo, os possíveis desdobramentos da elevação do estado de expectativas em setores, ou segmentos, econômicos de Sistemas Regionais de Inovação (SRIs) imaturos,¹ delimitados por regiões caracterizadas historicamente por expectativas pessimistas. Partindo do pressuposto de que a formação de expectativas é um dos principais determinantes para os níveis de investimento da economia (KEYNES, 1996; MINSKY, 2008a; 2008b). Entende-se que a aceleração de uma atividade econômica inovadora em um SRI imaturo e com expectativas pessimistas pode (e deve) ser potencializada sobre o Sistema como oportunidade para a superação estruturada do estágio em que se encontra – principalmente se a área da atividade aquecida for transversal, como é o caso da TICS.

Com base, esse artigo assume a hipótese de que a política de CT&I orientada para o incentivo de atividades chave que inaugurem novos nichos de investimento – como novos paradigmas tecnológicos – têm capacidade ímpar na elevação do estado de expectativas em Sistemas de Inovação com baixo nível de maturidade, podendo

¹ Nesse artigo o quando se designa “SRI imaturo” se quer fazer alusão à definição mais difundida com relação aos Sistemas Nacionais de Inovação (SNI): “Sistemas marcados pelo baixo dinamismo, em razão da desarticulação entre seus componentes. São países que construíram sistemas de C&T, mas que não se transformaram em sistemas de inovação. O sistema de inovação desses países conta com a presença de elementos de infraestrutura científica e alguma capacidade tecnológica do setor produtivo. Além disso, tanto a articulação do sistema quanto a participação da produção intensiva em tecnologia são pouco expressivas. Nesses países, a importância da atividade inovativa para o dinamismo econômico geralmente é limitada.” (SARTORI, 2011).

impulsionar investimentos em outras áreas, até mesmo as tradicionais, oferecendo subsídios à superação, de forma mais rápida, do estágio em que o Sistema encontra-se.

Nesse âmbito, o objetivo traçado é analisar o novo paradigma do setor de TICS sobre o SRI de Alagoas sob dois aspectos: (i) no que diz respeito à formação de expectativas, à luz da abordagem keynesiana, e (ii) no tocante aos desdobramentos de um novo paradigma tecnológico sobre um SRI de baixa maturidade - considerando a perspectiva da abordagem evolucionista.

Deseja-se ressaltar que esse artigo está baseado em um estudo de caso especial, uma vez que o objeto está em iminente processo de desdobramento, até por se tratar de uma nova agenda de investimentos em CT&I a nível regional e até mesmo nacional.²

O estudo proposto justifica-se a partir da necessidade de se refletir sobre a elaboração e proposição de políticas públicas de CT&I que induzam a criação de novos paradigmas tecnológicos e orientem a formação de expectativas – bem como os investimentos privados delas resultantes – como instrumento para conduzir a aceleração da alavancagem e da estruturação de SRIs imaturos.

Além dessa introdução, o artigo apresenta mais quatro seções: a segunda trata da abordagem dos SRIs e sua aplicação ao caso de Alagoas; a terceira versa sobre a formação de expectativas como um determinante para o investimento e a interpretação do segmento alagoano de *startups* sob sua luz; a quarta seção apresenta os principais resultados da discussão propostas e, por fim, a quinta e última seção apresenta as considerações finais do artigo.

2. SISTEMAS REGIONAIS DE INOVAÇÃO (SRI)

Essa seção trata primeiramente da conceituação dos sistemas regionais de inovação e sua relação com o desenvolvimento econômico e social, sob a gestão do estado. Posteriormente, são abordadas as características do SRI alagoano.

² Assim, este também pode ser considerado um dos primeiros estudos sobre os resultados efetivos da política recente MCTI, especificamente quanto ao Start-up Brasil.

2.1. CONCEITUAÇÃO DOS SRI

Cassiolato e Lastres (2005, p.37) conceituam o sistema de inovação como “um conjunto de instituições distintas que contribuem para o desenvolvimento da capacidade de inovação e aprendizado de um país, região, setor ou localidade – e também o afetam”. Os sistemas de inovação são constituídos, principalmente, pelo governo, universidades, institutos de pesquisa e empresas.

Como preconizado pelos modelos que concebem um Sistema Nacional de Inovação (SNI) – Triângulo de Sábato, Hélice Tríplice ou Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) – um dos principais atores do sistema é o governo. É a partir desse agente central do sistema, que as ações dos demais integrantes são orientadas e desencadeadas com a finalidade de atender as demandas consideradas relevantes para o desenvolvimento sustentável da região ou do país (LONGO, 2004; DERENUSSON, 2004; OCDE, 2004). Assim, a agenda política deve ser orientada para o desafio de promover o desenvolvimento sustentável em ambientes de alta complexidade e heterogenia, como os sistemas nacionais e regionais de inovação.

Nesse âmbito, o conceito de Sistemas Regionais de Inovação considera dois aspectos: estudos sobre os Sistemas de Inovação (SI) e estudos sobre Economia Regional. Os primeiros são baseados nas teorias evolucionárias de mudança tecnológica, que tem a inovação como um processo de evolução e ao mesmo tempo um processo social e de aprendizado coletivo. Por sua vez, a Economia Regional, busca delimitar o espaço geográfico da produção e das instituições de acordo com as características sociais, históricas e culturais (COOKE, et al., 2000; ALBUQUERQUE 2012).

Com base, o desenvolvimento econômico e social das regiões está diretamente relacionado ao seu SRI e sua interface com os demais sistemas regionais afins e com o próprio sistema nacional no qual está inserido (COKE, 1997; SARTORI 2011; EDQUIST, 1997; NELSON, 1993). Ao ressaltar a perspectiva de aprendizado localizado, Cassiolato e Lastres (2005) destacam a importância do conhecimento tácito, que define as peculiaridades de uma dada realidade, apontando para a estratégia política

mais adequada e o foco de análise de cada caso (ALBUQUERQUE, 2012). Sendo que o fomento e a orientação estratégica desse desenvolvimento estão, geralmente, a cargo do governo, a partir da formulação de políticas e da gestão do Sistema de CT&I.

Assim, com base no conceito de Sistemas Regionais de Inovação de Cooke (1997) entende-se como região o estado de Alagoas, não apenas enquanto delimitação geográfica, mas, sobretudo, no tocante ao direcionamento e à abrangência das políticas e ações de CT&I da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti), enquanto estado.

2.2. O SRI DE ALAGOAS

Tradicionalmente, o estado de Alagoas é caracterizado pela atividade agropecuária, todavia, a estruturação recente de uma carteira de investimentos de certo vulto, em setores como a indústria sucroalcooleira, a química, especialmente no caso dos plásticos, a metalmecânica e as tecnologias da informação e comunicações, abre perspectivas de construção de um futuro distinto para Alagoas (CGEE, 2013).

Na última década começa a se configurar no estado, uma política de desenvolvimento produtivo que está baseada em dois pilares: (i) na atração de grandes empreendimentos a partir do uso de incentivos fiscais e creditícios a partir da exploração de vantagens comparativas; e, (ii) nas políticas de apoio às micro e pequenas empresas, as quais buscam gerar empregos por meio da inclusão produtiva (CGEE, 2013).

A política de CT&I do estado também é marcada por mudanças, ainda mais recentes, que contam, principalmente com reformulações em sua governança.³ Um dos membros mais importantes da governança do SRI de Alagoas é a Fundação de Amparo à Pesquisa de Alagoas (FAPEAL), que nos últimos dois anos passou por reformas na política de captação e gestão de recursos, permitindo saldar dívidas contraídas com agências nacionais de fomento à pesquisa em exercícios anteriores. Essas reformas possibilitaram por um lado, a obtenção de saldos positivos, aumentando as

³ A governança de CT&I do estado de Alagoas é tacitamente definida por quatro instituições: Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI); Instituto de Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Alagoas (ICTAL); Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL) e o Instituto de Tecnologia em Informática e Informação do Estado de Alagoas (ITEC).

contrapartidas em projetos nacionais, e por outro a ampliação da captação de recursos estaduais para investimentos em projetos de desenvolvimento tecnológico orientados para os problemas do estado.

A Secti, maior ente do sistema de governança do SRI alagoano, liderou entre setembro de 2012 e julho de 2013, o processo de construção participativa do *Plano de Ciência, Tecnologia e Inovação Para o Estado de Alagoas 2023*, sob a condução do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE). Durante a construção foram realizadas diversas entrevistas e oficinas envolvendo mais de uma centena de importantes atores do SRI, como os centros de pesquisa, representatividades do setor produtivo e representantes do governo.

Nesse processo, ressalta-se a Secti assumindo seu papel na articulação do SRI com vistas à elaboração de diretrizes estratégicas para o desenvolvimento econômico e social do estado a partir da política estadual de CT&I – balizada pela política nacional, todavia considerando, sobretudo, as necessidades do SRI alagoano.

Também faz parte das ações estruturantes do SRI de Alagoas a implantação de um modelo de gestão com metodologia nacionalmente reconhecida em três das cinco instituições que compõem a governança da CT&I no estado: a Secti; a Fapeal; o Instituto de Tecnologia em Informática e Informação do Estado de Alagoas (ITEC) e o Instituto de Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Alagoas (ICTAL). Essa estratégia tem por objetivo garantir o planejamento, execução e acompanhamento das ações a serem executadas pela governança do sistema.⁴

No tocante à infraestrutura de CT&I, com a finalização da construção de dois Pólos Tecnológicos no interior do estado (em Arapiraca e Batalha), está-se em fase de implantação do Parque Tecnológico de Alagoas. Para assumir o desafio, o Instituto de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado de Alagoas (ICTAL), criado em 2007 para fazer a gestão do Parque, iniciou suas operações no ano de 2013.

O Pólo de Tecnologia da Informação e Serviços (TICS) na capital, Maceió, teve sua licitação autorizada no fim de abril de 2014. Entretanto, as atividades

⁴ Juntamente com o Conselho de CT&I de Alagoas, composto por representações políticas das principais instituições do Sistema de CT&I de Alagoas.

empreendedoras nesse setor estão em franco processo de desenvolvimento, conforme será tratado mais adiante.

A evolução estrutural recente do sistema pode ser caracterizada por dois aspectos: tanto no que tange a assimilação da nova carteira de investimentos proveniente da nova política de desenvolvimento, quanto à reformulação estrutural da governança do SRI alagoano. Destarte, entende-se que o SRI de Alagoas reúne um conjunto de instituições em plena fase de avanço, tanto do ponto de vista da estruturação quanto da integração, embora ainda não operem de forma totalmente integrada.

3. A FORMAÇÃO DE EXPECTATIVAS E OS NÍVEIS DE INVESTIMENTO

Abstraindo-se das considerações sobre os sistemas de inovação e penetrando em alguns princípios econômicos mais básicos, embora não necessariamente mais simples, essa seção pretende tomar o âmbito da formação de expectativas como um dos principais determinantes nas decisões de investimento. Nesse âmbito, primeiramente será apresentado o referencial teórico para a análise proposta e, posteriormente, será tratado o recente impacto da formação de expectativas sobre o setor alagoano de TICS, especificamente no segmento das *startups*.

3.1. A ABORDAGEM DA FORMAÇÃO DE EXPECTATIVAS DE KEYNES

No capítulo 5, “*A Expectativa como Elemento Determinante do Produto e do Emprego*”, de sua Teoria Geral, Keynes aborda, de forma mais específica, o impacto da formação de expectativas sobre os níveis de emprego e investimento da economia.⁵ O economista considera que

levando em conta certas condições da técnica de recursos e de custo dos fatores por unidade de emprego, tanto para cada firma individual quanto para a indústria em conjunto, *o volume do emprego depende do nível de receita que os empresários*

⁵ Não que a abordagem de Keynes seja a única a tratar a formação de expectativas sobre os níveis de investimento da economia, entretanto, ela é base para as mais relevantes que a isso se propõem. Assim, por questão de objetividade, optou-se por não entrar na discussão da agenda, sem prejuízo para a análise proposta nesse artigo.

esperam receber da correspondente produção. (KEYNES, 1996, p. 60, grifo nosso)

Keynes distingue dois tipos de expectativas, as de curto e as de longo prazo. “O primeiro tipo relaciona-se com o preço que um fabricante pode esperar obter pela sua produção ‘acabada’ (...) [e] o segundo refere-se ao que o empresário pode esperar ganhar sob a forma de rendimentos futuros” (KEYNES, 1996, p. 77). Entendendo, entretanto, que “o comportamento de cada firma individual, ao fixar sua produção diária é determinado pelas *expectativas a curto prazo*” (KEYNES, 1996, p. 78, grifo do autor).

Ao destacar as expectativas de curto prazo como principal determinante nas decisões de investimento das empresas, obtém-se a percepção de que novas atividades econômicas podem ser expectacionalmente oportunizadas em meio às tradicionais, podendo apresentar níveis de investimento superiores, com base nas *expectativas* ascendentes de investimento. Nesse sentido, deseja-se ressaltar que “os resultados *efetivamente realizados* da fabricação e da venda da produção só terão influência sobre o emprego na medida em que contribuam para modificar as expectativas subseqüentes.” (KEYNES, 1996, p. 78, grifo do autor). Ou seja, há um espaço de tempo, entre a produção e a realização da receita, em que os investimentos serão prioritariamente determinados pela formação de expectativas de rendimento.

Porém, Keynes ressalta que, mesmo que os novos investimentos na produção não considerem os resultados obtidos no passado, “os resultados mais recentes desempenham papel predominante na determinação dessas expectativas.” (KEYNES, 1996, p. 80), em outras palavras, se quer ponderar a importância da percepção de continuidade e cumulatividade no processo de formação de expectativas, bem como seus impactos sobre a atividade econômica. “É, portanto, com razão que os produtores baseiam suas expectativas na hipótese de que a maioria dos resultados observados mais recentemente continuará, salvo no caso de haver motivos definidos para se esperar uma mudança” (KEYNES, 1996, p. 80).

As colocações acima jamais querem dizer que, dado o início à formação de expectativas positivas, os níveis de emprego, investimento e produto poderão ser determinados continuamente sem grandes distúrbios. Absolutamente, uma vez que

o estado de expectativas está sujeito a variações constantes, surgindo uma nova expectativa antes que a anterior haja produzido todo o seu efeito, de tal modo que o mecanismo econômico está sempre ocupado com numerosas atividades que se sobrepõem, cuja existência se deve aos vários estados anteriores das expectativas (KEYNES, 1996, p. 80, grifo nosso).

Por essa razão, ao calcular os vários cenários hipotéticos possíveis, o empresário deve atribuir um dado nível de *confiança* a respeito da concretização de cada cenário projetado. Nesse sentido, Keynes explica que “o estado da expectativa a longo prazo, que serve de base para as nossas decisões, não depende, portanto, exclusivamente do prognóstico mais provável que possamos formular. Depende, também, da *confiança* com a qual fazemos este prognóstico” (KEYNES, 1996, p. 160, grifo do autor).

Portanto, a importância do *estado de confiança* sobre a determinação dos investimentos é crucial, uma vez que pondera as probabilidades dos diversos e possíveis cenários projetados no processo de formação das expectativas que determina o investimento. Sendo que a decisão de (não) investir passa pela determinação da expectativa de rendimento que se mostrar mais crível. Assim, Keynes considera que “o estado de confiança é relevante pelo fato de ser um dos principais fatores que determinam essa escala [de eficiência marginal do capital] a qual é idêntica à curva da demanda de investimento.” (KEYNES, 1996, p. 160).

Com essa discussão se quer evidenciar a importância que a confiança e a formação de expectativas têm sobre a determinação dos níveis de emprego, investimento e produto em uma economia. Com base, uma economia com maiores níveis de confiança atribuídos a cenários favoráveis certamente apresentará maiores níveis de investimento.

3.2. FORMAÇÃO DE EXPECTATIVAS E A TICS EM ALAGOAS

O Arranjo Produtivo Local (APL) de TICS, está organizado e estruturado na cidade de Maceió, constituído com mais de setenta micro, pequenas e médias empresas que trabalham de forma articulada para a melhoria da qualidade na prestação de serviços com implantação de modelos de excelência, como o ITIL e o MPSbr. No entanto, o atual destaque é o movimento das *startups* alagoanas, marcado por eventos e mobilizações de vulto local, regional e nacional, bem como premiações internacionais.

O fortalecimento do ecossistema alagoano de *startups* também conta com a formação de comunidades empreendedoras, como a Sururu Valley, que se autodenomina como um “um movimento nascido da união de esforços de empreendedores digitais alagoanos que formam a comunidade *Startup/AL* e tem como foco principal o fortalecimento do ecossistema de *startups* alagoanas.” (SURURU VALLEY, 2013). O nome da comunidade faz alusão ao famoso Vale do Silício, pôr adaptado à realidade local, com o nome de um molusco famoso na culinária do estado, o sururu.

O início da alavancagem do setor pode ser atribuída ao aplicativo alagoano de inclusão social Handtalk, vencedor do prêmio nacional *Solução do Ano*, no evento Rio Info 2012. Recebeu também a premiação internacional de melhor aplicativo de inclusão social do mundo em 2013, no prêmio criado pela ONU, World Summit Award Mobile.

O novo estado de expectativas criado em torno do segmento praticamente triplicou em 2013, com relação ao ano anterior, o número de inscritos no II DemoDay Alagoas, um dos principais eventos de empreendedorismo do estado na área, que também conta com a participação de investidores nacionais de capital de risco. Como resultado Alagoas se tornou bicampeã da Rio Info 2013, com o aplicativo CrowdMobi, que oferece dados precisos sobre a qualidade do serviço prestado pelas operadoras de telefonia móvel do local que o usuário situa-se, entre outras informações.

Em 2014 foi realizado o primeiro Startup Weekend fora da capital em um estado nordestino, no município de Arapiraca. Foi mais de uma centena de inscritos com representantes de Delmiro Gouveia, Aracaju, Maceió, Arapiraca, Porto Calvo, dentre outros. Boa Moradia, um aplicativo que identifica a morada ideal, principalmente para estudantes que precisam mudar de cidade, a partir do perfil desejado, foi o ganhador, garantindo lugar no Demo Brasil Edição Nordeste, que está ocorrendo nos dias 29 e 30 de Abril em Maceió.

O Demo Brasil Edição Nordeste, por sua vez, é outra quebra de paradigma – até para o nordeste: é a primeira vez que um evento digital desse porte ocorre na região.

O Governo do Estado de Alagoas, por meio da Secti, tem atuado em parceria na realização dos eventos. No Demo Nordeste outras secretarias de estado como a Secom e a Seplande também são parceiras.

Apesar dos avanços no ecossistema empreendedor digital, há ainda que se aprofundar o processo de inovação nessa área, aproximando as ações empreendedoras das universidades e vice-versa.

Todavia, antes do recente aquecimento, o mercado de TICS que já era considerado estratégico para Alagoas, tanto que o governo estadual aportou 15 milhões do BNDES para construção do Polo Tecnológico de TICS, como forma de induzir o desenvolvimento do setor com foco em tecnologias inovativas. O projeto teve a licitação aprovada em abril de 2014 e espera-se o início das obras no mesmo ano. No entanto, os investimentos do governo no setor não se limitam a infraestrutura. A Secti tem realizado ações de estímulo ao setor, apoiando e incentivando capacitações e eventos de promoção do empreendedorismo na área.

Por fim, se deseja ressaltar que o sucesso mundial do aplicativo alagoano HandTalk serviu como porta de entrada para a descoberta de uma vocação até então desconhecida em Alagoas. O segmento de *startups* digitais em Alagoas passa por um processo de aumento (quase súbito) da confiança dos agentes, mais especificamente dos empreendedores e dos investidores, tanto a nível local quanto nacional, sobre as expectativas de rendimentos positivos dos investimentos na área.

4. A FORMAÇÃO DE EXPECTATIVAS E A ESTRUTURA DO SRI EM ALAGOAS

A despeito de ser recente, já se pode tecer algumas avaliações do segmento de *startups* em Alagoas: (i) as ações estratégicas da política estadual de CT&I no incentivo ao desenvolvimento do novo paradigma da TICS em Alagoas e (ii) os primeiros resultados do processo de formação de expectativas positivas, que está proporcionando investimentos sobre o novo paradigma no setor.⁶ Sobretudo, o cenário permite também

⁶ Os desdobramentos da formação de expectativas dos investimentos no setor de TI sobre os outros setores da economia e sobre a estrutura do sistema poderão ser objeto de outro paper.

apontar algumas potencialidades e riscos dessa nova agenda sobre o SRI alagoano, que pode servir como proxy para outros com características semelhantes.

Deseja-se destacar que, em SRIs caracterizadas por baixos níveis de confiança e expectativas deprimidas, atividades completamente inovadoras (até mesmo novos paradigmas tecnológicos), podem acarretar maiores desempenhos nos níveis de investimento relativamente às atividades tradicionais. Isso pode ocorrer porque a nova atividade tem menores chances de ser contaminada com os baixos níveis de confiança característicos à região e predominantes sobre as atividades tradicionais, antes disso, é mais provável que se desenvolva uma nova identidade sobre a qual o estado de confiança seja diferenciado. Proporciona-se assim a formação de expectativas positivas em tendência de ascensão, enquanto, no mínimo, se concretizarem os resultados dos investimentos precedentes.

Deve-se ter em mente, sobretudo, que a formação de um novo estado de confiança positivo dos agentes internos e externos, que proporcione o aquecimento de um segmento ou área do SRI, pode influenciar os níveis de confiança em outras atividades latentes no sistema, produzindo a alavancagem de expectativas positivas sobre todo o SRI, entendido sob uma perspectiva holística. Esse processo pode ser intensificado especialmente se a nova atividade apresentar características transversais (sendo esse o caso aqui estudado).

Essa percepção é extremamente relevante na formulação de políticas de CT&I para SRIs caracterizados pelos baixos níveis de confiança (por parte dos investidores internos e externos) na probabilidade de obtenção de retornos positivos sobre os investimentos.

Com efeito, deve-se entender a política de CT&I não apenas como um direcionamento arbitrário de diretrizes de desenvolvimento, mas, sobretudo, como um instrumento de orientação e elevação do estado de confiança dos agentes, especialmente os empreendedores. Essa percepção deve ser ainda mais ampliada em políticas voltadas para regiões caracterizadas por baixos níveis de confiança e com expectativas deprimidas, que geralmente apresentam vocações latentes – como pode ser considerado o caso do segmento das *startups* digitais em Alagoas.

Ademais, devem-se considerar também os desdobramentos desse novo paradigma expectacional sobre a estrutura de sistemas regionais imaturos: (i) Positivos: elevar o estado de expectativas e confiança no SRI, alavancando investimentos em outras áreas, tanto as afins quanto as não necessariamente relacionada à nova atividade. O novo boom de investimentos pode caracterizar-se como oportunidade para alavancar o desenvolvimento estrutural do sistema, desde que adequadamente gerido. (ii) Riscos: a incapacidade estrutural do sistema regional para absorver o novo nível de investimentos privados de forma estruturante e articulada.

Com base no que foi discutido, preconiza-se que, em regiões cujas expectativas são deprimidas: (i) deve-se tomar como prioridade de política pública de CT&I o incentivo ao desenvolvimento de novos paradigmas tecnológicos baseados nas vocações locais, pois, podem originar um novo estado de confiança; (ii) deve-se gerenciar a formação de expectativas de modo a evitar que especulações desvirtuem investimentos estruturantes; (iii); deve-se induzir a formação de expectativas para o desenvolvimento de áreas latentes ou vocacionadas consideradas estratégicas para o desenvolvimento estrutural do Sistema.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi proposta uma análise sobre os possíveis desdobramentos da elevação do estado de expectativas em setores ou segmentos econômicos de SRIs imaturos e caracterizados historicamente por expectativas pessimistas à luz das abordagens evolucionista e keynesiana. Partiu-se do pressuposto de que a formação de expectativas é um dos principais determinantes para os níveis de investimento da economia. Discutiu-se sobre a abordagem dos SRIs e sua aplicação ao caso de Alagoas; apresentou-se a abordagem da formação de expectativas como um determinante para o investimento, interpretando-a para o segmento alagoano de *startups*. Como resultados da discussão, foram apresentadas algumas sugestões de política de CT&I, baseadas na formação e indução de expectativas positivas para a alavancagem e estruturação de SRI imaturos.

O estudo de caso realizado mostrou que a formação de expectativas no setor de TICS de Alagoas – que estão confirmando-se sucessivamente – tem revelado uma nova

vocação local. Sendo esse apenas o início dos desdobramentos do processo de elevação do estado de confiança dos investidores e empreendedores locais. O estudo contribui para a hipótese de que o políticas publicas de CT&I para indução de investimento em novas atividades, ou mesmo novos paradigmas tecnológicos, em regiões com expectativas deprimidas e com SRIs imaturos pode ser um importante instrumento para promover, de forma mais rápida, a alavancagem e o desenvolvimento estrutural dos SRI. Podendo também incluir sistemas regionais periféricos no circuito nacional.

Esse processo justifica-se porque, primeiramente propõe uma nova agenda de investimentos, que é pouco influenciada por antigos estados de confiança – que naturalmente afetam as áreas tradicionais – instituindo uma nova identidade regional caracterizada por maiores níveis de confiança atribuídas a expectativas de rendimentos positivos. Segundo, porque permite a contaminação positiva de expectativas sobre outros segmentos do sistema, especialmente os latentes ou vocacionados, alavancando todo o SRI, visto sob uma perspectiva holística – processo que pode ser potencializado se a atividade chave apresentar caráter transversal, como é o caso da TICS.

Todavia, nesse âmbito ressalta-se a indispensabilidade de políticas públicas de CT&I que orientem os trajetos do novo nível de investimentos com vistas à sustentabilidade estrutural do auspício conjuntural e vocacional, que pode correr o risco de não ser continuado ao longo do tempo, especialmente em SRIs ainda incipientes, com níveis de confiança e formação de expectativas deprimidas e/ou muito voláteis. Ora, o que se quer destacar é a crucialidade da gestão do SRI orientada para a estruturação e sustentabilidade dos resultados das políticas regionais de CT&I de incentivo e indução de atividades que originam novos estados de confiança no sistema.

Sob a perspectiva abordada nesse artigo, a política local de CT&I é enfatizada como instrumento para o deslanche de regiões deprimidas, a partir da melhora do estado de confiança dos investidores nacionais e da elevação da confiança e auto-estima dos investidores regionais; de modo que se origine um novo nível de expectativas, que, por sua vez, sejam capazes de determinar uma escala de investimentos ascendentes e orientados para o desenvolvimento econômico e social da região.

6. REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, P.P Sistema alagoano de inovação: organização institucional necessária para o desenvolvimento. Dissertação de Mestrado. UFAL. Maceió. 2012.
- CASSIOLATO, J.E.; LASTRES, H. Sistemas de Inovação e Desenvolvimento – as implicações de política. São Paulo, v.19, n.01, p.34-45, 2005.
- CGEE. Produto 4 - Plano de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Alagoas - Proposta Final. 2013.
- COOKE, Philip *et al.* Regional innovation systems: institutional and organisational dimensions. *Research Policy*, n. 26, p. 475- 491, dec.1997.
- COOKE, P.; BOEKHOLT, P.; TÖDTLING, F. *The Governance of Innovation in Europe: regional perspectives on global Competitiveness*. London: Pinter, 2000.
- DERENUSSON, M. S. Governança em Ciência e Tecnologia: os fundos setoriais. 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2004.
- EDQUIST, C. *System of Innovation – Perspective and Challenges*. In: FAGERBERG, J.; MOWERY, D.; NELSON, R. *The Oxford Handbook of Innovation*. New York: Oxford University Press, 2005.
- KEYNES, J. M. A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. **Coleção os Economistas**. Editora Nova Cultural Ltda, São Paulo. 1996.
- LONGO, W. P. Conceitos Básicos sobre Ciência e Tecnologia, Ciência e Tecnologia: alguns aspectos teóricos. Escola Superior de Guerra, 1987. Revisto e atualizado em jul. 2004.
- MINSKY, H. P., Central banking and money market changes. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 71, p. 171-187. Oxford University Press. 1957.
- _____. **John Maynard Keynes**. McGraw-Hill Book Company, New York. 2008a.
- _____. **Stabilizing an unstable economy**. McGraw-Hill Book Company, New York . 2008b.
- NELSON, R.; ROSENBERG, N. Technical innovation and national systems. In: NELSON, R. (ed). *National innovation systems: a comparative analysis*. New York, Oxford: Oxford University, p. 3-21, 1993.

OCDE. ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO ECONÔMICA E DESENVOLVIMENTO. Principles of Corporate Governance. 2004. Disponível em: <http://www.oecd.org/document/49/0,3343,en_2649_34813_31530865_1_1_1_1,00.html>. Acesso em: 22 ago. 2008.

SARTORI, R. Governança em agentes de fomento dos sistemas regionais de CT&I. Tese de Doutorado. UFSC. Santa Catarina. 2011.

SURURU VALLEY. Disponível em <sururuvalley.com>, acesso em 15, ago. 2013.

CONJUNTURA ECONÔMICA

Análise - 1º Semestre /2013



1. Agricultura

1.1 Brasil

A produção brasileira de grãos na safra de 2012/2013, de acordo com o nono levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), foi estimada em 184,3 milhões de toneladas, que superou a safra 2011/2012 com um aumento de (10,9%). Este resultado se deve ao crescimento na área cultivada de soja, bem como a do milho, segunda safra, que registrou um bom desempenho nas culturas, além de condições climáticas favoráveis para as lavouras.

Segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), a produção de milho no Brasil é caracterizada pelo plantio em duas safras: a primeira os plantios são realizados em todos os estados, durante o período chuvoso e a segunda é plantada em Rondônia, Tocantins e em determinadas regiões da Bahia.

Tabela 1- Comparativo de área, produtividade e produção de grãos

Brasil - Safra 2011/2012 - Safra 2012/2013

Regiões	Área (em mil ha)			Produtividade (em Kg/ha)			Produção (em mil ton)		
	Safra		Var %	Safra		Var %	Safra		Var %
	2011/2012	2012/2013		2011/2012	2012/2013		2011/2012	2012/2013	
Norte	1.795,90	1.869,50	4,1	2.760	2.926	6,0	4.956,00	5.470,30	10,4
Nordeste	7.331,70	7.242,10	-1,2	1.700	1.640	-3,5	12.466,70	11.875,90	-4,7
Centro-Oeste	18.828,90	20.608,30	9,5	3.780	3.653	-3,4	71.170,70	75.286,30	5,8
Sudeste	4.878,90	4.959,90	1,7	4.051	4.005	-1,1	19.764,70	19.865,80	0,5
Sul	18.049,80	18.488,70	2,4	3.203	3.884	21,3	57.814,10	71.805,80	24,2
Brasil	50.885,20	53.168,50	4,5	3.266	3.466	6,1	166.172,20	184.304,10	10,9

Fonte: Conab

Dados Trabalhados pela Seplande – SINC

Na safra 2012/2013, a área plantada está estimada em 53,17 milhões de hectares, o total é (4,5%) maior que o cultivado em 2011/2012, a qual totalizou 50,89 milhões de hectares. Este incremento deve-se pela recuperação e aumento previsto para as regiões Sul e Nordeste, que sofreram com problemas climáticos em 2012.

A **tabela 2** apresenta os produtos mais significativos da safra 2012/2013 para o Brasil. A cultura de algodão caroço, na safra 2012/2013, em relação à área plantada foi de aproximadamente 894,90 mil hectares, (35,8%) inferior à área cultivada na safra anterior.

A produção de algodão em caroço estima-se em (33,5%), inferior à safra 2011/2012, podendo totalizar aproximadamente 3.257,60 mil toneladas.

De acordo com a Conab, a produção de algodão deve ser reduzida em todo o país na safra 2012/2013, por conta das expressivas reduções de áreas plantadas nas regiões produtoras, em virtude do recuo dos preços nos mercados interno e externo, os altos custos de produção, e os atraentes preços do milho e da soja.

Tabela 2- Comparativo de área, produtividade e produção

Brasil - Safra 2011/2012 - Safra 2012/2013

Produtos	Área (em mil ha)			Produtividade (em Kg/ha)			Produção (em mil ton)		
	Safra 2011/2012	Safra 2012/2013	Var %	Safra 2011/2012	Safra 2012/2013	Var %	Safra 2011/2012	Safra 2012/2013	Var %
Algodão em caroço	1.393,40	894,90	-35,8	3.513	3.640	3,6	4.895,90	3.257,60	-33,5
Feijão total	3.262,10	3.026,90	-7,2	895	938	4,8	2.918,40	2.843,00	-2,6
Milho total	15.178,10	15.817,40	4,2	4.808	4.961	3,2	72.979,50	78.468,30	7,5
Soja	25.042,20	27.715,50	10,7	2.651	2.933	10,6	66.383,00	81.281,40	22,4

Fonte: Conab

Dados Trabalhados pela Seplande – SINC

A produção brasileira de feijão registrou um decréscimo de (2,6%) no comparativo entre as duas safras em análise: passaram de 2.918,4 mil toneladas para 2.843 mil. Este resultado se deve à redução na área plantada, que passou de 3.262,1 mil hectares na safra 2011/2012 para 3.026,9 mil hectares na safra 2012/2013, além do clima adverso, concorrência de produtos mais rentáveis com menos risco na produção, como soja e milho, que provocaram uma redução de área da leguminosa.

A cultura do milho foi estimada em uma produção de 78,47 milhões de toneladas, uma variação de (7,5%) em relação à safra 2011/2012. Considerando o nível de produtividade da safra 2012/2013 que apresentou um incremento de (3,2%) quando comparado com a safra anterior, este resultado foi devido ao melhor desempenho das lavouras de milho nos Estados da Região Sul, Norte e Nordeste.

Nos últimos anos, a produção brasileira de milho vem apresentando sucessivos avanços tecnológicos, resultando incrementos significativos na produtividade e na qualidade do produto.

A produção de soja foi estimada em 81,3 milhões de toneladas na safra em análise, que corresponde ao acréscimo de 14,9 milhões de toneladas à produção da safra anterior. Este desempenho é atribuído ao clima favorável e também ao elevado nível das cotações internacionais que possibilitaram boa rentabilidade na comercialização antecipada da oleaginosa. A produtividade da soja está estimada em 2.933 kg/ha, ou

seja, um incremento de (10,6%) no comparativo entre as duas safras. Este resultado foi devido às condições climáticas favoráveis e à manutenção ou incremento dos níveis de tecnologia.

A previsão da produção nacional de grãos na safra 2012/2013 deve alcançar 187,09 milhões de toneladas, cujo aumento de (12,6%) sobre a safra anterior que corresponde a 166,2 milhões de toneladas, resultado divulgado no décimo segundo levantamento da Conab.

1.2 Nordeste

A produção de grãos do Nordeste estimada pela Conab poderá alcançar 11,9 milhões de toneladas, que representa um decréscimo de (4,7%) comparado com a safra 2011/2012. Os três maiores Estados produtores da região são: Piauí, Maranhão e Bahia. O estado do Maranhão foi o único que apresentou desempenho positivo, sendo os demais prejudicados com a forte estiagem no semiárido nordestino.

**Tabela 3- Comparativo de área, produtividade e produção de grãos
Nordeste - Safra 2011/2012 - Safra 2012/2013**

Estados	Área (em mil ha)			Produtividade (em Kg/ha)			Produção (em mil ton)		
	Safra 2011/201 2	2012/201 3	Var %	Safra 2011/201 2	2012/201 3	Var %	Safra 2011/201 2	2012/201 3	Var %
Maranhão	1.533,60	1.638,10	6,8	1.906	2.206	15,7	2.922,50	3.613,60	23,6
Piauí	1.173,90	1.264,10	7,7	1.947	1.267	-34,9	2.286,00	1.601,80	-29,9
Ceará	1.014,60	720,30	-29,0	169	329	94,7	171,9	237,0	37,9
Rio Grande do Norte	17,3	19,1	10,4	474	435	-8,2	8,2	8,3	1,2
Paraíba	79,4	123,3	55,3	98	193	96,9	7,8	23,8	205,1
Pernambuco	442,1	304,1	-31,2	165	295	78,8	73,1	89,8	22,8
Alagoas	69,0	86,0	24,6	813	779	-4,2	56,1	67,0	19,4
Sergipe	243,0	245,7	1,1	2.510	2.533	0,9	609,9	622,3	2
Bahia	2.758,80	2.841,40	3,0	2.295	1.975	-13,9	6.331,20	5.612,30	-11,4
Nordeste	7.331,70	7.242,10	-1,2	1.700	1.640	-3,5	12.466,70	11.875,90	-4,7

Fonte: Conab

Dados Trabalhados pela Seplande – SINC

A produção de grãos do estado do Maranhão deve alcançar 3,6 milhões de toneladas na safra 2012/2013, com incremento de (23,6%) em relação à safra 2011/2012, de acordo com os dados divulgados pelo nono levantamento da Conab. Este resultado foi devido aos incrementos na área plantada e na produtividade das lavouras. Na safra 2012/2013, foi plantada 1,6 milhão de hectares de grãos, com acréscimo de

(6,8%) e à produtividade teve elevação de (15,7%), alcançando 2.206 kg/ha, contra os 1.906kg/ha, registrados na safra passada.

No Nordeste, a produção de algodão em caroço está estimada em cerca de 1,0 milhão de toneladas na safra 2012/2013 que significa um decréscimo de (27,4%) em relação à safra anterior. A produção de algodão vem sofrendo reduções motivadas por fatores climáticos, altos custos de produção, pragas e retração dos preços nos mercados interno e externo.

A produção de feijão na safra 2012/2013 está estimada em 398,2 mil toneladas apresentando um aumento de (37,6%) em relação ao mesmo período do ano anterior. Esta cultura é conduzida pelo regime de sequeiro¹, cujo clima se encontra favorável com chuvas de boa intensidade e bem distribuída. Em relação a sua produtividade, a cultura do feijão apresentou um aumento de (51,0%) em relação à safra passada, se mantiver as condições climáticas favoráveis, a produção será significativa nos próximos meses.

A produção nordestina de milho foi estimada em 4,6 milhões de toneladas, com acréscimo de (5,7%) em relação à safra anterior. Mesmo com condições climáticas desfavoráveis e descontinuidade das chuvas na época do desenvolvimento vegetativo da lavoura, em que as precipitações pluviométricas foram muito abaixo da média histórica e irregulares, não permitindo que as lavouras se desenvolvessem plenamente.

A cultura de soja na região nordestina foi estimada em 5,3 milhões de toneladas na safra 2012/2013 apresentando uma redução de (13,1%) em relação à safra 2011/2012. Este resultado foi influenciado pelos estados do Maranhão, Piauí e Bahia afetados pela seca. Apresentando uma produtividade média de 2.193kg/ha, com uma redução de (23,9%) em relação à safra 2011/2012.

A produção nordestina de cana-de-açúcar na safra de 2013/2014 foi estimada em 55,9 milhões de toneladas que superou a safra 2013/2012 com um aumento de (5,6%). Entretanto, o clima ainda não está na normalidade, mesmo assim espera-se uma safra mais favorável em 2013/2014, com uma projeção de alta que é reflexo direto da seca ocorrida na região na safra anterior, o que afetou a produtividade e obrigará os

¹Regime de Sequeiro- Acultura agrícola que cresce sem a necessidade de adição de água ao solo por meio de irrigação.

produtores a investirem na formação de novos canaviais para recuperar as áreas afetadas pelo clima para as próximas safras.

A previsão da produção de grãos no Nordeste na safra 2013/2014 deve alcançar 15,7 e 16,1 milhões de toneladas, com um acréscimo de (30%) em relação à safra 2012/2013 de acordo com o levantamento da Conab de novembro de 2013. Vale ressaltar que as safras 2011/2012 e 2012/2013 sofreram com as fortes estiagens no semiárido nordestino que pode ter contribuído para essa elevação. Em relação à área plantada, espera-se alcançar 7,5 milhões de hectares apresentando um acréscimo de (3,0%).

1.3 Alagoas

1.3.1 Agricultura

A produção alagoana de grãos deverá atingir 67,0 mil toneladas na safra 2012/2013, apresentando um acréscimo de (19,4%) quando comparada a safra anterior, que apresentou 56,1 mil toneladas. Este crescimento foi diante da melhora do clima, após um longo período de estiagem.

Apesar da temporada de chuvas ter colocado o fim da estiagem prolongada que castigava a agricultura, a precipitação pluviométrica se manteve abaixo da média no mês de junho de 2013.

Tabela 4 - Comparativo de área, produtividade e produção

Alagoas - Safra 2011/2012 - Safra 2012/2013

Produtos	Área (Em mil ha)			Produtividade (Em Kg/ha)			Produção (Em mil ton)		
	Safra			Safra			Safra		
	2011/2012	2012/2013	Var %	2011/2012	2012/2013	Var %	2011/2012	2012/2013	Var %
Algodão em caroço	0,2	0,1	-50,0	300	320	6,7	-	-	-
Arroz	3,0	3,0	-	5.650	5.877	4,0	17,0	17,6	3,5
Feijão	36,1	44,4	23,0	460	460	-	16,6	20,4	22,9
Milho	29,7	38,5	29,6	754	754	-	22,4	29,0	29,5

Fonte: Conab

Dados Trabalhados pela Seplande – SINC

A produção alagoana de arroz apresentou um crescimento de (3,5%) na safra 2012/2013 quando comparada a safra anterior. Nesta safra foram registradas 17,6 mil toneladas de arroz, enquanto que em 2011/2012 a produção foi de 17,0 mil toneladas. Não houve alteração na área plantada, mantendo os 3,0 mil hectares. A produtividade foi (4,0%) maior que a da safra anterior, que registrou 5.877 Kg/ha. Devido à qualidade

das sementes distribuídas pelo governo do Estado, e além de outras ações, realizadas pela Codevasf como: a manutenção da infraestrutura de drenagem e irrigação, a recuperação das estações de bombeamento do perímetro de Boacica em Igreja Nova, e assistência técnica aos produtores de arroz. Além da Embrapa, com trabalhos de análise e cuidados do solo.

A produção de feijão, em 2012/2013 apresentou um acréscimo de (22,9%) em relação à safra passada, ou seja, passou de 16,6 mil toneladas em 2011/2012 para 20,4 mil toneladas nesta safra. Tal desempenho foi influenciado pela distribuição das sementes por meio do Programa de Sementes da Secretaria da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário (SEAGRI).

A produção de milho no Estado de Alagoas acompanhou a tendência das outras culturas na safra 2012/2013. A área plantada composta por 38,5 mil hectares obteve uma produção de 29,0 mil toneladas, o que corresponde a uma variação de (29,5%) em relação à safra anterior.

A produção de cana-de-açúcar no estado de Alagoas foi estimada em 23,3 milhões de toneladas na safra 2013/2014 apresentando uma redução de (1,0%). Esta situação ocorreu devido ao *déficit* e a irregularidade das chuvas ocorridas nos últimos meses em Alagoas, além dos reflexos da seca ocorrida em 2012 que castigou a região canavieira. Embora as chuvas continuem escassas e os índices pluviométricos estão abaixo da média histórica, o *déficit* está prejudicando consideravelmente o ciclo produtivo da cultura da cana-de-açúcar, uma vez que a umidade do solo apresenta-se abaixo do necessário para um bom desenvolvimento vegetativo do plantio ou da soca².

A produção de grãos estimada para Alagoas na safra 2013/2014 de acordo com o décimo segundo boletim da Conab foi de 57,6 milhões de toneladas, cuja produção fica inalterado em relação à 2012/2013.

A estimativa da produção de cana-de-açúcar para a safra de 2013/2014 é de 24,4 milhões de toneladas, apresentando um acréscimo de (3,8%) em relação à safra 2012/2013. Este desempenho depende do índice pluviométrico que seja regular para manter um bom desenvolvimento da plantação.

1.3.2 Pecuária

² Entende-se por Soca o que brota depois do primeiro corte da cana-de-açúcar.

A pecuária de Alagoas no primeiro semestre de 2013 foi prejudicada pela seca que ocorreu no estado. Nesse sentido, a produção de ovos de galinha foi de 2.054 mil dúzias no 1º semestre de 2013, com aumento de (3,27%) em relação ao mesmo período de 2012.

Este resultado foi justificado pelos incentivos do governo do estado, que ampliou o Programa Avicultura Familiar Sustentável de Alagoas, com distribuição de aves e ração para os agricultores da região sertaneja do estado. O objetivo deste programa é incentivar a criação de galinha caipira, de forma organizada, para produção de ovos e frango abatido. Os agricultores recebem orientação, assistência técnica, os animais e a ração. A raça dessas aves é resistente à caatinga, às condições naturais da região, e se desenvolve rapidamente.

As galinhas poedeiras³ reduziram (11,17%) de janeiro a junho de 2013, em relação ao mesmo período de 2012. Este resultado é oriundo da seca prolongada que prejudicou a produção de milho no estado, que por sua vez, encareceu o preço da ração e aumentou o custo de produção da variedade aqui analisada.

Já a produção de leite foi de 5.725 mil litros no primeiro semestre 2013, com uma redução de (17,2%) em relação ao mesmo período de 2012. Este resultado foi reflexo da seca que atingiu o estado de Alagoas. A estiagem prolongada reduziu a oferta de leite, e, como consequência, muitos produtos derivados sofreram um aumento no preço. Mesmo com a seca, a produção de leite em Alagoas vem se recuperando através de incentivos do governo aos produtores, pelo programa Alagoas mais Leite que estão conseguindo se manter na atividade e conseguindo também uma boa remuneração.

**Tabela 5- Produção(Média) de Ovos ,Galinha Poedeiras e Leite.
Alagoas- Primeiro Semestre de 2013**

Produção	Ano		Var% 2013/2012
	2012	2013	
Ovos	1.989	2.054	3,27
Galinha poedeira	1.034.710	919.131	-11,17
Leite (mil litros)	6.917	5.725	-17,2

Fonte: IBGE- Pesquisa Trimestral do Leite, Pesquisa Trimestral do Abate de Animais e Produção de Galinhas.
Dados trabalhados pela Seplande – SINC

³ Galinhas poedeiras ou de postura são aquelas destinadas à produção de ovos, sendo este considerado de alto valor nutricional, podendo a sua qualidade ser influenciada por fatores como condições de manejo, instalações, nutrição e ambiente.

O abate de bovinos em Alagoas no primeiro semestre 2013 cresceu (6,49%) em relação ao mesmo período de 2012, de acordo com a Pesquisa Trimestral de Abate de Animais e Aquisição de Leite, Couro e Produção de Ovos, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Na pecuária, os produtores enfrentam a redução do rebanho por conta do abate precoce de animais ou descarte de matrizes. Estas são alternativas encontradas pelo criador para enfrentar a escassez de alimentos e, principalmente, de água.

2. Indústria

2.1 Brasil

A produção industrial brasileira no primeiro semestre de 2013 registrou aumento de (1,9%) em relação ao primeiro semestre de 2012, segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Este crescimento da indústria, ainda que positivo, é frágil devido às condições estruturais, como: produtividade, infraestrutura, custos tributários, energia e entre outros fatores que continuam impedindo uma maior competitividade do setor.

Tabela 6- Indicadores da Produção Industrial por Categoria de Uso			
Brasil - Primeiro Semestre de 2012-2013			
Categorias de Uso	Variação (%)		
	2012	2013	Acumulado 12 Meses
Bens de Capital	-12,5	13,8	0,3
Bens Intermediários	-2,5	0,4	-0,2
Bens de Consumo	-2,5	0,7	0,8
Duráveis	-9,4	4,9	3,7
Semiduráveis e Não Duráveis	-0,3	-0,6	-0,1
Indústria Geral	-3,8	1,9	0,2

Fonte: IBGE

Dados Trabalhados pela Seplande – SINC

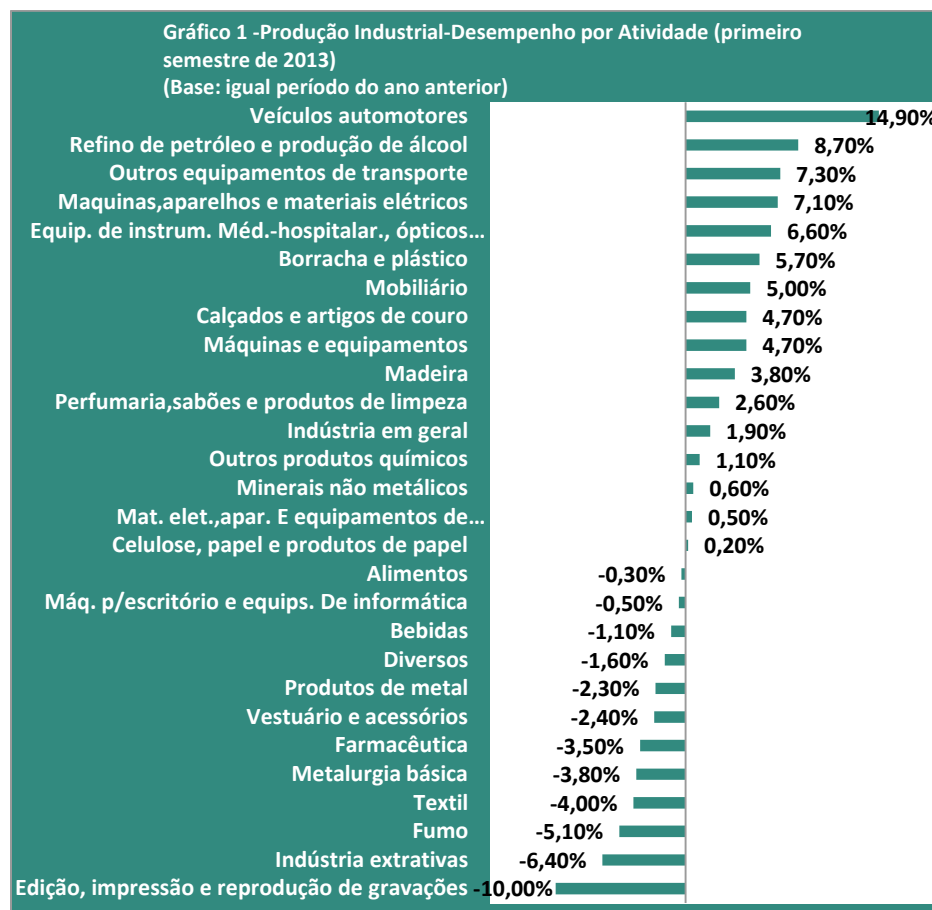
O setor industrial apresentou taxas positivas em quase todas as categorias de uso, exceto os bens de consumo semiduráveis e não duráveis. Os resultados para o primeiro semestre de 2013 mostrou maior dinamismo para Bens de Capital (13,8%), impulsionado especialmente pela maior fabricação de Bens de Capital para equipamentos de transporte (26,7%).

O setor produtor de bens de consumo duráveis (4,9%) registrou uma expansão acima da média nacional (1,9%), influenciado em grande parte pela maior produção de automóveis (7,7%). Vale destacar que essas duas categorias de uso, além do aumento no ritmo da atividade industrial ao longo desse ano, também foram influenciadas pela baixa base de comparação, uma vez que no período janeiro a junho de 2012 registraram quedas de (12,5%) e de (9,4%), respectivamente.

A produção de bens intermediários (0,4%) apontou ligeira variação positiva, enquanto a de bens de consumo semi e não duráveis, com redução de (0,6%), apresentando como o único resultado negativo no índice acumulado dos seis primeiros meses de 2013.

Na produção de bens de consumo ocorreu avanço de (0,7%) em relação ao primeiro semestre de 2012, e foi impulsionada, sobretudo, pela maior produção de bens de consumo duráveis, puxados pela indústria automobilística.

Os principais impactos negativos foram observados em indústrias extrativas (6,4%), edição, impressão e reprodução de gravações (10%), metalurgia básica (3,8%), e farmacêutica (3,5%).



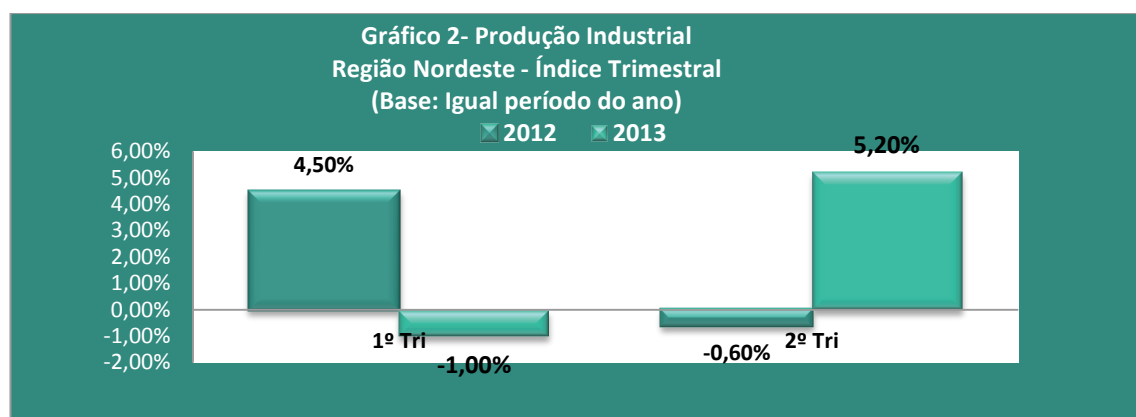
Fonte: IBGE
Dados Trabalhados pela Seplande – SINC

A perspectiva da indústria brasileira mostra um crescimento fraco no fechamento do ano de 2013, e espera-se que pelo menos o aumento da produção seja compensatório ao declínio ocorrido em 2012. Esta recuperação poderá ser maior, superando a casa dos 2,5%, se as medidas de redução de custos, juros e menor valorização da moeda produzirem efeito.

2.2 Nordeste

A indústria nordestina, nos primeiros seis meses de 2013, cresceu (2,0%) em relação ao primeiro semestre de 2012, com seis dos onze setores pesquisados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontando expansão na produção.

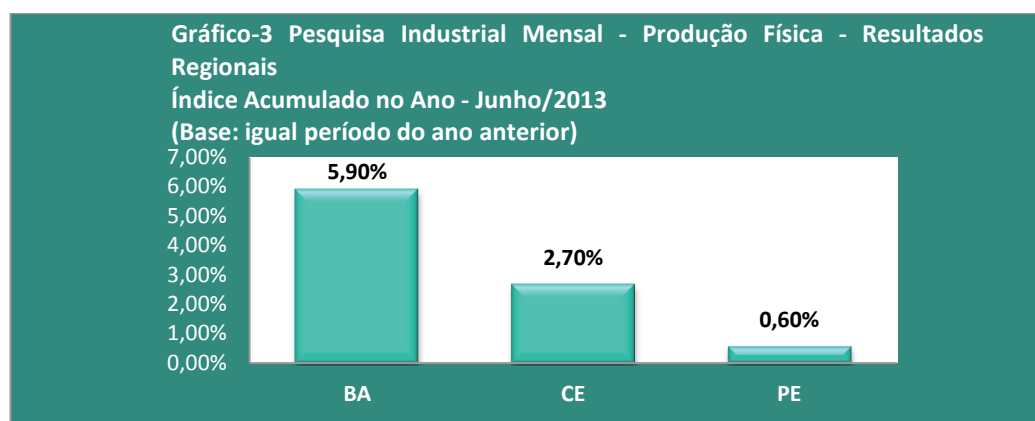
As principais contribuições foram registradas nos setores de refino de petróleo e produção de álcool (13,5%) e de produtos químicos (7,0%), impulsionados, em grande parte, pelos avanços na fabricação de óleo diesel e outros óleos combustíveis, no primeiro ramo, e de policloreto de vinila (PVC), hidróxido de sódio e borracha de estireno-butadieno, no segundo. Outras influências importantes foram assinaladas pelos setores de metalurgia básica (5,6%) e calçados e artigos de couro (10,1%), explicados, principalmente, pela expansão na produção de barras, perfis e vergalhões de cobre e de ligas de cobre; e calçados de plástico e de couro de uso feminino, respectivamente. Em outro sentido, foi observado decréscimo da produção no setor de alimentos e bebidas (6,4%), pressionado, pelo recuo na produção de refrigerantes, açúcar cristal e castanha de caju beneficiada.



Fonte: IBGE
Dados Trabalhados pela Seplande – SINC

No Nordeste, entre os principais Estados, destacamos a produção observada pelas indústrias da Bahia (5,9%), Ceará (2,7%) e Pernambuco (0,6%) no período de janeiro a junho de 2013.

A indústria do Ceará mostrou uma expansão de (2,7%) no primeiro semestre de 2013 em relação ao mesmo período de 2012, com cinco dos dez setores investigados apontando crescimento na produção. O maior impacto positivo foi observado no ramo de calçados e artigos de couro (21,5%), produtos têxteis (8,7%) e refino de petróleo e produção de álcool (19,1%), dado o crescimento na produção de calçados de plástico e de couro (ambos de uso feminino); tecidos de malha de fibras artificiais ou sintéticas e fios de algodão retorcidos; e óleo diesel e óleos combustíveis e gás liquefeito de petróleo (GLP). Por outro lado, a principal influência negativa veio de máquinas, aparelhos e materiais elétricos (71,9%), pressionada, em grande medida, pela redução na fabricação de transformadores.



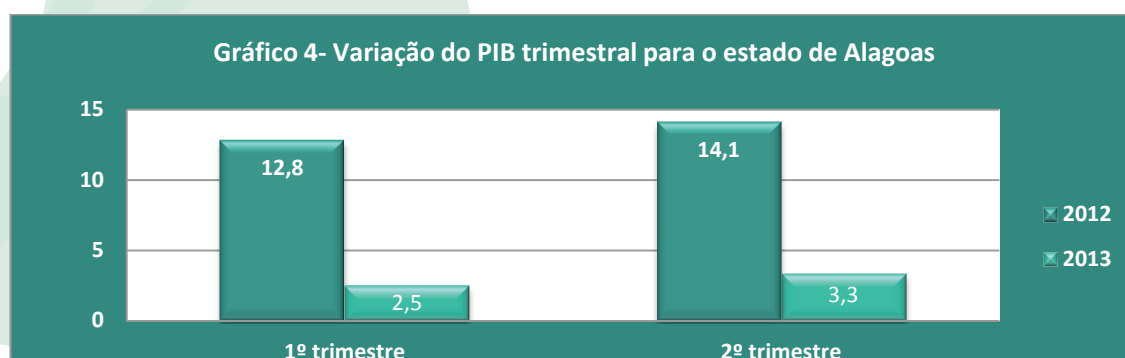
Fonte: IBGE

Dados Trabalhados pela Seplande – SINC

As perspectivas da indústria do nordeste para 2013 são bastante positivas, pois o dinamismo da economia regional deve se manter em patamares melhores do que a média nacional. Os fatores condicionantes para o crescimento continuará sendo o bloco de investimentos públicos e privados, como os que ocorrem no Maranhão (refinaria, mineração), no Ceará e na Bahia.

2.3 Alagoas

A produção industrial de Alagoas é analisada de acordo com os dados da estimativa trimestral do Produto Interno Bruto do Estado de Alagoas, divulgados pela Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico (Seplande).



Fonte: Seplande
Dados Trabalhados pela Seplande – SINC

De acordo com o **gráfico 4**, verifica-se que o Valor Adicionado (VA) da indústria alagoana no primeiro trimestre de 2013 registrou um aumento (2,5%) em relação ao mesmo período do ano anterior. Este crescimento, do setor industrial, deve-se principalmente aos subsetores da indústria Extrativa Mineral com um crescimento de (5,2%), Indústria da transformação (1,9%), e a construção civil que apresentou um crescimento de (1,1%).

No segundo trimestre de 2013, o VA da indústria alagoana cresceu (3,3%) em relação ao mesmo período de 2012. Este resultado foi obtido devido a pequenas variações dos subsetores, a Indústria Extrativa Mineral (3,1%), a Indústria de transformação (4,9%) e Construção Civil (4,9%), que continuou crescendo devido a medidas macroeconômicas do governo federal para estimular o setor como: desoneração da folha de pagamentos, redução de tributos e acesso a capital de giro durante o período de construção das habitações.

Retornando a estabilidade, o crescimento semestral de 2013.1 foi de (2,11%) comparado ao primeiro semestre de 2012. O comportamento extraordinário de 2012 se deveu a recuperação da produção da cadeia químico plástica, que em decorrência de um grave acidente na principal empresa reduziu expressivamente este indicador. Dessa forma, temos em 2012 uma recuperação desta variável, voltando à estabilidade de crescimento em 2013. Para este último ano, tem-se a influência dos seguintes subsetores: indústria extrativa (4,14%), indústria de transformação (3,44%) e construção civil (2,16%). Ademais a estes fatores, a recomposição de estoques na cadeia produtiva e a forte entrada de resina importada com incentivo tributário, contribuíram para este resultado.

No que se refere ao desempenho da indústria sucroenergética no primeiro semestre de 2013, verificou-se uma variação negativa do VA de (22,42%), influenciada

pela redução das chuvas e da precipitação pluviométrica na região, provocando uma estiagem prolongada. Passando por um momento de instabilidade este setor vem sofrendo com a redução do preço internacional açúcar, como também com a diminuição da competitividade da produção do álcool, tendo em vista a política federal de sustentação dos preços dos derivados de petróleo.

Tem-se de uma forma geral perspectivas de estabilização do crescimento do VA para a indústria alagoana, devido aos poucos avanços neste segmento. O setor químico plástico, que vem fomentando estes pequenos progressos, está sendo puxado pela dinâmica nacional. Alagoas necessita se conectar as decisões políticas estratégicas para se vincular as cadeias industriais e vislumbrar, assim, uma maior diversificação do seu setor industrial.

3. Balança Comercial

3.1 Brasil

De acordo com os dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e do Comércio Exterior (MDIC), a Balança Comercial Brasileira registrou um *déficit* de aproximadamente US\$ 3 bilhões durante o primeiro semestre de 2013. Isso aconteceu, principalmente, por causa da conta deficitária de *Petróleo e seus derivados* que apresentou uma redução na produção influenciada pela manutenção de plataformas, aumento da demanda doméstica por combustíveis e atraso no registro das suas importações de 2012.

No tocante ao mês de Junho, o saldo da Balança Comercial registrou um saldo de US\$ 2,3 milhões, apresentando um crescimento de (187,52%) quando comparado ao mesmo mês do ano anterior. Este resultado ajudou a reduzir o *déficit* acumulado na Balança Comercial no primeiro semestre de 2013 e mostra uma tendência de recuperação para o acumulado do ano com as exportações em alta.

Continua

**Tabela 7: Saldo da Balança Comercial
Brasil - Primeiro Semestre de 2012 - 2013
US\$ 1.000FOB**

Período	Exportação			Importação			Saldo	
	2012	2013	Var(%)	2012	2013	Var(%)	2012	2013
Janeiro	16.141.225	15.966.728	-1,08	17.448.072	20.007.278	14,67	1.306.846	4.040.550

**Tabela 7: Saldo da Balança Comercial
Brasil - Primeiro Semestre de 2012 - 2013
US\$ 1.000FOB**

Período	Exportação			Importação			Saldo	
	2012	2013	Var(%)	2012	2013	Var(%)	2012	2013
Fevereiro	18.027.792	15.549.465	-13,75	16.325.023	16.827.695	3,08	1.702.769	-
Março	20.910.732	19.320.426	-7,61	18.886.747	19.157.375	1,43	2.023.985	163.050
Abril	19.566.298	20.631.053	5,44	18.686.818	21.626.111	15,73	879.481	-995.057
Maior	23.214.807	21.822.420	-6	20.253.078	21.064.282	4,01	2.961.729	758.138
Junho	19.352.834	21.134.041	9,2	18.552.559	18.833.067	1,51	800.275	2.300.974
Total	117.213.688	114.424.132	-2,38	110.152.297	117.515.809	6,68	7.061.393	-

Fonte: MDIC

Dados trabalhados pela Seplande-SINC

Com base na tabela anterior, as exportações nacionais registraram em torno de US\$ 114 bilhões no primeiro semestre de 2013, uma redução de (2,38%) em comparação ao mesmo período do ano anterior. Este desempenho foi devido, principalmente, à queda no preço das exportações influenciado pelo recuo das cotações das *commodities*. Mesmo com este resultado, as vendas apresentaram estabilidade em relação aos resultados apresentados em 2011 e 2012, quando as exportações registraram saldos recordes de US\$ 118,3 milhões e US\$ 117,2 milhões, respectivamente.

Os produtos básicos impulsionaram as exportações com uma participação de (48,39%), destacando: Minérios de Ferro e seus concentrados (13,08%), Soja mesmo triturada (12,07%), Óleos brutos de petróleo (4,63%), Carne de frango congelada (3,18%), Farelo e resíduos da extração de óleo de soja (2,51%) e Café cru em grão (2,12%). Em comparação a 2012, os produtos básicos tiveram um declínio de (2,62%). Os principais responsáveis por esta redução foram os produtos Arroz em grãos (55,43%), Óleos brutos de petróleo (49,30%), Algodão em bruto (28,45%), Trigo em grãos (23,53%) e café cru em grãos (14,38%).

Continua

**Tabela 8: Os dez Principais Produtos da Pauta de Exportação
Brasil – Primeiro Semestre de 2012 e 2013
US\$ 1.000 FOB**

Principais produtos exportados	Ranking		2012	Part. (%)	2013	Part. (%)
	2012	2013				
Minérios de ferro e seus concentrados	1	1	14.865.310	12,68	14.962.383	13,08
Soja mesmo triturada	2	2	11.940.000	10,19	13.814.552	12,07

**Tabela 8: Os dez Principais Produtos da Pauta de Exportação
Brasil – Primeiro Semestre de 2012 e 2013
US\$ 1.000 FOB**

Principais produtos exportados	Ranking		2012	Part. (%)	2013	Part. (%)
	2012	2013				
Óleos brutos de petróleo	3	3	10.447.728	8,91	5.296.966	4,63
Açúcar de cana, em bruto	5	4	3.182.886	2,72	4.045.369	3,54
Carne de frango congelada, fresca ou refrig.	4	5	3.325.729	2,84	3.636.791	3,18
Farelo e resíduos da extração de óleo de soja	7	6	2.810.246	2,4	2.870.301	2,51
Celulose	9	7	2.297.655	1,96	2.458.208	2,15
Automóveis de passageiros	13	8	1.884.475	1,61	2.448.398	2,14
Plataformas de perfuração ou de exploração, dragas, etc.	-	9	405.311	0,35	2.429.445	2,12
Cafê cru em grão	6	10	2.831.215	2,42	2.424.176	2,12

Fonte: MIDIC

Dados trabalhados pela Seplande-Sinc

A China foi o principal país de destino das exportações brasileiras (20,06%), com um crescimento de (8,50%) em comparação com 2012.1. Esta elevação se deu através do aumento nas vendas dos produtos Catodos de cobre (434,38%), que são placas de cobre refinadas, Açúcar de cana em bruto (147,77%) e Soja mesmo triturada (25,41%).

A participação dos Estados Unidos no destino dos produtos brasileiros foi de (10,03%), ou seja, o segundo maior destino das vendas do país. Comparado ao ano de 2012, apresentou uma queda de (16,46%). Isso foi provocado, principalmente, por causa da redução na compra de Óleos brutos de petróleo (58,64%) que tem o maior peso na pauta de exportação para este país.

O principal destino dos produtos brasileiros, considerando só blocos econômicos⁴, foi a Associação Latino Americana de Integração (ALADI), composta pelos seguintes países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Tal bloco contribuiu com (20,15%) na pauta de exportações no primeiro semestre de 2013, registrando um crescimento de (5,73%), em relação ao mesmo período de 2012. Os maiores produtos exportados para este Bloco foram: Automóveis com motor explosão e Plataformas de perfuração/exploração. Os países que mais se destacaram neste bloco foram: Argentina, Chile, Venezuela, Panamá e México.

⁴Bloco econômico é uma união de países com interesses mútuos de crescimento econômico e tem o objetivo de facilitar as transações comerciais entre as nações envolvidas.

O Mercado Comum do Sul (Mercosul), composto pelos países Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela, teve uma participação de (11,95%). Os principais produtos exportados foram: Automóveis com motor de explosão e Carnes desossadas de bovino. A participação da ALADI excluindo o Mercosul foi de (8,20%), mas com crescimento superior de (12,37%) quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

As importações brasileiras registraram aproximadamente US\$ 117 bilhões, com um aumento de (6,68%) em relação ao primeiro semestre de 2012. Na pauta de importação, os produtos básicos tiveram uma participação de (13,67%), um crescimento de (7,23%) em relação ao ano de 2012.

Os produtos manufaturados tiveram o maior peso das importações do país com (82,94%) do total e um crescimento de (7,07%) quando comparado ao ano anterior. Os destaques desta categoria foram: Óleos combustíveis (3,84%), Automóveis de passageiros (3,62%), Partes e peças para veículos automóveis e tratores (3,50%), Medicamentos para medicina humana e veterinária (3,00%), Circuitos integrados e microconjuntos eletrônicos (2,09%), Naftas (1,81%), Gasolina (1,53%) e Motores, geradores e transformadores elétricos e suas partes (1,47%).

**Tabela 9: Os Dez Principais Produtos da Pauta de Importação
Brasil – Primeiro Semestre de 2012 e 2013
US\$ 1.000 FOB**

Principais Produtos Importados	Ranking		2012	Part. (%)	2013	Part. (%)
	2012	2013				
Óleos brutos de petróleo	1	1	7.485.556	6,80	7.397.035	6,29
Óleos combustíveis (óleo diesel, "FUEL-OIL", etc.)	3	2	3.746.953	3,40	4.517.930	3,84
Automóveis de passageiros	2	3	4.805.451	4,36	4.250.751	3,62
Partes e peças para veículos automóveis e tratores	4	4	3.201.461	2,91	4.110.492	3,50
Medicamentos para medicina humana e veterinária	5	5	3.110.276	2,82	3.523.013	3,00
Circuitos integrados e microconjuntos eletrônicos	7	6	2.081.995	1,89	2.455.908	2,09
Naftas	6	7	2.574.423	2,34	2.131.088	1,81
Gás natural	9	8	1.624.983	1,48	1.981.738	1,69
Gasolina	10	9	1.575.020	1,43	1.800.918	1,53
Motores, geradores e transformadores eletr. e suas partes	12	10	1.422.656	1,29	1.729.722	1,47

Fonte: MDIC

Dados trabalhados pela Seplande - SINC

A China foi o principal país de origem dos produtos importados, com uma participação de (14,96%), cujo crescimento foi de (9,49%) em relação ao primeiro semestre de 2012. Os cinco maiores produtos importados foram: Partes de aparelhos

transmissores ou receptores; partes e acessórios de máquinas automáticas para processamento de dados; circuitos impressos e outras partes para aparelhos de telefonia; circuitos integrados e microconjuntos eletrônicos e Máquinas automáticas para processamento de dados e suas unidades.

Os Estados Unidos tiveram uma participação de (14,85%) com crescimento de (8,93%), em comparação ao semestre anterior. Este comportamento foi, principalmente, pelo aumento do valor importado dos produtos: gasolina (224,48%); e Motores, geradores e transformadores elétricos e suas partes (159,42%), em relação ao mesmo período de 2012.

Dentre os principais blocos econômicos, a ALADI é a principal origem das importações brasileiras com (16,24%), comparado ao mesmo período de 2012, o crescimento foi de (9,19%). O Mercosul participa com (9,06%), o que representa um aumento de (15,68%), em relação a 2012. O bloco ALADI, quando exclui o Mercosul, teve uma participação de (7,17%), o que representa um crescimento menor de (1,96%), comparado a 2012.

O que influenciou o déficit da Balança Comercial foi, em grande parte, o saldo negativo das contas de *Petróleo e seus derivados* de aproximadamente US\$ 11,9 bilhões que, como dito anteriormente, aconteceu por causa da redução nas suas exportações, do aumento nas importações e do registro tardio das importações de 2012 que foi na ordem de US\$ 4,5 bilhões. Desta forma, observa-se que haveria um superávit de US\$ 8,9 bilhões se esses resultados fossem excluídos das contas.

Mesmo retirando as contas de *Petróleo e seus derivados*, quando comparado ao primeiro semestre de 2012, houve uma redução no saldo da Balança Comercial, pois as importações apresentaram um crescimento maior que o das exportações. Isto aconteceu porque a economia mundial teve um baixo crescimento e o câmbio mais valorizado favoreceu a entrada de produtos importados no país.

O Governo acredita que o *déficit* verificado no primeiro semestre de 2013 seja revertido em superávit no final do ano, pois há uma expectativa de que o câmbio se desvalorize e favoreça as exportações, mas deve ser inferior ao valor apresentado nos anos anteriores.

3.2 Nordeste

A Balança Comercial Nordestina registrou, no primeiro semestre de 2013, um *déficit* de aproximadamente US\$ 6,5 bilhões, conforme os dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). As exportações tiveram um declínio de (15,65%) enquanto as importações cresceram (11,98%), quando comparado ao mesmo período de 2012. As principais causas para este comportamento continuam sendo a estagnação econômica da União Europeia e a forte competição dos preços no mercado internacional.

Na maioria dos Estados nordestinos, a Balança Comercial apresentou *déficit* no período em análise, sendo o maior apresentando no Estado Maranhão com aproximadamente US\$ 3.037 milhões, em seguida vem Pernambuco US\$ 2.926 milhões, Ceará US\$ 1.200 milhões, Paraíba US\$ 245,5 milhões, Sergipe US\$ 117,2 milhões, Rio Grande do Norte US\$ 23,7 milhões e Piauí US\$ 6 milhões. Apenas os Estados como Alagoas, com US\$ 398 milhões, e a Bahia, com US\$ 620,4 milhões, apresentaram *superávit*.

**Tabela 10: Saldo da Balança Comercial
Nordeste - Primeiro Semestre de 2012 - 2013
US\$ 1.000FOB**

Período	Exportação			Importação			Saldo	
	2012	2013	Var (%)	2012	2013	Var (%)	2012	2013
Janeiro	1.472.165	1.290.993	-12,31	1.948.973	3.161.710	62,22	-476.808	-1.870.716
Fevereiro	1.972.530	1.143.620	-42,20	1.924.009	2.094.391	8,86	48.522	-950.770
Março	1.402.576	1.125.655	-19,74	2.418.959	2.584.609	6,85	-1.016.384	-1.458.954
Abril	1.425.217	1.593.335	11,80	2.272.904	1.815.919	-20,11	-847.686	-222.584
Maiο	1.482.970	1.378.923	-7,02	2.131.701	2.566.898	20,42	-648.731	-1.187.975
Junho	1.374.922	1.168.654	-15,00	2.019.389	2.016.074	-0,16	-644.467	-847.420
Total	9.130.380	7.701.180	-15,65	12.715.935	14.239.601	11,98	-3.585.554	-6.538.419

Fonte: MDIC

Dados trabalhados pela Seplande - SINC

As exportações da Região Nordeste registraram US\$ 7,7 bilhões no primeiro semestre de 2013. Os produtos básicos, que participaram com aproximadamente (20,70%) da pauta de exportação, tiveram uma redução de (24,24%), quando comparado ao primeiro semestre de 2012. Este comportamento aconteceu, principalmente, por causa do declínio dos preços de algumas *commodities* agrícolas, com exceção da soja que apresentou um bom desempenho. Nos produtos industrializados, que participaram com aproximadamente (77,64%) das exportações

nordestinas, houve um declínio nos produtos semimanufaturados de (0,69%) e nos manufaturados de (20,04%).

A Bahia teve um valor arrecadado de US\$ 4.691,7 milhões das suas exportações com uma redução de (8,63%) em relação ao mesmo período de 2012. Este Estado foi o que mais contribuiu para o total das exportações da Região nordestina. Os principais produtos exportados foram Celulose e Papel (16,11%), Soja (11,31%) e *Fuel-oil* (11,14%).

No Maranhão, as exportações totalizaram US\$ 1.168,3 milhões, o que representa a segunda maior contribuição para as exportações da Região Nordeste. Sua pauta de exportações é bastante concentrada nos derivados dos Minérios que são o Alumínio (43,29%), o Ferro (20,58%) e o Ouro (4,30%). A Soja também contribuiu bastante com uma participação de (26,18%).

A Paraíba apresentou um valor de US\$ 105,1 milhões em suas exportações, que foram (15,79%) a menos que em 2012. Mais da metade resultaram da Indústria de calçados com (54,68%) e do Açúcar com (23,71%).

Os principais países compradores dos produtos oriundos da Região Nordeste foram: China (14,61%), Estados Unidos (13,88%), Argentina (9,69%) e Holanda (7,49%). A China, que teve um crescimento de (32,56%), superou os Estados Unidos como principal país de destino das exportações no primeiro semestre de 2013.

As importações do Nordeste registraram US\$ 14 bilhões, no primeiro semestre de 2013. O crescimento de (11,98%) foi derivado do crescimento no valor das importações de todos os Estados da Região, exceto em Alagoas que registrou uma queda. No tocante aos bens importados por fator agregado, os produtos básicos tiveram um crescimento de (35,19%) e os industrializados de (9,53%) em comparação ao mesmo período de 2012. Nos produtos industrializados, os semimanufaturados tiveram uma queda de (16,62%), enquanto os manufaturados aumentaram (10,38%).

Os cinco principais países que vendem para a Região Nordeste concentraram mais da metade da pauta de importações. São eles: Estados Unidos (27,11%), Argentina (8,66%), China (7,57%), Índia (7,38%) e Holanda (5,47%).

3.3 Alagoas

A Balança Comercial de Alagoas registrou, no primeiro semestre de 2013, um *superávit* de US\$ 398 milhões, segundo os dados do Ministério do Desenvolvimento,

Indústria e Comércio Exterior (MDIC). O valor das exportações foi de aproximadamente US\$ 599,3 milhões, apresentando um declínio de (14,11%) quando comparado ao mesmo período de 2012. Este comportamento foi causado, em grande parte, pela redução nas vendas de açúcares e produtos de confeitarias e bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres, que foram o maior peso da pauta de exportações. As importações registraram em torno de US\$ 201,3 milhões, revelando um declínio de (9,49%) em relação a 2012.

A desaceleração do ritmo de crescimento da Balança Comercial Alagoana foi causada, principalmente, pelo *déficit* no mês de Junho de US\$ 31,8 milhões. Segundo os dados da Administração do Porto de Maceió (APMC), não houve venda de açúcar e álcool etílico neste mês, que são os principais produtos da pauta de exportações do Estado.

**Tabela 11: Saldo da Balança Comercial
Alagoas - Primeiro Semestre 2012-2013
US\$ 1.000FOB**

Período	Exportação			Importação			Saldo	
	2012	2013	Var(%)	2012	2013	Var(%)	2012	2013
Janeiro	223.141	177.101	-20,63	31.430	44.234	40,74	191.712	132.867
Fevereiro	177.252	133.560	-24,65	40.860	26.444	-35,28	136.392	107.116
Março	90.035	106.694	18,50	48.498	31.762	-34,51	41.536	74.933
Abril	142.464	127.279	-10,66	49.081	30.543	-37,77	93.382	96.736
Mai	48.620	54.108	11,29	23.532	35.918	52,63	25.089	18.190
Junho	16.060	574	-96,43	29.002	32.389	11,68	-12.942	-31.815
Total	697.754	599.316	-14,11	222.403	201.290	-9,49	475.169	398.027

Fonte: MIDC

Dados trabalhados pela Seplande – SINC

Entre os principais produtos exportados, o açúcar e o álcool concentraram aproximadamente (99%) da pauta. O produto “Outros açúcares de cana” representa (90,18%), o que corresponde a uma receita de US\$ 540,5 milhões no primeiro semestre de 2013 e um crescimento de (1,44%) quando comparado a 2012. Seu peso líquido aumentou de 921,4 mil para 1,1 milhão de toneladas. O crescimento no valor arrecadado não foi maior porque houve uma redução, no período em análise, do preço no mercado mundial do VHP, açúcar destinado à exportação.

**Tabela 12 – Os dez Principais Produtos da Pauta de Exportação
Alagoas- Primeiro semestre de 2013
US\$ FOB**

Principais produtos exportados	2013	Participação (%)
Outros Açúcares De Cana	540.491.503	90,18
Outros Açúcares De Cana, Beterraba, Sacarose E Quim.	29.440.523	4,91
Outros Álcool Etílico N/Desnaturado	24.653.660	4,11
Outras Turbinas A Vapor, De Potência <=400mw	795.620	0,13
Consumo De Bordo - Combustíveis E Lubrif. P/ Em	787.977	0,13
Consumo De Bordo - Combustíveis E Lubrif. P/ Ae	745.924	0,12
Monofilamentos (Monofios), Etc. De Polim. Cloret.	342.114	0,06
Fumo N/Manufat N/Desnat. Em Fls. Secas, Etc. Tipo	306.280	0,05
Outros Fumos Não Manufaturados	292.000	0,05
Acrilamida	239.520	0,04

Fonte: MDIC

Dados trabalhados pela Seplande – SINC

Em comparação com os demais Estados do Brasil, Alagoas destaca-se nas vendas de açúcar como um dos principais exportadores, sendo o maior da Região Nordeste. As exportações do açúcar foram destinadas para 18 países, sendo 60% para a Europa e o restante para países da África, da Ásia e das Américas do Sul e do Norte.

O principal país de destino das exportações alagoanas foi a Rússia com uma participação de (31,09%), o que representa um crescimento de (48,02%) em comparação ao primeiro semestre de 2012. As exportações são basicamente derivadas do produto “Outros açúcares de cana” e ganhou incremento de “Outros açúcares de cana, beterraba, sacarose quimicamente pura” que começou a ser comercializado neste período.

O Canadá foi o segundo maior destino das exportações do Estado de Alagoas somando US\$ 50,3 milhões no primeiro semestre deste ano, mas apresentou um decréscimo de (35,93%) em comparação a 2012, resultando em uma participação de (8,40%). Esta redução aconteceu por causa da queda nas exportações do produto “outros açúcares de cana” de (80,81%) e da não comercialização dos produtos “outras obras de borracha vulcanizada, não endurecida” e “outros vestuários e acessórios, de borracha vulcanizada e endurecida” que faziam parte da pauta de exportações para este país no primeiro semestre de 2012.

A Espanha teve um elevado crescimento no destino das exportações de Alagoas com (152,4%), resultando em uma participação de (5,1%) no primeiro semestre de

2013. O total arrecadado, neste período, foi derivado do produto “Outros açúcares de cana” e correspondeu a US\$ 30,7 milhões, o que representa uma receita de US\$ 18,5 milhões a mais do que o mesmo período de 2012.

Os principais produtos da pauta das importações no Estado de Alagoas são bens de capital e insumos industriais. Os principais, de forma desagregada são: Outros trigos e misturas de trigo com centeio (5,54%), Sulfato de amônio (3,64%), Coque de petróleo não calcinado (3,06%), Policloreto de vinila (2,47%), Hidróxido de sódio em solução aquosa (2,39%), Poliacrilato de sódio (2,30%), Camisas e outras confecções de malha de algodão de uso feminino (2,10%), Didrogeno-ortofasto de amônio (1,99%), Outros tubos de ferro (1,88%) e Bolsa de folhas de plástico (1,86%).

**Tabela 13 – Os 10 Principais Produtos da Pauta de Importação
Alagoas - Primeiro Semestre de 2013
US\$ FOB**

Principais produtos exportados	2013	Participação (%)
Outros Trigos e Misturas De Trigo C/ Centeio, Exc	11.155.325	5,54
Sulfato de Amônio	7.322.769	3,64
Coque de Petróleo Não Calcinado	6.153.441	3,06
Policloreto de Vinila, Obt. Proc. Suspensão, Form	4.962.956	2,47
Hidroxido de Sódio Em Sol. Aquosa	4.817.712	2,39
Poliacrilato de Sódio, em Blocos Irregulares	4.628.375	2,30
Camisas, Etc de Malha De Algodão, de Uso Feminino	4.233.899	2,10
Didrogeno-Ortofasto De Amonio, Incl. Mist. Hi	4.003.910	1,99
Outros Tubos De Ferro/Aco N/Lig.S/Cost.Sec.Ci	3.780.041	1,88
Bolsa De Folhas De Plástico	3.737.064	1,86

Fonte: MDIC

Dados trabalhados pela Seplande – SINC

A Ásia, quando excluído o Oriente Médio, foi o principal Bloco Econômico de origem dos produtos importados pelo Estado de Alagoas, com uma participação de (45,71%) e, quando comparado ao mesmo período de 2012, teve uma redução de (3,65%). A Pauta de Importações para este Bloco é bastante diversificada e tem os seguintes produtos como destaque: “Camisas e outras confecções de malha de algodão de uso feminino” (4,60%), “Bolsas de folhas de plástico” (4,06%) e “Outros tubos de ferro/aço” (4,02%).

A participação da União Europeia nas importações alagoana teve um aumento de (1,36%) quando se compara ao primeiro semestre de 2012. O valor correspondente para

a compra dos produtos foi de aproximadamente US\$35,7 milhões, o que representa (17,71%) de toda a pauta. Os principais produtos importados deste bloco são: “Sulfato de amônio” (16,86%), “Barcos a motor” (10,39%) e “Poliacrilato de sódio” (9,98%).

Entre os países que Alagoas importa, a China se destaca com uma participação de (35,18%) e um crescimento de (12,53%) quando comparado ao mesmo período do ano anterior. As importações oriundas da China foram: “Camisas e outras confecções de malha de algodão de uso feminino” (5,72%), “Outros tubos de ferro/aço” (5,23%) e “Bolsas de folhas de plástico” (4,70%).

Os Estados Unidos tiveram uma redução de (56,63%) em comparação a 2012, o que resultou em uma participação de (10,96%) em 2013. Esta redução aconteceu porque cerca de 180 produtos não foram comercializados no primeiro semestre deste ano, diferente do ocorrido em 2012. Sendo assim, cerca de US\$ 28,8 milhões não foram enviados para este país. Os principais produtos nesta lista foram: “Álcool etílico”, “Diidrogeno-ortofosfato de amônio” e “Outros compressores de gases”.

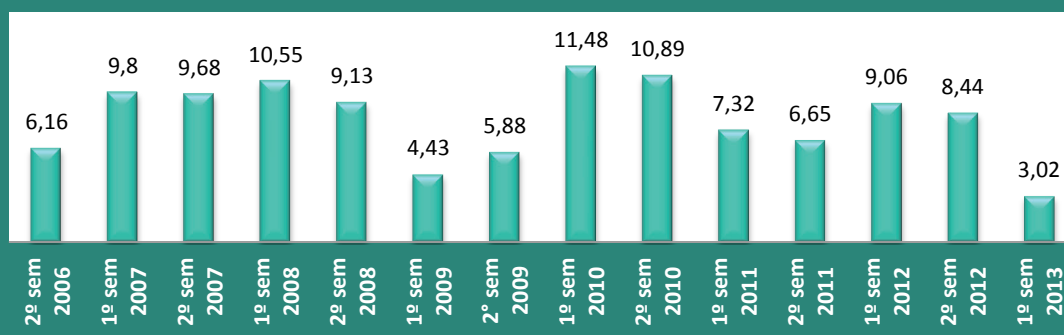
4. Comércio Varejista e Varejista Ampliado

4.1 Brasil

O comércio varejista brasileiro apresentou, no primeiro semestre de 2013, um crescimento de (3,02%), em comparação ao mesmo período do ano anterior, segundo dados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC). Constatou-se uma desaceleração no ritmo de crescimento do volume de vendas, no momento em que medidas governamentais de estímulo à economia feitas em 2012 tiveram que ser reanalisadas para o combate à inflação como, por exemplo, a alta dos juros via política monetária.

O comércio varejista começou a sentir os efeitos da redução do consumo das famílias por causa do maior endividamento e da alta dos juros sobre o crédito. As manifestações populares que ocorreram neste período também foram prejudiciais às vendas no varejo com a redução na quantidade demandada e alterações nos horários de funcionamento das lojas.

Gráfico 5- Volume de vendas do comércio varejista (em %)
Brasil - Variação semestral - Base: igual período do ano anterior

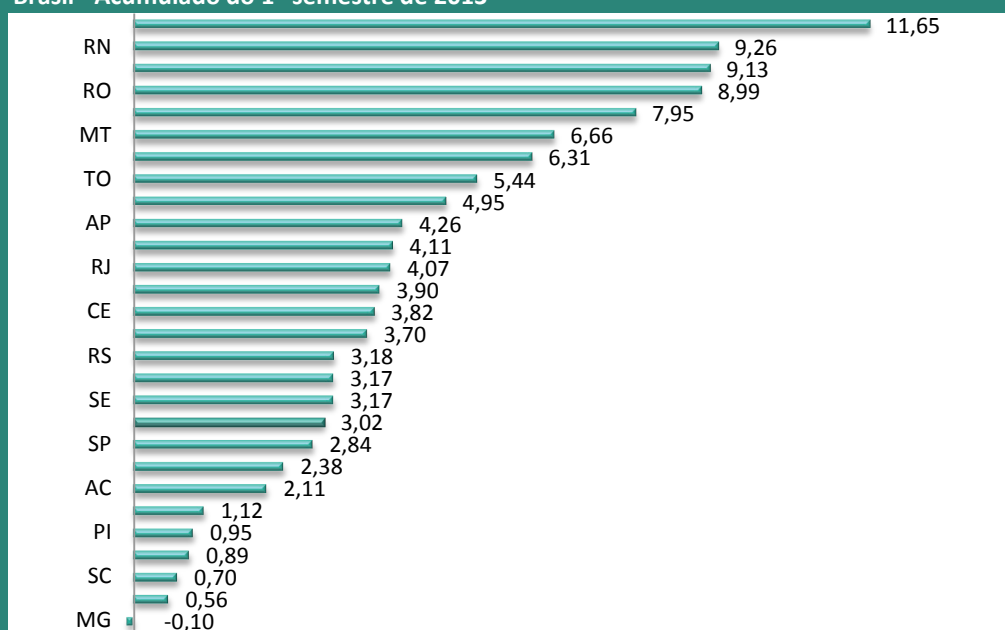


Fonte: IBGE

Dados trabalhados pela Seplande – SINC

Em todas as Unidades da Federação, exceto em Minas Gerais que apresentou uma redução de (0,1%), o comércio varejista obteve resultados positivos. A maioria dos Estados apresentou um desempenho superior à média do Brasil (3,02%) em relação aos primeiros seis meses de 2012. Assim, Estados que tiveram maior destaque foram: Mato Grosso do Sul (11,65%), Rio Grande do Norte (9,26%), Paraíba (9,13%), Rondônia (8,99%), Roraima (7,95%), Mato Grosso (6,66%), Maranhão (6,31%) e Tocantins (5,44%).

Gráfico 6- Taxas mensais regionalizadas do volume de vendas do varejo
ordenados segundo posicionamento em relação à média nacional
Brasil - Acumulado do 1º semestre de 2013



Fonte: IBGE

Dados trabalhados pela Seplande – SINC

Houve crescimento em todos os grupos de atividade no Comércio Varejista no primeiro semestre de 2013, quando comparado ao mesmo período de 2012. Os grupos que mais se destacaram foram: Outros artigos de uso pessoal e doméstico; Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos; e Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo.

A atividade *Outros artigos de uso pessoal e doméstico*, que engloba os segmentos como lojas de departamento, ótica, joalheria e artigos esportivos, apresentou o maior crescimento no primeiro semestre com uma expansão de (9,6%). Este segmento apresentou variação positiva em todos os meses em análise, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. No mês de Junho houve um crescimento de (7,8%), apresentando o segundo melhor desempenho do mês do varejo.

A atividade *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* registrou um crescimento de (8,6%) no acumulado do primeiro semestre de 2013, quando comparado ao mesmo período de 2012. Neste segmento, o desempenho foi positivo em todos os meses, registrando, no mês de Junho, um crescimento de (6,7%), por causa da expansão da massa salarial e da essencialidade dos produtos comercializados, segundo o IBGE.

No acumulado do semestre, o segmento *Combustíveis e lubrificantes* apresentou uma variação de (6,2%). No mês de Junho, obteve um crescimento de (8,2%), apresentando a maior contribuição para o varejo. Este comportamento foi derivado da variação de preços dos combustíveis.

O segmento *Livros, jornais, revistas e papelaria* registrou uma variação positiva de (4,3%) no primeiro semestre de 2013, quando comparado ao mesmo período de 2012. Junho foi o único mês que registrou uma variação negativa de (3,5%).

Na atividade *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação* houve uma variação de (3,7%) no primeiro semestre de 2013. No mês de Junho, a variação foi de (6,9%). *Móveis e eletrodomésticos* cresceu (3,7%) em comparação ao primeiro semestre de 2012. No mês de Junho, o crescimento foi de (2,9%). Este comportamento foi derivado da manutenção da alíquota mais baixa do IPI para os produtos da linha branca e móveis como medida de estímulo ao consumo.

A atividade *Tecidos, vestuário e calçados* registrou um crescimento de (3,0%) no primeiro semestre de 2013. No mês de Junho, houve uma redução de (3,2%).

Segundo o IBGE, este resultado pode ser justificado pelo comportamento crescente dos preços do grupo Vestuário.

O segmento *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* apresentou uma expansão moderada de (0,3%). No mês de Junho houve uma redução de (0,7%). Este resultado é explicado pelo aumento dos preços neste segmento, principalmente do subgrupo Alimentação no Domicílio.

O Comércio Varejista Ampliado, que inclui as atividades *Veículos e motos, partes e peças e Material de construção*, apresentou um desempenho em consonância com o varejo restrito, apontando uma alta de (3,7%), no primeiro semestre de 2013. No mês de Junho, houve uma redução de (2,0%), quando comparado ao mesmo mês do ano anterior.

O segmento *Material de construção* registrou um crescimento de (6,8%), no primeiro semestre de 2013. No mês de Junho, o crescimento foi de (4,9%), em relação ao mesmo mês do ano anterior.

A atividade *Veículos e motos, partes e peças* apresentou um crescimento de (4%), no acumulado do semestre. No mês de Junho houve uma redução de (9,4%), quando comparado ao mesmo mês anterior que registrou um aumento de aproximadamente (20%). O desempenho, em Junho de 2012, foi derivado das medidas do Governo de IPI zero sobre carros 1.0 e metade do imposto sobre as demais cilindradas, mas as alíquotas do imposto tiveram um aumento gradual no primeiro semestre de 2013 e, em Junho deste ano, começaram a surtir efeito sobre as vendas.

Assim, os resultados do comércio varejista foram influenciados, por um lado, pelo aumento nos juros e na inflação e, por outro, pelas medidas governamentais de estímulo à demanda. Espera-se que o resultado para o ano de 2013 seja positivo, mesmo com uma intensidade menor que a apresentada nos anos anteriores.

4.2 Nordeste

Em todos os Estados do Nordeste, a variação no volume de vendas do comércio varejista foi positiva no primeiro semestre de 2013, segundo a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC). Dentre os nove Estados que compõe a região, sete apresentaram um desempenho superior à variação do Brasil. São eles: Rio Grande do Norte, Paraíba, Maranhão, Pernambuco, Alagoas, Ceará e Sergipe.

O Rio Grande do Norte foi o Estado do Nordeste com maior crescimento (9,26%) no primeiro semestre de 2013, frente ao mesmo período de 2012. Nas variações mensais, houve crescimento em todos os meses, em comparação ao mesmo período do ano anterior. O que incentivou o bom desempenho do comércio potiguar foi o maior volume de investimentos públicos e os incentivos fiscais.

A Paraíba também apresentou um desempenho elevado. Seu crescimento, no primeiro semestre do ano, foi de (9,13%). No mês de Junho, quando houve uma desaceleração no varejo nacional, a Paraíba se destacou entre os Estados do Nordeste com alta de (7,46%). Este resultado pode ser atribuído, em parte, à estabilidade do nível do emprego e aumento da renda real do trabalhador, segundo a Fecomércio da Paraíba.

O Maranhão registrou um crescimento de (6,31%) no acumulado do primeiro semestre de 2013, em comparação a 2012. O melhor desempenho do Estado aconteceu no mês de Janeiro quando cresceu (10,73%), frente ao mesmo mês do ano anterior. Um dos fatores responsáveis pelo bom desempenho no Estado foram as políticas de redução do IPI para o setor automobilístico e para a linha branca promovidos pelo Governo.

Pernambuco apresentou uma expansão de (4,11%) no primeiro semestre, em comparação ao mesmo período de 2012. Este resultado foi derivado pelo bom desempenho dos segmentos *Outros artigos de uso pessoal e doméstico; Livros, jornais, revistas e papelaria; Combustíveis e lubrificantes; e Tecidos, vestuários e calçados*.

O Estado de Alagoas apresentou um crescimento de (3,9%) no acumulado dos primeiros seis meses do ano, desempenho superior à média nacional. O Estado apresentou um bom desempenho ao longo do semestre, registrando seu pico no mês de Janeiro com crescimento de (7,7%).

O Ceará registrou uma expansão de (3,82%) no primeiro semestre de 2013, em comparação ao primeiro semestre de 2012. O bom desempenho do Estado aconteceu por causa do elevado crescimento das atividades *Combustíveis e lubrificantes e Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos*.

Sergipe registrou um crescimento de (3,17%) nas vendas do comércio varejista, mostrando um desenvolvimento próximo à tendência nacional de crescimento, no acumulado dos primeiros seis meses de 2013, frente ao mesmo período de 2012.

Os Estados Piauí e Bahia apresentaram um desempenho positivo, em relação ao mesmo período de 2012, mas inferiores à média do Brasil. Piauí registrou uma variação de (0,95%) e a Bahia de (0,56%).

No que tange ao Comércio Varejista Ampliado, que inclui as atividades *Veículos e motos, partes e peças* e *Material de construção*, houve crescimento de oito Estados, sendo cinco superiores à média apresentada no país de (3,72%). São eles: Rio Grande de Norte (9,35%), Paraíba (8,34%), Maranhão (7,66%). Piauí (6,84%), Alagoas (4,08%). Pernambuco (3,65%), Sergipe (2,68%) e Bahia (1,13%) também tiveram variação positiva, mas foram inferiores ao crescimento do país. O Ceará foi o único Estado que apresentou uma redução na comparação com o primeiro semestre do ano anterior, com (0,1%), como consequência de resultados negativos acompanhados de fracos crescimentos mensais.

Desta forma, tanto o comércio varejista nacional quanto o regional, sofreram uma desaceleração em suas taxas de crescimento no acumulado do ano. Este comportamento foi influenciado, em certa medida, pelas políticas governamentais que foram reajustadas para combater a inflação, como a elevação da taxa de juros, pela perda de fôlego na concessão de crédito aos consumidores e influência dos prejuízos da seca que atingiram a Região. Mesmo com este cenário, a expectativa é de uma variação positiva para o volume de vendas do Comércio Varejista nordestino para o ano de 2013.

4.3 Alagoas

O comércio varejista em Alagoas apresentou, em termos de desempenho acumulado no primeiro semestre de 2013, um crescimento de (3,90%), em relação ao mesmo período de 2012. Este resultado teve influência, por exemplo, de medidas governamentais de estímulo à demanda, como as desonerações tanto da folha de pagamento quanto do PIS e Cofins em itens da cesta básica, resultando em um desempenho superior à média apresentada no país de (3,02%).

Em comparação aos anos anteriores que apresentaram crescimentos elevados, observa-se uma desaceleração no ritmo de crescimento da variação do volume de vendas em decorrência, por exemplo, do endividamento das famílias, da alta dos juros sobre o crédito, da alta do dólar, da persistência do processo inflacionário e das manifestações populares. O conjunto destes fatores, aliado a outros que desaceleraram o

consumo, não permitiu que o comércio varejista alagoano registrasse um crescimento maior que o apresentado no período em análise.

No tocante ao índice de volume de vendas, o comércio varejista alagoano apresentou um bom desempenho no primeiro semestre de 2013. Em 2012 foi registrado um índice de 103,45, subindo para 108,17 em 2013, gerando um resultado maior que o apresentado no Brasil de 106,01.

Tabela 14 - Índice e variação de volume de vendas do comércio varejista, por Unidade da Federação
Alagoas - Acumulado do 1º semestre de 2013

Unidades da Federação	Índice de volumes	Variação			
		Mensal			Acumulado no ano
		abr/13	mai/13	jun/13	
Maranhão	111,98	7,13	9,00	4,79	6,31
Piauí	104,58	3,73	0,87	2,09	0,95
Ceará	105,27	4,59	5,28	-0,54	3,82
Rio Grande do Norte	109,31	11,57	11,26	4,31	9,26
Paraíba	112,29	13,84	7,97	7,46	9,13
Pernambuco	110,65	3,43	4,42	2,65	4,11
Alagoas	108,17	3,17	6,65	4,56	3,90
Sergipe	102,88	4,48	3,94	2,13	3,17
Bahia	108,23	1,07	4,21	-1,78	0,56
Brasil	106,01	1,61	4,40	1,65	3,02

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio.
Dados trabalhados pela Seplande – SINC

No Comércio Varejista Ampliado, que inclui as atividades *Veículos e motos, partes e peças e Material de construção*, o Estado de Alagoas apresentou um crescimento de (4,08%), em relação ao primeiro semestre de 2012. Este resultado foi superior à média brasileira que registrou um crescimento de (3,72%). No mês de Junho, em comparação o mesmo mês de 2012, houve redução no comércio varejista ampliado, mostrando que as atividades adicionais deste segmento tiveram grande influência no resultado apresentado.

Em relação ao índice de volume de vendas, o comércio varejista alagoano ampliado apresentou uma redução em relação ao mesmo período de 2012. Houve uma redução de 113,7 para 109,6, mas ainda foi superior ao apresentado no Brasil (106,8).

Tabela 15 - Índice e variação de volume de vendas do comércio varejista ampliado, por Unidade da Federação

Alagoas - Acumulado do 1º semestre de 2013

Unidades da Federação	Índice de volumes	Variação			
		Mensal			Acumulado do ano
		abr/13	mai/13	jun/13	
Maranhão	110,97	17,54	8,62	2,98	2,98
Piauí	112,7	16,59	4,04	4,69	6,84
Ceará	99,75	6,79	2,06	-11,62	-0,09
Rio Grande do Norte	108,96	16,83	10,92	2,05	9,35
Paraíba	108,91	21,26	10,81	3,15	8,34
Pernambuco	105,98	9,78	4,85	-3	3,65
Alagoas	109,64	5,63	5,95	-3,62	4,08
Sergipe	101,91	8,24	6,09	-3,81	2,68
Bahia	107,36	4,85	5,72	-6,22	1,13
Brasil	106,78	9,15	4,32	-2,02	3,72

Fonte: IBGE

Dados trabalhados pela Seplande – Sinc

Frente ao bom desempenho apresentado no primeiro semestre de 2013 e considerando a média desses indicadores e a melhoria nas expectativas sobre o índice de confiança dos empresários do Comércio de Maceió, estima-se um crescimento no comércio varejista alagoano de (7,5%), no acumulado de 2013, segundo a Fecomércio-AL.

De acordo com a análise do Instituto Fecomércio-AL, a expectativa de crescimento para comércio varejista alagoano no ano de 2013, será de resultados favoráveis em decorrência dos seguintes fatores: o crescimento do emprego nos setores de comércio e serviços e a instalação e inauguração de redes e empreendimentos comerciais na capital.

5. Turismo

5.1 Brasil

As movimentações nacionais e internacionais nos aeroportos brasileiros sinalizam um desempenho negativo, devido à valorização do dólar em relação ao real e a alta do preço do barril do petróleo que impactaram fortemente o transporte aéreo, e aumentaram os gastos com combustível e arrendamento, manutenção, seguro de aeronaves.

No primeiro semestre de 2013, a movimentação de passageiros em voos internacional totalizaram 3,3 milhões de passageiros, o qual resultou uma redução de

(64,76%) em relação ao mesmo período de 2012. Este desempenho foi reflexo da crise aérea brasileira e a desvalorização do real que afetaram os voos internacionais.

A movimentação em voos domésticos, que totalizaram 61,6 milhões de passageiros no primeiro semestre de 2013, com uma redução de (26,87%) em relação ao mesmo período do ano anterior. Este resultado foi justificado pela diminuição no número de voos e passageiros e o aumento no preço das passagens. Outro fator, segundo a Associação Brasileira das Empresas Aéreas (ABEAR), foram o aumento do custo operacional, principalmente pela alta do dólar e impostos, afastando os passageiros dos terminais de todo o país.

Tabela 16- Movimentação de passageiros em voos internacionais e nacional

Brasil - Acumulado do primeiro semestre 2012-2013

Movimento/Setor	Anos		Var. (%) 2013/2012
	2012	2013	
Nacional	84.231.524	61.600.873	-26,87
Internacional	9.440.550	3.326.818	-64,76
Total	93.672.074	64.927.691	-30,69

Fonte: Infraero

Dados trabalhados pela Seplande – SINC

O desempenho geral do turismo brasileiro no primeiro semestre de 2013 foi de redução na taxa de ocupação média em (0,80%) quando comparado ao mesmo período em 2012. O preço médio das diárias nos hotéis brasileiros no primeiro semestre de 2013 aumentou em (8,21%) comparado ao ano anterior. Este cenário se justifica, parcialmente, pela desaceleração do crescimento econômico do país que levou a uma ligeira queda nas taxas de ocupação.

Tabela 17 - Desempenho Geral

Brasil - Acumulado do primeiro semestre de 2013

Região	Taxa de ocupação (%)			Diária média (R\$)		
	Anos			Anos		
	2012	2013	Var (%)	2012	2013	Var (%)
Centro-Oeste	60,72	64,78	6,69	209,4	228,82	9,27
Nordeste	67,02	65,6	-2,12	193,08	212,5	10,06
Norte	56,78	54,4	-4,19	191,49	186,59	-2,56
Sudeste	66,1	65,58	-0,79	248,76	268,87	8,08
Sul	63,18	61,77	-2,23	181,09	196,63	8,58
Brasil	64,95	64,43	-0,8	227,84	246,54	8,21

Fonte: Fórum de operadores hoteleiros do Brasil

Dados trabalhados pela Seplande – SINC

A perspectiva do turismo brasileiro em 2013 é de um bom resultado, em virtude dos grandes eventos mundiais como: a Jornada Mundial da Juventude no Rio de Janeiro, Copa das Confederações e também a proximidade da copa do mundo.

Este cenário vem beneficiando a divulgação do país, as melhorias em infraestrutura e o turismo em decorrências dos jogos.

5.2 Nordeste

A movimentação nos aeroportos do Nordeste apresentou um decréscimo de (1,24%) no primeiro semestre de 2013 em relação ao mesmo período de 2012. Segundo dados da Infraero (Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária), apenas dois aeroportos registraram alta no primeiro semestre de 2013, que foram: Maceió (17,99%) e Recife (1,79%). Os demais, por sua vez, apresentaram queda no movimento de passageiros: São Luis (12,48%), Natal (5,75%), Aracaju (3,29%), Salvador (2,33%), Fortaleza (1,94%), Teresina (1,89%) e João Pessoa (1,60%). Este resultado decorreu devido a crise aérea, que provocou um baixo desempenho nos aeroportos do nordeste devido a uma perda significativa da malha aérea e o aumento nos preços das passagens.

A regionalização da malha aérea é fundamental para o crescimento do turismo nordestino, tendo como principal gargalo a falta de voos entre as principais cidades nordestinas. Para solucionar este problema os secretários de turismo têm procurado as companhias aéreas para pleitear novos voos e melhorar a movimentação nos aeroportos da região.

O Turismo Corporativo é responsável por (60%) das viagens no nordeste e tem como principal característica a viagem de negócios. Este segmento tem a maior expansão nas atividades relacionadas ao turismo com uma grande divulgação nas seguintes capitais: Recife, Fortaleza e Salvador.

Outro fator importante do turismo corporativo em relação aos agentes de viagens, é que o cliente corporativo principalmente das grandes empresas, privilegia a compra de serviços turísticos (passagens, hospedagem, etc.) através das agências, ou seja, é ingresso de receitas durante todo o ano para as agências de viagem.

Em 2013, foi criado o Salão do Turismo Rota 101 Nordeste, que tem como objetivo promover o turismo em quatro Estados do Nordeste ligados pela BR 101: Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas. A principal proposta desta Rota 101 Nordeste é buscar a melhoria dos serviços turísticos, beneficiando o fluxo de turistas

entre os estados pela via terrestre. Outro fator importante do turismo corporativo em relação aos agentes de viagens, é que o cliente corporativo principalmente das grandes empresas, privilegia a compra de serviços turísticos (passagens, hospedagem, etc.) através das agências, ou seja, é ingresso de receitas durante todo o ano para as agências de viagem.

Em 2013, foi criado o Salão do Turismo Rota 101 Nordeste, que tem como objetivo promover o turismo em quatro Estados do Nordeste ligados pela BR 101: Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas. A principal proposta desta Rota 101 Nordeste é buscar a melhoria dos serviços turísticos, beneficiando o fluxo de turistas entre os estados pela via terrestre.

Outro fator importante do turismo corporativo em relação aos agentes de viagens, é que o cliente corporativo principalmente das grandes empresas, privilegia a compra de serviços turísticos (passagens, hospedagem, etc.) através das agências, ou seja, é ingresso de receitas durante todo o ano para as agências de viagem.

Em 2013, foi criado o Salão do Turismo Rota 101 Nordeste, que tem como objetivo promover o turismo em quatro Estados do Nordeste ligados pela BR 101: Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas. A principal proposta desta Rota 101 Nordeste é buscar a melhoria dos serviços turísticos, beneficiando o fluxo de turistas entre os estados pela via terrestre.

**Tabela 18 - Movimento de passageiros em voos domésticos e internacionais
Nordeste - Acumulado do 1º semestre de 2013**

CIDADE	Anos						Var. %
	2012			2013			2013/2012
	Doméstico	Intern.	Total	Domestico	Intern.	Total	
São Luís - MA	979.569	5	979.574	857.248	27	857.275	-12,48
Teresina - PI	510.881	35	510.916	501.241	0	501.241	-1,89
Fortaleza- CE	2.798.787	91.610	2.890.397	2.734.133	100.053	2.834.186	-1,94
Natal - RN	1.237.534	53.896	1.291.430	1.167.872	49.311	1.217.183	-5,75
João Pessoa - PB	612.626	0	612.626	602.834	0	602.834	-1,60
Recife - PE	3.110.873	95.449	3.206.322	3.144.147	119.631	3.263.778	1,79
Maceió - AL	813.757	5.211	818.968	958.638	7.695	966.333	17,99
Aracaju - SE	656.611	14	656.625	635.011	24	635.035	-3,29
Salvador - BA	4.155.058	159.208	4.314.266	4.034.063	179.729	4.213.792	-2,33
NORDESTE	14.875.696	405.428	15.281.124	14.635.187	456.470	15.091.657	-1,24

Fonte: Infraero
Dados trabalhados pela Seplande – SINC

5.3 Alagoas

O Turismo Alagoano alcançou um bom desempenho nos últimos anos mediante ao trabalho de divulgação contínuo de todo o *trade* com a Secretaria de Estado do Turismo de Alagoas (SETUR) e Secretaria Municipal de Promoção do Turismo de Maceió (SEMPTUR). Este resultado é devido a diversos fatores como: melhoria na qualidade do destino, obras de infraestrutura turística, incremento da malha aérea e novos empreendimentos hoteleiros. Outro fator favorável para o setor foi o clima com uma temporada de verão longa e de poucas chuvas.

O Aeroporto Internacional Zumbi dos Palmares recebeu 462,2 mil passageiros no primeiro semestre de 2013, o que correspondeu um acréscimo de (16,2%) comparado ao mesmo período de 2012. Este aumento no fluxo de desembarques foi em decorrência do incremento na oferta de voos regulares, e também no turismo corporativo com a vinda de novas indústrias para o estado.

Em contrapartida, desembarques internacionais totalizaram 4,4 mil passageiros, no primeiro semestre de 2013 com um aumento de (103,4%) comparado ao mesmo período de 2012. Tal resultado é justificado pelo crescimento de fretamento internacionais através de voos *charters* vindos de Portugal, Itália e Argentina.

Outro fator importante é o destino de São Paulo, que possui horários de voos mais acessíveis, facilitando as conexões e tornando o aeroporto de São Paulo uma plataforma giratória de voos, e centro de conexão (HUB do inglês), ou seja, um dos principais centros de operações de voos comerciais, que facilita a ampliação de conexão com diversos destinos nacionais e internacionais. Além de facilitar o fortalecimento e a ampliação da malha aérea regular de Alagoas.

**Tabela 19 - Desembarque de passageiros em voos internacionais e nacionais
Alagoas - Acumulado do primeiro semestre 2012-2013**

Movimento/Setor	Anos		Var. (%) 2013/2012
	2012	2013	
Nacional	395.799	462.256	16,79
Internacional	2.208	4.491	103,40
Total	398.007	466.747	17,27

Fonte: Infraero
Dados trabalhados pela Seplande – Sinc

Segundo o Boletim de Ocupação Hoteleira, da Secretaria de Estado do Turismo de Alagoas (SETUR-AL), a taxa média de ocupação do primeiro semestre de 2013 foi de (70,1%), praticamente inalterada em relação ao mesmo período de 2012 que foi de

(69,5%), e o fluxo de entrada de hóspedes foi de 357.464, com acréscimo de (16,94%) comparado com o primeiro semestre de 2012. Este resultado foi decorrente do turismo de lazer, negócios e dos eventos corporativos, que é considerado um segmento importante, com uma grande movimentação turística no Estado no período de baixa temporada.

Entretanto, a rede hoteleira Alagoana está em forte expansão, com novos investimentos em hotéis e sendo conhecido o Estado por possuir a melhor e mais moderna rede hoteleira do Nordeste. No primeiro semestre de 2013 foram inaugurados três novos hotéis, gerando um incremento de 1.351 leitos.

Tabela 20 - Meios de Hospedagem classificados e não classificados

Alagoas – Acumulado do 1º semestre 2012- 2013

Categoria	Anos		VAR. % 2013/2012
	2012	2013	
Fluxo de entrada de hóspedes	305.678	357.464	16,94
Permanência média	3,9	3,9	0,00
Taxa média de ocupação de unidades habitacionais	69,5	70,1	0,86
Geração de diárias	1.192.144	1.394.110	16,94

Fonte: Secretaria do Estado do Turismo de Alagoas
Dados trabalhados pela Seplande- SINC

Os Cruzeiros Marítimos vêm se consolidando como importante segmento turístico, apresentando impactos econômicos relevantes tanto em nível nacional como local. A movimentação no Porto de Maceió apresentou uma redução (61,76%) as chegadas de navios no primeiro semestre de 2013 em relação a 2012, além de uma queda no número de passageiros a bordo de (69,81%) neste mesmo período. Este resultado tem como justificativa a falta de infraestrutura portuária aliada aos altos custos de operação nos portos brasileiros principalmente tributários, que tem deixado o país menos competitivo, e por isso estamos perdendo posições para outras regiões.

Em consequência dos altos custos da atividade e da infraestrutura portuária precária a movimentação de Cruzeiros Marítimos no Brasil, vem reduzindo e prejudicando o turismo nacional como um todo: o fluxo de turistas diminui nas cidades-escala; o impacto econômico, gerado pela atividade com a movimentação em bares e restaurantes e a quantidade de passeios turísticos também sentem a queda; e a geração de emprego se retrai.

Tabela 21 - Fluxo de navios no porto de Jaraguá
Alagoas - Acumulado do primeiro semestre 2012-2013

Movimento	Anos		Var (%)
	2012	2013	2013/2012
Navios (chegadas)	34	13	-61,76
Passageiros	71.817	21.684	-69,81

Fonte: Administração do porto de Maceió
 Dados trabalhados pela Seplande- SINC

A estatística divulgada, pelo Departamento de Estudos e Pesquisas da SETUR-AL, revela que o fluxo de entrada de hóspedes no Estado de Alagoas advinda de várias localidades foi bastante expressiva para o Estado no primeiro semestre de 2013 em relação a 2012. Este desempenho do setor foi através do crescimento da oferta de voos diretos de Brasília e São Paulo para Maceió, além do aumento da procura pelo destino de Alagoas.

Já o fluxo de entrada de hóspedes estrangeiros em Alagoas apresentou acréscimo no primeiro semestre de 2013 em relação a 2012. Este desempenho foi devido à divulgação do potencial turístico de Alagoas na América do Sul, principalmente para os Argentinos, e também o aumento de fretamento internacional através de voos *charters*.

Portanto para o segundo semestre de 2013, as perspectivas são positivas devido ao fortalecimento da malha aérea regular e os fretamentos de voos *charters* para a alta temporada. Além da divulgação do destino de Alagoas na feira de negócios, que também articula a vinda de jornalistas e veículos de comunicação especializados em turismo para Alagoas com o objetivo de divulgar o destino nos mercados nacional e internacionalmente.

6. Mercado de Trabalho

6.1 Brasil

O mercado de trabalho no Brasil apresentou um desempenho positivo no primeiro semestre de 2013, apesar da desaceleração no ritmo de crescimento de novos postos de emprego, quando comparado ao mesmo período de 2012. Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), a criação de empregos formais totalizou 826.168 postos de trabalho, apresentando uma evolução de (2,09%) no acumulado do semestre. Este comportamento foi originado das 11.439.748 admissões e dos 10.613.580 desligamentos registrados no período.

A redução na criação de novos postos de emprego vem acompanhada do baixo ritmo de crescimento da economia brasileira, consequência dos efeitos da crise financeira na Europa e da redução no nível de crescimento da economia chinesa, gerando o desaquecimento do mercado de trabalho nacional.

Entre os oito setores da atividade econômica⁵, sete apresentaram crescimento na evolução do emprego no primeiro semestre de 2013, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Os que mais se destacaram foram: Agropecuária com 115.745 postos, um crescimento de (7,35%), devido à sazonalidade das atividades agrícolas que geram mais empregos; Construção Civil com 133.436 postos, um crescimento de (4,29%); e Administração Pública com 30.861 postos, um crescimento de (3,54%).

O setor Comércio apresentou, no primeiro semestre de 2013, um saldo negativo de 13.693 postos, uma redução de (0,15%) na evolução do emprego. O subsetor “Comércio Varejista” foi o responsável por este desempenho, apresentando um saldo negativo de 39.003 postos de trabalho, uma redução de (0,52%), mesmo com a recuperação dos novos postos de emprego a partir do mês de Abril. Este comportamento foi derivado da queda no consumo das famílias, com o crescimento dos seus endividamentos e alta dos juros sobre o crédito.

Já o setor de serviços apresentou avanços na geração de novos postos com um saldo de 361.180, representando um crescimento de (2,23%). Todos os seus subsetores tiveram desempenho positivo, com destaque para o Ensino com 86.195 postos, um crescimento de (5,86%); Transportes e Comunicações com 65.439 postos, um crescimento de (3,04%); Serviços médicos, odontológicos e veterinários com 47.856 postos, um crescimento de (2,81%); e Comércio e administração de imóveis, valores mobiliários, serviço técnico com 89.110 postos, um crescimento de (1,91%).

A Indústria de Transformação foi responsável pela criação de 186.815 novos postos de emprego, um crescimento de (2,28%). Apenas o subsetor Indústria de papel, papelão, editorial e gráfica apresentou saldo negativo na geração de empregos 499 postos, uma redução na sua evolução de (0,12%). Os outros onze subsetores apresentaram desempenho positivo destacando: Indústria da borracha, fumo, couros, peles, similares, indústrias diversas com 22.826 postos, um crescimento de (6,67%);

⁵ Os setores da atividade econômica são: Extrativa Mineral, Indústria de Transformação, Serviços Industriais de Utilidade Pública, Construção Civil, Comércio, Serviços, Administração Pública e Agropecuária.

Indústria de calçados com 18.471 postos, um crescimento de (5,48%); Indústria de matéria de transporte com 24.527 postos, um crescimento de (4,09%) e Indústria química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria com 38.426 postos, um crescimento de (4,08%).

O setor Serviços Industriais de Utilidade Pública apresentou 8.673 postos de trabalho, um crescimento de (2,29%); o setor Extrativo Mineral apresentou 3.151 novos postos de emprego, um crescimento de (1,41%).

Dessa forma, no primeiro semestre de 2013, o desempenho do mercado de trabalho brasileiro foi positivo, mesmo em um cenário de baixo crescimento econômico do país. Um dos motivos para este fenômeno foi o setor Serviços, que não gera alto valor agregado e demanda poucos trabalhadores qualificados em alguns segmentos intensivos em mão de obra, é o que mais gera emprego no Brasil.

Baseado nesse contexto de baixo crescimento econômico, o Ministro do Trabalho estimou que a abertura de novas vagas formais poderá chegar, no máximo, a 1,4 milhão no acumulado do ano de 2013 com investimentos dos setores público e privado, principalmente em grandes obras.

Tabela 22 - Evolução do Emprego por Setores da Atividade Econômica Brasil - Acumulado até Junho de 2013			
Atividades Econômicas	Admis.	Deslig.	Saldo
Extrativa Mineral	29.921	26.770	3.151
Indústria de Transformação	2.159.002	1.972.187	186.815
Serviços Industriais de Utilidade Pública -SIUP	63.171	54.498	8.673
Construção Civil	1.489.601	1.356.165	133.436
Comércio	2.585.481	2.599.174	-13.693
Serviços	4.341.145	3.979.965	361.180
Administração Pública	81.229	50.368	30.861
Agropecuária	690.198	574.453	115.745
Total	11.439.748	10.613.580	826.168

Fonte: Caged

Dados trabalhados pela Seplande – SINC

6.2 Nordeste

No primeiro semestre de 2013, a Região Nordeste apresentou um saldo negativo na geração de empregos de 26.570, diferença entre as 1.458.833 admissões e dos 1.485.403 desligamentos. Assim, registrou-se uma redução de (0,42%), segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). Os setores que mais contribuíram para este comportamento foram: Indústria de Transformação com um saldo negativo de 61.511 postos, uma redução de (5,64%); Comércio com menos 9.750

postos, uma redução de (0,64%); e Agropecuária com menos 8.993 e redução de (3,41%).

O setor Serviços continua sendo o responsável pela maior parcela na geração de empregos com 40.315 postos, um crescimento de (1,61%). A Construção Civil vem em seguida com 8.266 postos e crescimento de (1,17%) e Serviços de Utilidade Pública (SIUP) com 3.169 postos, um crescimento de (4,48%). Nesse contexto, os Estados do Nordeste que apresentaram um saldo positivo na criação de empregos foram: Bahia, Ceará, Piauí e Sergipe. Já os que apresentaram saldo negativo foram: Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

A Bahia registrou o melhor desempenho no Nordeste com o saldo de 26.640 postos e crescimento de (1,53%). Houve crescimento em todos os setores da atividade econômica, com exceção do Comércio que apresentou um saldo negativo de 1.839 postos. Este resultado deve-se, principalmente, aos setores Serviços com 10.751 postos, um crescimento de (1,47%), e Construção Civil com 8.994 postos, um crescimento de (4,91%), influenciado pelos investimentos em obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O Ceará teve o segundo melhor desempenho no número de postos de trabalho do Nordeste, com um saldo de 13.152 e crescimento de (1,15%). O setor que mais empregou no Estado foi a Indústria de Transformação com 4.945 postos, um crescimento de (1,89%), seguida pela Construção Civil com 3.770 postos, um crescimento de (4,29%), e Serviços com 4.743 postos, um crescimento de (1,05%). Apenas os setores Comércio e Agropecuária apresentaram queda no emprego. O Comércio teve saldo negativo de 1.044 postos, uma redução de (0,44%), enquanto a Agropecuária apresentou saldo negativo de 660 postos, uma redução de (2,56%).

No Estado do Piauí, houve criação de 6.227 postos e crescimento de (2,32%). Todos os setores apresentaram saldo positivo, inclusive o Comércio, tendo o setor Serviços como relevante destaque do mercado de trabalho com um total de 3.078 postos, um crescimento de (3,10%). Em seguida veio a Construção Civil com 2.151 postos e crescimento de (6,22%) e Indústria de Transformação com 450 postos e crescimento de (1,60%).

Em Sergipe, o número de novos postos de trabalho foi de 295, um crescimento de (0,10%), destacando o setor Serviços, que obteve 4.754 postos, um crescimento de

(4,33%). O saldo não foi maior, porque três setores apresentaram resultados insatisfatórios, são eles: Agropecuária com 4.068 postos, uma redução de (28,05%); Indústria de Transformação com 1.215 postos, uma redução de (2,62%); e Comércio com 319 postos, uma redução de (0,52%).

O Maranhão apresentou saldo negativo de 1.431 na evolução do emprego, uma redução de (0,31%). Os setores que influenciaram esse resultado no Estado foram: Construção Civil, Agropecuária, Comércio e Extrativa Mineral. Já os que mais se destacaram foram Serviços com 2.797 postos, um crescimento de (1,64%), e Indústria de Transformação com 1.498 postos, um crescimento de (3,68%).

No Rio Grande do Norte, foi o setor de Serviços que mais empregou, originando 3.414 postos, um crescimento de (2,16%), em seguida, a Administração Pública com 59 postos, um crescimento de (1,15%). Os demais setores da atividade econômica apresentaram saldo negativo na criação de novos empregos, destacando a Indústria de Transformação e Agropecuária. O saldo total foi negativo, com um déficit de 1.927 postos, uma redução de (0,46%).

O setor Serviços também foi o que mais empregou na Paraíba com um resultado de 4.752 postos, um crescimento de (3,69%). Enquanto isso, a Indústria de Transformação foi a responsável pelo saldo negativo no estado com um total de 5.409 postos, uma redução de (6,80%). Em seguida, a Agropecuária com um saldo negativo de 3.886 postos, uma redução de (30,97%). O saldo do emprego do Estado foi negativo de 3.875 postos, uma redução de (1,01%).

No tocante ao Estado de Pernambuco, observa-se um saldo negativo de 24.489 na geração de postos de trabalho no acumulado até Junho, uma redução de (1,84%). O grande “vilão” foi a Indústria de Transformação com um saldo negativo de 22.284 postos, sendo o subsetor Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico o maior responsável por este número por causa do período de entressafra da cana-de-açúcar que afeta o setor sucroenergético. No entanto, o setor que mais empregou foi o de Serviços com 5.136 postos, um crescimento de (0,94%), e em seguida Serviços Industriais de Utilidade Pública com 1.312 postos, um crescimento de (7,39%).

Assim, a Região Nordeste apresentou uma desaceleração no ritmo de criação de novos postos de trabalho. Quando os resultados são confrontados com o ano anterior, verifica-se que houve um crescimento de (1,24%) nas admissões, enquanto as

demissões tiveram um crescimento superior de (5,10%). A consequência foi um saldo negativo de 26.570 postos de trabalho no primeiro semestre de 2013, enquanto foram gerados 27.743 postos no mesmo período de 2012.

Esse desempenho negativo foi influenciado pelo baixo ritmo de crescimento da economia brasileira que gerou perda de confiança dos empresários, principalmente nos setores Indústria de Transformação e Construção Civil, fechando postos de trabalhos ou não contratando para reduzir os custos. Aliado a isso, teve a seca prolongada que causou dificuldades nas atividades econômicas da região, principalmente na Indústria de alimentos e bebidas.

Espera-se, até o final de 2013, um aumento de novos postos de trabalho no Nordeste estimulados, principalmente, pelo aumento de novos investimentos na Indústria para o aumento da produção, a partir do crescimento da confiança dos empresários que voltou a se elevar no início do segundo semestre.

6.3 Alagoas

No Estado de Alagoas, a criação de empregos formais apresentou um saldo negativo de 41.162 postos no primeiro semestre de 2013, o que representa uma redução de (11,20%), segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). Em comparação a 2012, houve uma diminuição de 3.567 postos de trabalho. Esta redução aconteceu, principalmente, pela sazonalidade negativa da cana-de-açúcar que causaram consequências nas atividades sucroenergéticas, reduzindo o emprego. Os principais setores econômicos responsáveis por este comportamento foram a Indústria de Transformação, Construção Civil e Agropecuária.

Assim, os três setores ressaltados anteriormente passaram por algumas adversidades durante o período em análise. A Indústria de Transformação foi afetada pelas atividades sucroenergéticas, reflexo da estiagem e a diminuição do preço do açúcar no mercado mundial. A Construção civil apresentou uma redução no ritmo de lançamento de imóveis e finalizou muitos conjuntos habitacionais. E a Agropecuária sofreu com a seca, diminuindo sua produção.

O setor que mais gerou novos postos de emprego no período em análise foi Serviços com 890 postos, um crescimento de (0,78%). Houve uma desaceleração na criação de novos postos, quando comparado ao mesmo período de 2012. Este resultado apresentou forte influência do período da entressafra no setor sucroenergético, com uma

das maiores quedas sendo no subsetor Transportes e Comunicações com um saldo negativo de 117 postos, uma queda de (0,86%), pois reduz os serviços de alugueis de veículos, máquinas e equipamentos de transporte.

Os subsetores que tiveram melhor desempenho na geração de emprego foram: Ensino com 822 postos, um crescimento de (5,82%); Comércio e administração de imóveis, valores mobiliários e serviços técnicos com 246 postos, um crescimento de (1,43%); Serviços médicos, odontológicos e veterinários com 227 postos, um crescimento de (1,56%); e Instituições de crédito, seguros e capitalizações com 16 postos, um crescimento de (0,45%).

O segundo setor que mais gerou empregos foi o de Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP) com 357 postos, um crescimento de (7,69%), registrando um aumento de 339 postos em comparação a 2012. Em seguida vêm as atividades ligadas a Extração Mineral com 21 postos, um crescimento de (2,02%).

A Administração Pública gerou um saldo negativo de 41 postos na geração de novos postos de emprego e com redução de (0,44%), apresentando uma desaceleração quando comparado ao primeiro semestre de 2012, motivado pela aposentadoria de servidores.

O Comércio registrou queda na geração de empregos com saldo negativo de 122 postos, uma redução de (0,15%). A queda nas vendas foi fortemente relacionada ao crescimento do endividamento das famílias aliada ao aumento dos juros sobre o crédito que apresentaram, como consequência, um saldo negativo de 404 postos no subsetor Comércio Varejista, uma redução de (0,57%), influenciando o resultado negativo do Setor. Não obstante, o subsetor Comércio Atacadista apresentou um saldo de 282 postos e crescimento de (2,56%).

A atividade Agropecuária registrou um saldo negativo de 444 vagas, uma redução de (4,36%). Este comportamento se deve ao período de entressafra e à estiagem que afetou a produção, havendo um aumento de 22 postos de trabalho quando comparado ao mesmo período no ano anterior.

A Construção Civil sofreu uma desaceleração no primeiro semestre de 2013, apresentando um saldo negativo de 1.900 postos, uma redução de (4,38%). Um dos motivos para este enfraquecimento foi a finalização de muitas obras realizadas neste ano

como, por exemplo, o Programa Minha Casa, Minha Vida do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O setor Indústria de Transformação apresentou um saldo negativo de 39.923 postos, uma redução de (38,75%). O subsetor Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico foi o maior responsável por este comportamento, perdendo 38.934 postos, uma redução de (44,91%). Este desempenho foi derivado do período de entressafra da cana-de-açúcar que afeta o emprego no setor sucroenergético, pois a seca reduziu a produtividade agrícola.

Outros setores como a Indústria química, mecânica e de calçados também apresentaram saldo negativo na geração de empregos. Os setores que apresentaram crescimento na geração de empregos foram: Indústria metalúrgica com 338 postos, um crescimento de (22,84%); Indústria do material elétrico e de comunicações com 12 postos, um crescimento de (15,79%); e Indústria de madeira e do mobiliário com 7 postos, um crescimento de (0,62%).

Tabela 23 - Evolução do Emprego por Setores da Atividade Econômica
Alagoas - Acumulado até Junho 2012 - 2013

Atividades Econômicas	Admis.	Deslig.	Saldo	Admis.	Deslig.	Saldo
	2012			2013		
Extrativa Mineral	150	146	4	120	99	21
Indústria de Transformação	7.691	47.036	-39.345	7.015	46.938	-39.923
Serviços Industriais de Utilidade Pública	499	481	18	806	449	357
Construção Civil	17.988	18.428	-440	14.920	16.820	-1.900
Comércio	14.566	14.295	271	16.362	16.484	-122
Serviços	18.161	15.870	2.291	18.199	17.309	890
Administração Pública	107	35	72	51	92	-41
Agropecuária	1.665	2.131	-466	1.602	2.046	-444
Total	60.827	98.422	-37.595	59.075	100.237	-41.162

Fonte: Caged

Dados trabalhados pela Seplande – SINC

No mês de Junho, o saldo foi de menos 982 postos, uma redução de (0,30%). Este desempenho foi devido ao saldo negativo dos setores: Construção Civil com 841 postos, uma redução de (2,02%); Indústria de Transformação com 736 postos, uma redução de (1,16%); e Agropecuária com 35 postos, uma redução de (0,37%). No tocante a Indústria de Transformação, a Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico foi o principal subsetor a afetar o seu desempenho com um saldo negativo de 769 postos, uma redução de (1,58%), influenciado pelo período de entressafra e pela longa estiagem no Estado.

Os demais setores apresentaram criação de postos de emprego no mês de Junho: Serviços com 285 postos, um crescimento de (0,25%); Comércio com 257 postos, um crescimento de (0,32%); Serviços Industriais de Utilidade Pública com 68 postos, um crescimento de (1,39%); extrativa Mineral com 19 postos, um crescimento de (1,83%); e Administração Pública com 1 vaga, um crescimento de (0,01%).

A expectativa para o acumulado de 2013 é de um saldo positivo por dois grandes motivos: primeiro, haverá uma reversão no quadro com o início da moagem da safra de cana-de-açúcar 2013/2014, que irá movimentar bastante os setores da atividade econômica, pois esta é responsável pela contratação de boa parte dos trabalhadores, principalmente na Indústria de Transformação, com a produção de alimentos e bebidas, e na Agropecuária. Segundo, com a política de atração de empreendimentos executada pelo governo estadual, haverá entrada de novas Indústrias, refletindo na geração de empregos, principalmente nas Indústrias de alimentos e bebidas e química.

7. Finanças Públicas

O presente item analisa o desempenho das finanças públicas da União, Estados e Municípios no primeiro semestre de 2013, tendo como principal referência os dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

7.1 União

Em relação à receita primária da União expressa no gráfico 11, observa-se um crescimento no mês de janeiro e diminuição nos cinco meses seguintes, quando comparada ao ano de 2012. Tal resultado implica em uma redução das receitas do governo federal, como será discutido posteriormente.



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN)
Elaboração: Seplande – SINC

De janeiro a junho de 2013, o resultado primário do governo central apresentou *déficits*, obtendo o menor resultado em fevereiro, quando se registrou R\$6.412 bilhões e o maior em janeiro, com R\$ 26.190 bilhões. Observa-se que, embora os saldos tenham sido positivos na maioria dos meses, o acumulado no primeiro semestre de 2013 foi de R\$ 34.556 bilhões, representando uma queda de (28,13%) em relação a 2012, cujo resultado de R\$ 48.085 bilhões.

Em relação às receitas do governo central no primeiro semestre de 2013, ressalta-se um crescimento na receita total, quando comparado a 2012, resultando em uma variação positiva de (7,5%). No período em análise, a receita do tesouro ⁶ também apresentou um bom desempenho, sobretudo pelo aumento na arrecadação de impostos e contribuições. Por outro lado houve uma redução na arrecadação da Contribuição sobre Intervenção no Domínio Econômico (CIDE)⁷ devido a eliminação das alíquotas da CIDE da gasolina e do diesel. Esse comportamento deveu-se, em grande parte ao desempenho dos principais indicadores macroeconômicos que influenciaram a arrecadação de tributos, bem como o impacto das desonerações tributárias.

Ainda em relação às receitas, a **tabela 24** demonstra ainda a forte expansão na arrecadação previdenciária, com destaque para o setor urbano, que cresceu (11,15%) no período, fruto do aumento da massa salarial. Ademais, as receitas do banco central cresceram (17,87%) no primeiro semestre de 2013, influenciada pelo desempenho em fevereiro, quando a rubrica teve superávit de (37,6%).

Continua

Tabela 24- Resultado Primário			
Brasil - Primeiro Semestre de 2012-2013			
R\$ milhões			
Resultado Primário	Ano		Variação
	2012	2013	2013/2012
I. Receita total	521.753,00	560871,1	7,5

⁶ A Receita do Tesouro é representada pela receita bruta que corresponde aos impostos, contribuições e demais receitas.

⁷ A Lei 10336/01 instituiu a Cide-Combustíveis para assegurar um volume mínimo de recursos para investimento em infra-estrutura de transportes. A contribuição incide sobre a importação e a comercialização de gasolina, óleo diesel, querosenes, óleos combustíveis, gás liquefeito de petróleo (GLP) e álcool combustível.

Tabela 24- Resultado Primário
Brasil - Primeiro Semestre de 2012-2013
R\$ milhões

	Ano		Varição
	2012	2013	2013/2012
I.1. Receitas do Tesouro	394.573,70	419.581,20	6,34
I.1.1 Receita Bruta	400.680,10	427.753,80	6,76
Impostos	193.109,70	202.024,10	4,62
Contribuições	149.590,60	164.676,70	10,08
Demais	57.979,80	61.053,00	5,3
I.1.2. Restituições	-5.969,10	-8.121,00	36,05
I.1.3. Incentivos Fiscais	-137,3	-51,6	-62,42
I.2. Receitas da Previdência Social	125.839,80	139.710,90	11,02
I.2.1. Receitas da Previdência Social Urbano	123.060,70	136.784,70	11,15
I.2.2. Receitas da Previdência Social Rural	2.779,10	2.926,20	5,29
I.3. Receitas do Banco Central	1.339,50	1.578,90	17,87
II. Transferências a estados e municípios (TOTAL)	94.163,40	98.085,90	4,17
II.1. Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	71.037,90	74.987,50	5,56
II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115	975	975	0
II.3. Transferências da Cide	740,1	57,3	-92,26
II.4. Demais	21.410,40	22.066,00	3,06
III. Receita líquida total (III)	427.589,60	462.785,2	8,23

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN)
 Elaboração: Seplande – SINC

No tocante às transferências a Estados e Municípios, influenciadas diretamente pelos repasses constitucionais, demais transferências e cota CIDE, observa-se um crescimento de R\$ 3,9 bilhões, que corresponde a (4,17%) no acumulado do primeiro semestre de 2013 em relação ao mesmo período do ano anterior.

Este comportamento é justificado, pelo crescimento de R\$ 3,9 bilhões (5,56%) observados nas transferências constitucionais (IR, IPI e outras), que por sua vez cresceram devido à arrecadação das receitas compartilhadas (IR e IPI) e da diminuição de R\$ 682,8 milhões (-92,26%) das transferências da Cide-Combustíveis, ressaltadas a redução das alíquotas, que ocorreu em virtude da política de elevação dos preços de combustíveis e do seu impacto na inflação.

Quanto ao desempenho mensal em 2013, verifica-se o crescimento nas transferências nos meses de Fevereiro (36,0%) e Maio (20,5%) em decorrência dos royalties de petróleo; e Abril (24,0%) em decorrência do Fundo de Manutenção e

Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Em relação aos demais meses, podemos observar decréscimo em Janeiro (22,0%) devido à redução do Fundeb e das transferências constitucionais, bem como Março (41,5%) e Junho (18,9%) em decorrência da redução de transferências constitucionais e dos *royalties* de petróleo quando comparados com os respectivos meses anteriores.

7.1.3 Despesas

Em relação às despesas no acumulado de Janeiro a Junho de 2013, observa-se um crescimento em relação ao mesmo período do ano anterior. De acordo com a **tabela 25**, o primeiro semestre de 2013 apresentou variação positiva de (12,9%) em relação ao mesmo período de 2012, influenciado pelos aumentos na despesa de custeio e capital (15,10%) e pelos benefícios previdenciários (13,9%). Uma das maiores influências para o crescimento na despesa de custeio de capital foi o crescimento nas despesas discricionárias⁸, com aumento de R\$ 2,4 bilhões (228,9%) nos desembolsos relativos a créditos extraordinários e no caso do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), que cresceu R\$1,5 bilhão no primeiro semestre (7%).

Continua

Tabela 25- Despesas e Resultado fiscal do governo central			
Brasil Primeiro semestre 2012-2013			
(R\$ Milhões)			
Resultado Primário	Primeiro semestre		Variação 2013/2012
	2012	2013	
IV. Despesa total	379.621,40	428.413,30	12,90%
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	89.525,50	96.317,70	7,60%
IV.2. Benefícios Previdenciários	146.399,10	166.740,80	13,90%
IV.2.1. Benefícios Previdenciários Urbano	113.389,50	128.940,00	13,70%
IV.2.1. Benefícios Previdenciários Rural	33.009,60	37.800,80	14,50%
IV.3. Custeio e Capital	140.983,10	162.245,00	15,10%
IV.3.1. Despesa do FAT	14.189,20	17.333,80	22,20%
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	7.838,20	6.230,40	-20,50%
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV)	14.537,70	16.832,60	15,80%

⁸ De acordo com o ministério do Orçamento Planejamento e Gestão (MPOG), Despesas Discricionárias são aquelas que permitem ao gestor público flexibilidade quanto ao estabelecimento de seu montante, assim como quanto à oportunidade de sua execução, e são efetivamente as que concorrem para produção de bens e serviços públicos.

Tabela 25- Despesas e Resultado fiscal do governo central
Brasil Primeiro semestre 2012-2013
(R\$ Milhões)

Resultado Primário	Primeiro semestre		Variação 2013/2012
	2012	2013	
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	104.418,00	121.848,30	16,70%
IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	1.085,10	1.217,80	12,20%
IV.5. Despesas do Banco Central	1.628,50	1.892,00	16,20%
VI. Resultado primário governo central (III - IV - V)	47.968,20	-28,30%	-28,30%
VI.1. Tesouro Nacional	68.816,50	61.714,90	-10,3
VI.2. Previdência Social (RGPS)	-20.559,40	-27.029,90	31,50%
VI.2.1. Previdência Social (RGPS) Urbano	9.671,10	7.844,70	-18,90%
VI.2.2. Previdência Social (RGPS) Rural	-30.230,50	-34.874,60	15,40%
VI.3. Banco Central	-289	-313,1	8,40%
VII. Ajuste metodológico	813,4	858,4	5,50%
VIII. Discrepância estatística	-719,8	nd	
IX. Resultado primário do governo central (VI + VII + VIII)11	48.061,80	nd	
X. JUROS NOMINAIS	-82.250,00	nd	
XI. Resultado nominal do governo central	-34.188,30	nd	

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN)

Elaboração: Seplande – SINC

A análise das despesas nos seis primeiros meses de 2013 indica que os maiores dispêndios ocorreram nos meses de janeiro com (3,1%) em relação a dezembro de 2012, março com crescimento de (9,2%) em relação a Fevereiro, Abril, com (26,5%) e, junho, com (15,2%) em relação a maio. Já a retração nas despesas foi verificada nos meses de Fevereiro (24,7%) e Maio (18,8%). Tais resultados foram influenciados diretamente pelas variações nas despesas de custeio e capital dentre estas as variações mais significativas foram às despesas discricionárias, os desembolsos relativos a créditos extraordinários e despesas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), bem como os gastos com pessoal e encargos sociais, referentes às despesas de pagamento de sentenças judiciais e precatórios.

7.2 Nordeste

De acordo com dados divulgados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), as finanças públicas dos estados do Nordeste ficaram em torno das principais

transferências (FPE, IOF, IPI/EXP, FUNDEB, LC 87/96, CIDE e FEX)⁹, que somaram R\$ 20,3 bilhões, no primeiro semestre de 2013, com um crescimento de (3,99%) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Este resultado foi influenciado pela redução substancial no IPI, decorrente da queda de arrecadação devido à política adotada pelo Governo Federal, de cortes nas alíquotas do IPI para determinados setores, prejudicando os repasses dos fundos constitucionais.

Para a região nordeste, as transferências são apresentadas na tabela 26, em que as maiores participações são: Bahia com (R\$ 4,1 bilhões), Pernambuco (R\$ 2,9 bilhões), Ceará (R\$ 2,7 bilhões) e Maranhão (R\$ 2,6 bilhões), que representam (61,36%) de participação das transferências para a região.

Tabela 26- Principais Transferências para os Estados Nordestinos
Primeiro Semestre 2012/2013
(Em milhões)

UF	Ano		Variação 2013/2012
	2012	2013	
NORDESTE	19.552,37	20.332,02	3,99
Alagoas	1.427,68	1.494,77	4,70
Bahia	4.017,38	4.104,72	2,17
Ceará	2.589,73	2.736,37	5,66
Maranhão	2.579,70	2.649,48	2,71
Paraíba	1.717,47	1.808,07	5,28
Pernambuco	2.823,34	2.949,34	4,46
Piauí	1.506,03	1.576,26	4,66
Rio Grande do Norte	1.501,67	1.555,08	3,56
Sergipe	1.389,39	1.457,92	4,93

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN)

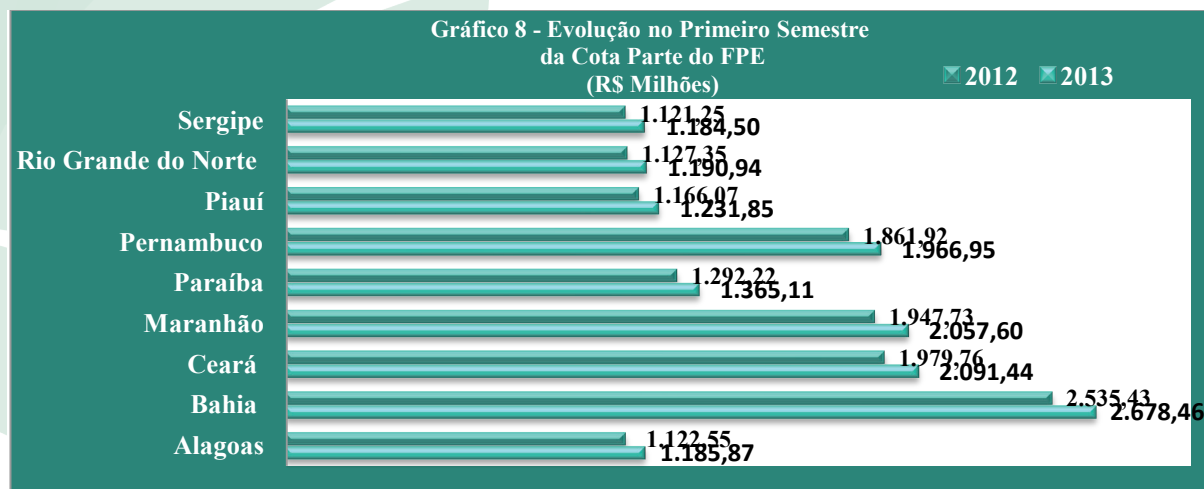
Dados adaptados pela Seplande – SINC

Obs.: Valores com desconto da parcela destinada ao FUNDEB

O Fundo de Participação dos Estados (FPE) é um dos sistemas de transferências de recursos do governo federal, cujo objetivo é redistribuir renda e promover o equilíbrio socioeconômico da federação. A evolução da parte do FPE para os estados do Nordeste apresentou um crescimento de (5,64%) no primeiro semestre de 2013 em relação ao mesmo período de 2012. Os estados com maior participação são estes: Bahia

⁹ Respectivamente: Fundo de Participação dos Estados (FPE), Imposto Sobre Operações de Crédito (IOF), Imposto sobre Produtos Industrializados para Exportação (IPI/EXP), Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), Lei Kandir (LC 87/96) e fomento as Exportações (FEX).

(R\$ 2.678 milhões), Ceará (R\$ 2.091 milhões), Maranhão (R\$ 2,057milhões) e Pernambuco (R\$ 1.996 milhões). Os dados podem ser observados no gráfico a seguir:



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

Dados adaptados para Seplande – SINC

Obs.: Valores com descontos da parcela destinada ao FUNDEB

7.3 Alagoas

As finanças públicas do estado de Alagoas na ótica das transferências federais atingiu a cifra de R\$ 1,4 bilhão, com um acréscimo de (4,7%) nos repasses do primeiro semestre de 2013 em relação ao mesmo período de 2012.

Este desempenho favorável é perceptível pelo aumento do principal repasse federal, o Fundo de Participação dos Estados (FPE), que cresceu (5,64%) no período, atingindo a cifra de R\$ 1,2 bilhão. Em contrapartida, houve um decréscimo na cota da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE), com recuo de (92,25%), devido à redução das alíquotas, que ocorreu em virtude da política de elevação dos preços de combustíveis e do seu impacto na inflação.

Tabela 27 - Transferências para Alagoas
Primeiro semestre 2012-2013
(R\$ Mil)

Transferências Federais	Ano		Variação 2013/2012
	2012	2013	
Total	1.427.677,83	1.494.767,67	4,70
FPE	1.122.545,00	1.185.867,74	5,64
IOF	-	-	-
IPI EXP	2.246,88	2.592,33	15,37
LC87/96	4.915,29	4.915,29	0,00
CIDE	7.762,20	601,86	-92,25
FUNDEB	290.208,46	300.790,45	3,65

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

Dados adaptados para Seplande – SINC

Obs.: Valores com descontos da parcela destinada ao FUNDEB

O Fundo de Participação dos Municípios (FPM) é uma transferência constitucional cuja distribuição dos recursos aos municípios é feita de acordo com o número de habitantes. Este recurso é uma importante fonte de receita para prefeituras, principalmente, para municípios com baixa arrecadação própria, cuja finalidade é de promover o equilíbrio e reduzir as desigualdades socioeconômicas.

No primeiro semestre de 2013, Alagoas recebeu R\$ 709,8 milhões de FPM do governo federal cuja distribuição entre os cinco municípios com maior volume de repasses são: Maceió (156,6 milhões), Arapiraca (33,8 milhões), Palmeira dos Índios (11,2 milhões), Rio Largo (11,3 milhões) e União dos Palmares (11,3 milhões).

Tabela 28 - Transferências para os municípios Alagoanos

Primeiro semestre 2012-2013

(R\$ Mil)

Transferências Federais	Ano		Variação 2013/2012
	2012	2013	
Total	1.332.992.164,03	1.433.285.023,59	7,52
FPM	672.150.213,38	709.898.110,97	5,62
ITR	223.491,34	295.996,29	32,44
IOF	91,00	71,75	-21,15
LC87/96	1.638.431,42	1.638.430,23	0,00
CIDE	2.587.400,11	200.620,58	-92,25
FUNDEB	656.392.536,78	721.251.793,77	9,88

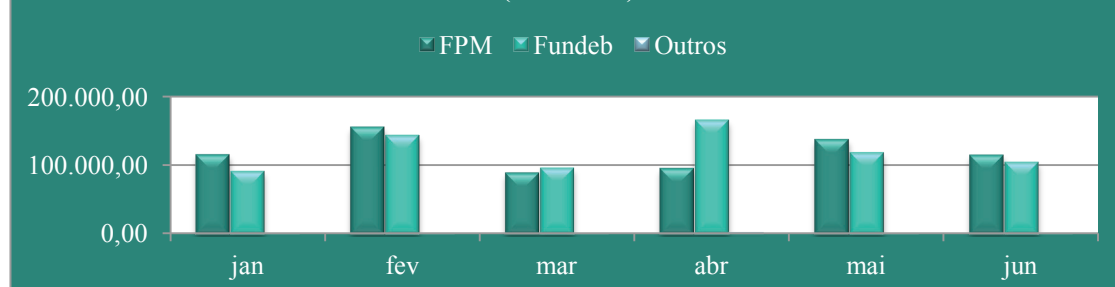
Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

Dados adaptados para Seplande – SINC

Obs.: Valores com descontos da parcela destinada ao FUNDEB

Analisando as transferências mensalmente, observa-se que o maior repasse do FPM ocorreu em fevereiro, com um montante aproximado de R\$ 155 milhões e o menor em Março, com cerca de R\$ 89 milhões. Por Consequinte, o FUNDEB acompanhou a mesma tendência, com R\$ 165 milhões em abril e R\$ 96 milhões em Março.

**Gráfico 9- Principais Transferências para os municípios de Alagoas
(Mensal)
(R\$ Milhões)**



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

De uma forma geral, verificou-se um aumento dos repasses da União para o Estado de Alagoas. Diante da baixa capacidade de arrecadação para a promoção de investimentos em obras estruturantes e outras políticas públicas, estes recursos caracterizam-se como imprescindíveis para equilíbrio financeiro do Estado.

8. Considerações Finais

A análise da conjuntura para o primeiro semestre de 2013 demonstra bons resultados em alguns setores da economia nacional, regional e alagoana bem como a recuperação da agricultura brasileira, que sofreu com problemas climáticos em 2012.

Com o crescimento superior a média nacional, a agricultura alagoana apresentou um aumento de (19,4%) em relação à safra anterior, e uma elevação de produtividade em torno de 4%, quando comparado a 2012. A cultura de maior representatividade na produção agrícola alagoana, a cana-de-açúcar, exibiu um leve crescimento em sua produção (1%) devido à irregularidade do índice pluviométrico, contudo, as estimativas preveem um crescimento em torno de 4% na safra posterior. Já agropecuária de Alagoas foi prejudicada pelas secas, com a redução na criação de galinhas poedeiras e na produção de leite.

De forma mais tímida, a indústria apresentou um crescimento de (2,1%), devido aos subsetores da indústria extrativa (4,1%), indústria de transformação (3,4%) e construção civil (2,2%). No que se refere à indústria sucroenergética, houve uma variação negativa de (22,4%) influenciada pela estiagem prolongada.

Como o açúcar e o álcool concentraram aproximadamente (99%) da pauta de exportações, a redução da produção da indústria sucroenergética no primeiro semestre de 2013 comprometeu as exportações alagoanas, que reduziram 14,1% quando comparado ao mesmo período em 2012. Embora esta redução, a Balança Comercial alagoana apresentou um *superávit* de US\$ 398 milhões, favorecida também pela redução das importações em 9,5%.

Com o desempenho superior ao nacional, o Comércio Varejista alagoano apresentou um crescimento de 3,9% em decorrência do crescimento do emprego nos setores de comércio e serviços e a instalação e inauguração de redes e empreendimentos comerciais na capital. Atrelados a isto, a melhoria nas expectativas sobre o índice de

confiança dos empresários do Comércio de Maceió revela boas perspectivas para este setor.

O setor de Turismo, por sua vez, vem alcançando dados muito interessantes. Em oposição ao comportamento nacional, o Aeroporto Internacional Zumbi dos Palmares recebeu 16,2% de passageiros a mais, quando comparamos com o desempenho do primeiro semestre de 2012. O destaque fica por conta dos desembarques internacionais que aumentaram 103,4% nos seis primeiros meses de 2013. O incremento na oferta de voos regulares, como também no turismo corporativo, o crescimento de fretamento internacionais através de voos *charters* vindos de Portugal, Itália e Argentina, justificam este desempenho.

Com o comportamento negativo, o Mercado de Trabalho alagoano apresentou uma redução de 11,2% no primeiro semestre de 2013. A Indústria de Transformação, Construção Civil e Agropecuária foram os principais responsáveis por este desempenho.

Finalmente, a análise das finanças públicas indica um crescimento nas receitas da União e conseqüentemente, um maior repasse para Estados e Municípios. Com o repasse de FPM em torno de R\$ 709,8 milhões para o Estado de Alagoas, destacaram-se os municípios de Maceió, Arapiraca, Palmeira dos Índios e Rio Largo, com os maiores repasses.

Referências

AGÊNCIA DO BRASIL. Disponível em:

<http://agenciabrasil.ebc.com.br>. Acesso em: 25/03/2014.

AGÊNCIA DO BRASIL. Disponível em:

<http://www.agenciaprodetec.com.br/inicio/496-nordeste-conjuntura-bacen-indica-ritmo-mais-moderado-para-economia-.html>. Acesso em: 02/12/2013.

AGÊNCIA DO BRASIL. Disponível em:

<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-09-11/industria-inicia-segundo-semester-com-queda-no-faturamento-aponta-cni>. Acesso em: 16/12/2013.

AGÊNCIA DO BRASIL. Disponível em:

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2013-07-10/comercio-preve-alta-dos-juros-e-reduz-previsao-de-crescimento-para-2013>. Acesso em: 10/03/2014.

AGÊNCIA PRODETEC. Disponível em:

<http://www.agenciaprodetec.com.br/estudos-e-pesquisas/499-nordeste-financas-ceara-e-pernambuco-perdem-com-novos-coeficientes-do-fpm-.html>.

Acesso em: 14/04/2014.

APASSUL. Associação dos Produtores e Comerciantes de Sementes e Mudanças do Rio Grande do Sul. Disponível em : http://www.apassul.com.br/noticias/ver_mais/125. Acesso em 20/11/2013.

BNB. Banco do Nordeste do Brasil S/A. Disponível em:

https://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/etene/etene/docs/rce_vol36_capitulo_6_financas_publicas.pdf. Acesso em: 15/04/2014.

BNB. Banco do Nordeste do Brasil S/A. Disponível em:

http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/etene/etene/docs/conjuntura_mensal_junho_2013.pdf. Acesso em 25/11/2013.

BNB. Banco do Nordeste do Brasil S/A. Disponível em:

www.bnb.gov.br/content/aplicacao/etene/etene/docs/rce_vol37_capitulo_2_sintese_expectativas.pdf. Acesso em: 29/11/2013.

CAMERA DOS DEPUTADOS. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/88696.html>. Acesso em: 12/12/2013.

CEPEA. CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA. Disponível em: http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2013/01_janeiro/Milho.htm. Acesso em 18/11/2013.

CODEVASF. COMPANHIA DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E PARNAÍBA. Disponível em: <http://www.codevasf.gov.br/noticias/2007/pasto-rotativo-aumenta-producao-leiteira-em-perimetro-gerido-pela-codevasf-em-alagoas/>. Acesso em 19/05/2014.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. Disponível em:

http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/13_06_06_09_09_27_boletim_graos_-_junho_2013.pdf. Acesso em 18/11/2013.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. Disponível em:

http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/13_04_09_10_29_31_boletim_cana_portugues_abril_2013_1o_lev.pdf. Acesso em 18/11/2013.

CONJUNTURA ECONÔMICA DO PIAUI. Disponível em:

http://www.cepro.pi.gov.br/download/201308/CEPRO21_d1f99e4fec.pdf. Acesso em: 20/11/2013.

ECOFINANÇAS. Disponível em:

<http://www.ecofinancas.com/termo/Comercio+Varejista+de+Alagoas>. Acesso em: 07/01/2014.

EMATER. Empresa de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária do Estado de Goiás. Disponível em: <http://www.emater.go.gov.br/w/4400>. Acesso em 22/11/2013.

EXAME. Exame Abril. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/economia/noticias/fundo-de-participacao-de-municipios-deve-perder-r-8bi-no-ano>. Acesso em: 22/04/2014.

EXAME. Exame Abril. Disponível em:

<http://exame.abril.com.br/economia/noticias/varejo-tem-em-junho-pior-resultado-para-o-mes-desde-2003>. Acesso em: 10/03/2014.

EXAME. Exame Abril. Disponível em:

<http://exame.abril.com.br/economia/noticias/brasil-tem-deficit-comercial-1o-semester-em-18-anos>. Disponível em: 20/03/2014.

FIPE. Fundação Instituto de Pesquisa Econômica. Disponível em:

http://www.fipe.org.br/publicacoes/downloads/bif/2013/8_3-7-fin.pdf. Acesso em: 27/04/2014.

GLOBO.COM. Disponível em: <http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2013/08/fim-da-estragia-aumenta-producao-de-leite-na-bacia-leiteira-de-alagoas.html>. Acesso em: 16/05/2014.

GLOBO RURAL. REVISTA GLOBO RURAL. Disponível em:

<http://revistagloborural.globo.com/Revista/Common/0,,ERT328046-18282,00.html>. Acesso em 27/11/2013.

GRÃO EM GRÃO. Jornal Eletrônico da Embrapa Milho e Sorgo. Disponível em:

<http://grao.cnpms.embrapa.br/noticia.php?ed=MTM=&id=NDc=>. Acesso em 27/11/2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em:

www.ibge.gov.br/Industrias_Extrativas_e_de_Transformacao/Pesquisa_Industrial_Mensal_Producao_Fisica/Fasciculos/Fasciculo_Indicadores_IBGE_Brasil/. Acesso em: 20/02/2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em: 06/12/2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=42_. Acesso em: 15/04/2014.

IEDI. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial. Disponível em:

<http://www.iedi.org.br/buscar>. Acesso em: 27/11/2013.

IEDI. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial. Disponível em:

http://www.iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_598.html. Acesso em: 07/02/2014.

International Foreign Trade. Disponível em: <http://www.internationalforeigntrade.com>. Acesso em: 12/12/2013.

JORNAL DO BRASIL. Disponível em:

<http://www.jb.com.br/economia/noticias/2013/08/08/producao-industrial-aumenta-em-dez-dos-14-locais-em-junho/>. Acesso em: 10/12/2014.

JUS BRASIL. Disponível em: <http://cnc-se.jusbrasil.com.br/noticias/100618562/criacao-de-empregos-formais-tem-pior-1-semester-em-quadro-anos>. Acesso em: 06/03/2014.

JUS BRASIL. Disponível em: <http://gov-se.jusbrasil.com.br/politica/104246205/sergipe-apresenta-crescimento-na-geracao-de-empregos-no-primeiro-semester-de-2013>. Acesso em: 14/01/2014.

MARANHÃO MARAVILHA. Disponível em:

<http://maranhaomaravilha.blogspot.com.br/2013/08/producao-maranhense-de-graos-deve.html>. Acesso em: 20/11/2013.

MDIC. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Disponível em:

<http://aliceweb.mdic.gov.br/>. Acesso em: 26/12/2013.

MTE. Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em:

<http://bi.mte.gov.br/eec/pages/consultas/evolucaoEmprego/consultaEvolucaoEmprego.xhtml#relatorioSetor>. Acesso em; 13/01/2014.

NOTA DE CONJUNTURA ECONOMICA. Nota de Conjuntura Econômica – Junho/Julho de 2013. Disponível em: http://www.imesc.ma.gov.br/docs/nota_conjuntura_20130802.pdf. Acesso em 28/11/2013.

NOVA CANA.COM. Disponível em: <http://www.novacana.com>. Acesso em; 19/12/2013.

PORTAL BRASIL. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego>. Acesso em: 13/02/2014.

PORTAL DIA DE CAMPO. Disponível em:

<http://www.diadecampo.com.br/zpublisher/materias/Materia.asp?id=24396&secao=Sementes%20e%20Mudas>. Acesso em 20/11/2013.

REVISTA CANAVIEIROS. Disponível em:

<http://www.revistacanaieveiros.com.br/imagens/pdf/4e85ff433b4ed83c674a2ec12e773062.pdf>. Acesso em: 19/11/2013.

RURAL CENTRO. Disponível em: <http://ruralcentro.uol.com.br>. Acesso em : 19/12/2013.

SEAGRI. Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <http://www.agricultura.al.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/2013/maio/produtividade-de-arroz-no-baixo-sao-francisco-cresce-mais-de-100/?searchterm=arroz%20em%202013>. Acesso em 18/11/2013.

SEAGRI. Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Reforma Agrária, Pesca e Aquicultura. Disponível em: http://www.seagri.ba.gov.br/bahia_agricola_v9_n2/2_agrossintesev9n2.pdf. Acesso em: 22/11/2013.

SINDICON. Sindicato Nacional da Indústria da Construção. Disponível em:

<http://www.sinicon.org.br/Primeiro-Semestre.pdf>. Acesso em 26/11/2013.

SOF. Secretaria de Orçamento Federal. Disponível

em:<http://www.orcamentofederal.gov.br/glossario-1/despesa-discrecional>. Acesso em 26/04/2014.UOL. Uol Economia. Disponível em:

<http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2013/08/01/producao-industrial-sobe-em-junho-e-acumula-alta-de-19-no-1-semester.htm>. Acesso em: 10/12/2013.

ARTIGO 2

O USO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA NO MAPEAMENTO DO USO DAS TERRAS E COBERTURA VEGETAL NO MUNICÍPIO DE MATA GRANDE – ALAGOAS

Elvis Gomes Correia

Marcus de Melo Braga

Evaldo Flávio Gomes Correia

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar uma análise comparativa da ocupação do solo do município de Mata Grande, Alagoas, por meio de mapas temáticos, dos anos de 1985, 1995 e 2008, visando observar o uso das terras e a cobertura vegetal da área estudada. Para esta análise foram utilizadas imagens do sensor TM/Landsat (bandas 3, 4 e 5), referentes aos três anos estudados. As análises de uso e cobertura do solo foram feitas utilizando algoritmos de segmentação (crescimento de regiões) e classificação supervisionada (distância de Bhattacharrya) de imagens, adotando-se classes temáticas de uso e ocupação do solo, para permitir a classificação das imagens digitais analisadas, utilizando-se o software de geoprocessamento SPRING. Os resultados obtidos demonstram a tendência na redução do bioma caatinga, dos corpos d'água e do solo exposto, e o aumento apenas da vegetação rasteira no período estudado.

Palavras-chave: Sensoriamento Remoto, Mata Grande, Sistema de Informações Geográficas, Uso das Terras e Cobertura Vegetal.

1. INTRODUÇÃO

A terra, junto com seus recursos naturais, muda em resposta à evolução natural e atividades humanas. Estas mudanças para serem compreendidas atualmente dispõem da observação da terra por meio de satélites, que é uma maneira efetiva e econômica de coletar dados em uma grande extensão territorial. (SAUSEN, 2013).

Este artigo demonstra os resultados do mapeamento do uso das terras e cobertura vegetal do município de Mata Grande/AL a partir da análise da cobertura vegetal Caatinga, que apesar da sua importância ecológica e manutenção da vida, sofre constante degradação, resultado de desmatamentos e uso irregular. Nesta perspectiva, aplicaram-se técnicas de sensoriamento remoto e de geoprocessamento através do uso do software SPRING no estudo da dinâmica de uso e cobertura de solo a partir de dados digitais do sensor TM/LANDSAT, disponibilizados no INPE, para produção de mapas temáticos e análise estatística dos resultados.

O presente estudo traz a luz questões da situação ambiental do município, e do seu bioma caatinga, que passa por um processo de degradação sem dispor de um plano de manejo específico.

Nesta perspectiva o objetivo geral é realizar o mapeamento do uso das terras e cobertura vegetal do município de Mata Grande baseando-se na utilização de imagens do satélite LANDSAT 5 sensor TM, obtidas nos anos de 1985, 1995 e 2008, com a utilização do software de geoprocessamento SPRING. O objetivo específico busca realizar o mapeamento dos remanescentes da vegetação do Bioma Caatinga no município de Mata Grande/AL, para estimar a cobertura da caatinga, detectando as mudanças ocorridas na cobertura florestal, através da análise de imagens multitemporais.

2. METODOLOGIA

2.1 ÁREA DE ESTUDO

O município de Mata Grande, estado de Alagoas, é o segundo maior município em extensão do território alagoano, e o primeiro dentro da mesorregião Sertão Alagoano.

O município está localizado no bioma Caatinga e sua vegetação é basicamente composta por Caatinga Hiperxerófila com trechos de Floresta Caducifolia (SEPLANDE, 2011). Segundo o (MMA/IBAMA, 2010), o município de Mata Grande/AL teve uma área de Caatinga de 26,621 km² antropizada de 2002 a 2008.

2.2 MATERIAIS

2.2.1 DADOS ORBITAIS

O município de Mata Grande foi imageado pelo sensor TM do sistema Landsat, por meio da órbita 215 e ponto 66, nos dias 27/11/1985, 06/10/1995 e 23/09/2008. Essas cenas foram cedidas gratuitamente pelo DGI/INPE (<http://www.dgi.inpe.br/CDSR/>) e nenhuma delas apresentava cobertura de nuvens.

2.2.1 APLICATIVO COMPUTACIONAL SIG

Foi utilizado o SIG denominado Sistema de Processamento de Informações Georreferenciadas (SPRING), versão 5.2.2, desenvolvido e disponibilizado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Este sistema de Geoprocessamento é um conjunto de ferramentas voltadas ao tratamento de informações espaciais.

2.3 MÉTODOS

O método utilizado otimizou o tempo e os custos de processamento de imagens de satélite, para o mapeamento do uso das terras e cobertura vegetal no município de Mata Grande no estado de Alagoas, seguindo os seguintes passos: a) Seleção e aquisição das imagens no INPE; b) Processamento digital das imagens de Satélite; c) Segmentação das imagens; d) Classificação das imagens de satélite (Bhattacharrya); e) interpretação da classificação obtida.

2.3.1 AQUISIÇÃO DE IMAGENS E COMPOSIÇÃO RGB

A primeira etapa do trabalho consistiu na seleção e aquisição das imagens no INPE, as imagens LANDSAT (1985, 1995 e 2008), que foram obtidas no site do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) de forma bruta, banda por banda, separadas individualmente.

2.3.2 SEGMENTAÇÃO DE IMAGENS

O resultado da segmentação é o agrupamento de pixels semelhantes, separando em regiões contíguas e que não se interceptam, onde cada uma possui características espectrais diferentes das vizinhas, sendo correspondentes às feições da superfície terrestre e servirão de base para a análise e classificação temática. A segmentação no processamento digital permite do ponto de vista computacional, diferenciar os objetos da imagem, tornando o papel do usuário mais fácil na identificação de amostras de treinamento no processo de classificação supervisionada.

O segmentador do Sistema de Processamento de Informações Georreferenciadas (SPRING) leva em consideração dois parâmetros: similaridade e área. A similaridade é referente à proximidade radio-métrica entre pixels, e o limiar de área é o número mínimo de pixels para que uma região seja individualizada.

Foram utilizadas segmentações automáticas por Crescimento de Regiões nas imagens das bandas espectrais do satélite LANDSAT/TM para área de estudo, ficando definido como parâmetros de similaridade 20 e áreas iguais a 50 para todas as imagens do estudo, permitindo ao SPRING extrair os objetos de forma potencial diferenciando os segmentos para a etapa posterior de classificação.

2.3.3 CLASSIFICAÇÃO DE IMAGENS

A classificação é a etapa posterior à segmentação de imagens digitais, sendo o objeto final da análise, gerando os resultados mais importantes. No presente estudo foram adotadas quatro classes para a realização da classificação digital de imagens para o Município de Mata Grande, descritas abaixo: Caatinga; Vegetação Rasteira; Água; Solo exposto. O método de classificação utilizado no SPRING foi o método estatístico de Bhattacharya.

O método de classificação Bhattacharya é baseado na coleta de amostras para cada classe temática de uso da terra. Neste sentido, amostras foram coletadas com o objetivo de automatizar e diminuir os erros no processo de classificação. No processo de

seleção dos valores do intervalo de interesse, utilizou-se um recurso do Spring, onde é possível, selecionar a área de interesse e, associar uma região para um tipo de cor.

Para a classificação digital foram adotadas quatro classes para o município de Mata Grande: caatinga, vegetação rasteira, água e solo exposto. Vale salientar que o SPRING, na etapa de classificação, utiliza um limiar de aceitação. Neste contexto, foi utilizado o valor de 95% como grau de aceitação das classificações realizadas nesta pesquisa, por ter apresentado a melhor classificação para área estudada.

2.3.4 COMPOSIÇÃO RGB

Com o objetivo de analisar melhor a imagem, foi necessária a geração de composição colorida (RGB) realizando a união das bandas, adicionando-se a cada canal bruto, o canal correspondente para a composição. Tal fato possui a finalidade de facilitar o entendimento e a perspectiva ótica do ser humano em diferenciar as cores para melhor reconhecimento dos alvos/ objetos presentes na imagem.

Após a aquisição das imagens junto ao INPE, foi utilizada a combinação das bandas da imagem do sensor TM, 5(R)4(G)3(B) que apresentou uma boa discriminação dos alvos de Solo exposto, Água, Caatinga e Vegetação Rasteira.

3. RESULTADOS

3.1 INTERPRETAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO OBTIDA

A partir da classificação e mapeamento das áreas, foram efetuados cálculos e algumas estatísticas de forma a estabelecer, identificar e visualizar espacialmente o mapeamento do uso das terras e cobertura vegetal no município de Mata Grande/AL.

Após a etapa de classificação digital, é possível fazer uma análise quantitativa da evolução temporal das classes temática nas imagens LANDSAT. Nessa etapa, foi efetuada a criação da classificação temática, através da função temática, disponível na ferramenta SPRING.

Finalizado o processamento, as imagens temáticas classificadas, foram recortadas com o limite municipal permitindo desta forma a análise visual e a geração do cálculo

da área do município e suas respectivas classes separadamente, e a distinção não apenas das alterações, mas também, se houve perda ou ganho na vegetação. Segue os resultados com as cores das classes temáticas da referida classificação e sua legenda descrita na imagens resultantes.

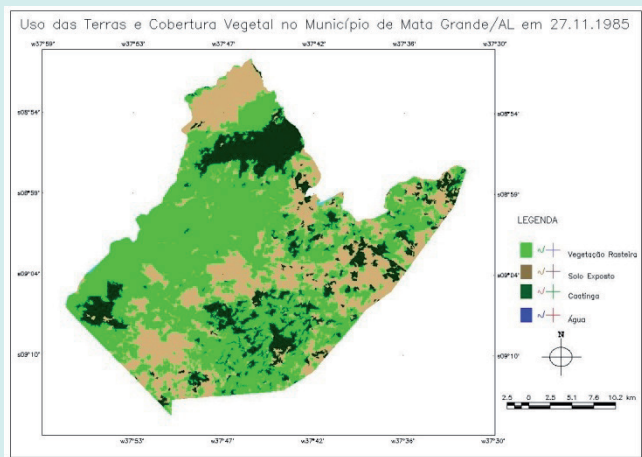


Figura 1 - Mapa temático do município de Mata Grande do ano de 1985, com a cobertura da Caatinga (verde escuro), Vegetação Rasteira (verde claro), Solo Exposto (marrom) e Corpos D'água (azul).

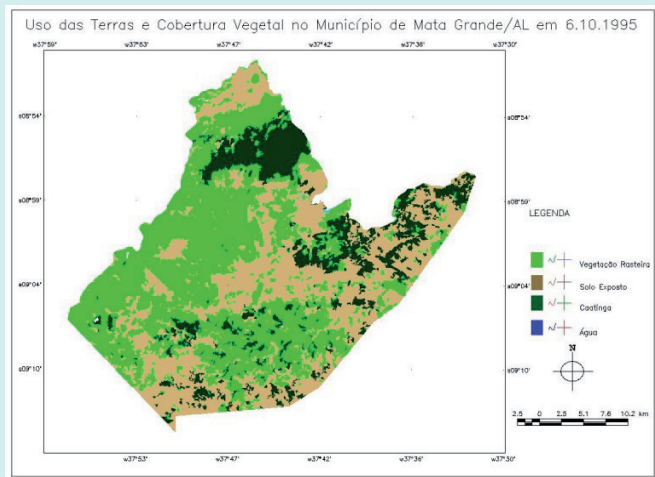


Figura 2 - Mapa temático do município de Mata Grande do ano de 1995, com a cobertura da Caatinga (verde escuro), Vegetação Rasteira (verde claro), Solo Exposto (marrom) e Corpos D'água (azul).

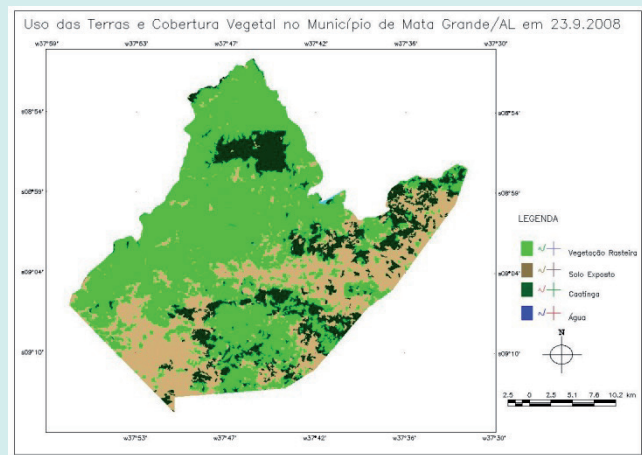


Figura 3 - Mapa temático do município de Mata Grande do ano de 2008, com a cobertura da Caatinga (verde escuro), Vegetação Rasteira (verde claro), Solo Exposto (marrom) e Corpos D'água (azul).

Com a separação em classes temáticas e o recorte da imagem Landsat com o limite municipal de Mata Grande, percebe-se melhor a ocupação do território municipal.

3.2. ANÁLISE ESTATÍSTICA

O programa SPRING permite também a obtenção de áreas em quilômetros quadrados para as classes temáticas separadas. Os resultados estatísticos da classificação supervisionada usando o método de Bhattacharya são exibidos na **Tabela 1 e 2**, e através do gráfico da **Figura 4**.

Tabela 1 - Resultados da classificação supervisionada usando o método de Bhattacharya, mostrando a evolução temporal das classes de uso da Terra para as imagens LANDSAT.

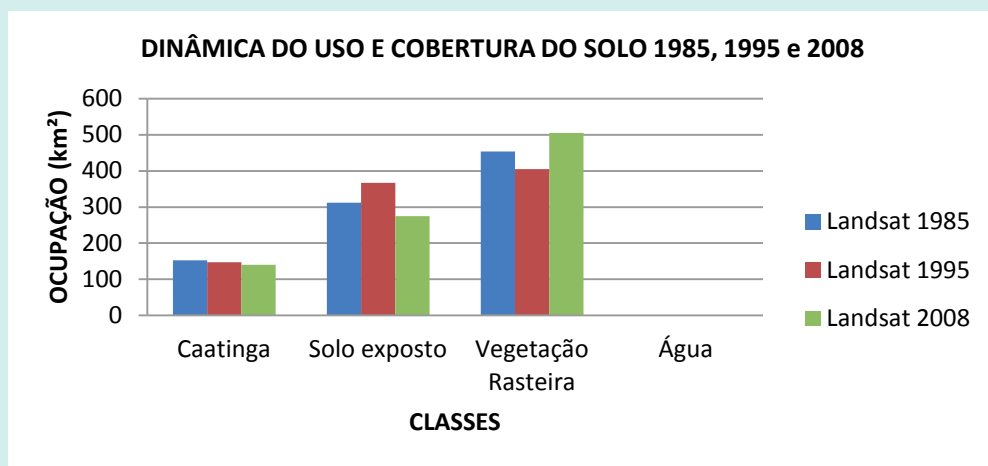
Classes	LANDSAT 1985		LANDSAT 1995		LANDSAT 2008	
	(km²)	%	(km²)	%	(km²)	%
Caatinga	152,76	16,60	146,83	15,95	140,07	15,22
Solo exposto	312,26	33,93	367,37	39,92	274,42	29,82
Vegetação Rasteira	454,29	49,36	405,74	44,09	505,1	54,88
Água	1,00	0,11	0,37	0,04	0,72	0,08
Total	920,31	100	920,31	100	920,31	100

Tabela 2 - Evolução das classes no período.

Classes	ANO		
	1985-1995	1985-2008	1995-2008
Caatinga	-3,88	-8,31	-4,60
Solo exposto	17,65	-12,12	-25,30
Vegetação Rasteira	-10,69	11,18	24,49

A área total do município de Mata Grande calculada pelo Spring ficou em aproximadamente 920 km², no entanto segundo dados do IBGE (2010), a área do município corresponde 908 Km². A diferença de 12 Km² pode ser devida a erros de registro da imagem, ou ainda, o IBGE pode ter utilizado algum outro tipo de medição no referido município.

Figura 4 - Gráfico da dinâmica do uso e cobertura do solo no município de Mata Grande, para os anos de 1985, 1995 e 2008, evolução comparativa das classes temáticas nas imagens LANDSAT.



3.3.DETECCÃO DE MUDANÇAS

Os resultados obtidos na classificação possibilitaram uma detecção das mudanças ocorridas no mapeamento do uso das terras e cobertura vegetal no Município de Mata Grande:

3.3.1. CAATINGA

A partir dos resultados obtidos pode-se inferir que a classe Caatinga obteve redução de 12,7 km² de 1995 a 2008, havendo uma redução gradual ano a ano. Do ano de 1985 a 1995 foram 5,93 km², de 1995 a 2008 foram 6,76 km².

3.3.2. SOLO EXPOSTO

Com relação à classe solo exposto observa-se que as áreas degradadas de solo exposto de 1985 para 1995 aumentaram 55,1 km² e reduziram de 1995 a 2008 em 93 km², tendo obtido redução de sua área de 37,84 km² em relação ao início do estudo. A classe solo exposto pode ser resultado de áreas degradadas, de ação antropogênica ou processo de desertificação.

3.3.3. VEGETAÇÃO RASTEIRA

Observando os resultados nota-se que a classe Vegetação Rasteira é a mais representativa na ocupação do solo da região estudada, esta perdeu 50 km² de 1985 a 1995, e aumentou sua área de 1995 a 2008 em 100,09 km². Talvez seja resultado da recuperação do solo exposto, tendo em vista a redução deste no ano de 2008.

3.3.4. ÁGUA

A área da classe água nas três datas analisadas decresceu de 1985 a 1995 em 0,63 km², e teve uma leve recuperação em 2008 de 0,34 km² de área de ocupação no município. Esse decréscimo pode ser devido a períodos de seca característicos da região do sertão alagoano fazendo com que o nível dos reservatórios ora estejam cheios ora mais vazios.

4. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O uso do sistema de informação geográfica (SIG) permitiu representar de forma satisfatória a variação multitemporal da vegetação e identificação das alterações na cobertura vegetal do município. Os resultados permitiram identificar que no ano de 1985 a classe caatinga ocupava uma área de 152,76 km², em 1995 ocupava 146,83 km² e 2008 estava com 140,07. A classe solo exposto incluía 312,26 km² em 1985, 367,37 km² em 1995 e 274,42 km² em 2008. A classe vegetação rasteira tinha 454,29 km² em

1985, 405 km² em 1995 e 505,09 km² em 2008. A classe Água ocupava 1 km² em 1985, 0,37 km² em 1995 e 0,71 km² em 2008.

Assim como afirmam (MMA/IBAMA, 2010), ficou constatado que a caatinga é um domínio fitogeográfico que tem sido constantemente degradado e destruído não só no município de Mata Grande, como também no estado de Alagoas. Isto pode ser constatado a partir de uma sequência de cenas do sensor TM do sistema LANDSAT utilizadas no presente estudo e analisados com o uso do SPRING.

Por último, os resultados demonstraram que o município de Mata Grande vem sofrendo além de uma constante redução da cobertura do bioma caatinga, a redução dos corpos d'água, solo exposto, o aumento da vegetação rasteira. Por isso há a necessidade que sejam desenvolvidos trabalhos com mapeamento ambiental, realização de visitas para levantamento da verdade in loco, assim como a utilização de equipamentos adequados nestes momentos, com aquisição de coordenadas para uma correta identificação das feições, o que permitiria uma melhor exatidão dos pontos em questão. A partir daí, poderiam ser desenvolvidas políticas públicas de conservação ambiental, buscando sempre a manutenção e conservação do bioma existente. Assim, estar-se-ia preservando o meio ambiente do município tornando-o um exemplo a ser seguido por lugares que apresentam os mesmos problemas pelo resto do estado.

5. REFERÊNCIAS

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**, 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=270500#>>. Acesso em: 20 Dezembro 2012.

INPE. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Imagens CBERS-2B**, 2012. Disponível em: <<http://www.dgi.inpe.br/CDSR/>>. Acesso em: 20 Dezembro 10.

INPE. Spring - Manuais. **INPE**, 2013. Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/spring/portugues/manuais.html>>. Acesso em: 10 Janeiro 2013.

MMA/IBAMA. **MONITORAMENTO DO DESMATAMENTO NOS BIOMAS BRASILEIROS POR SATÉLITE**. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA;

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS
RENOVÁVEIS – IBAMA. Brasília, p. 58. 2010.

SAUSEN, T. M. INPE. **Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais**, 2013. Disponível em: <<http://www.inpe.br/unidades/cep/atividadescep/educasere/apostila.htm#tania>>. Acesso em: 11 Janeiro 2013.

SEPLANDE. Alagoas em Dados e Informações. **Anuário Estatístico do Estado de Alagoas 2011**, 2011. Disponível em: <<http://informacao.seplande.al.gov.br/publicacoes/anuario>>. Acesso em: 13 Janeiro 2013.

WWF. WWF Brasil - Caatinga. **WWF**, 2013. Disponível em: <<http://www.wwf.org.br/>>. Acesso em: 10 Janeiro 2013.

ENTREVISTA





Entrevista

Wilton Malta

A Seplande conversou com o presidente da Fecomércio/AL.

Wilton Malta é formado em Direito e está à frente do sistema Fecomércio/AL desde 2006, onde defende os interesses dos empresários de Alagoas.

Nos últimos anos, o comércio alagoano vem sofrendo mudanças acompanhadas das tendências tecnológicas do mercado global. O crescimento do comércio eletrônico e o impacto nas vendas dentro do estado é um dos fatores que tem transformado o desempenho do segmento em Alagoas.

Em entrevista concedida à publicação, o presidente da Federação do Comércio, de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Alagoas (Fecomércio), Wilton Malta, falou ainda sobre outras consequências causadas no setor varejista em virtude do aumento do salário mínimo e das facilidades de acesso ao crédito.

O crescimento do comércio eletrônico e o impacto nas vendas dentro do estado é um dos fatores que tem transformado o desempenho do segmento em Alagoas.

1) Como o senhor avalia o crescimento no salário real durante a última década e o impacto no setor varejista?

O salário real teve um crescimento em paralelo ao crescimento do salário mínimo. Claro que as empresas também são praticamente obrigadas a terem esse crescimento na folha de pagamento em relação a isso. Quanto aos empregos, tivemos algum crescimento considerável, principalmente no nosso segmento do comércio, bens e serviços. Estamos desde o ano de 2007 até 2013 com um número que aponta um crescimento ano a ano, com média entre 2,5% a 3%. Isso somado a esses anos todos ultrapassa a casa dos 22% ou 23% de crescimento de emprego. Os

economistas chamam isso de estoque de emprego. Esse

crescimento é

favorável,

porque essa vinda

de massa salarial no estado favorece o crescimento do comércio. Isso também favorece não só nossa área de comércio e serviços, mas também outros segmentos que não estão diretamente ligados ao nosso. É muito importante que isso permaneça, mas há

uma dificuldade de mantermos esse nível, porque ocorre uma desaceleração da economia motivada por fatores externos e isso tem contribuído para nós enxergarmos um pouco mais à frente certa dificuldade de mantermos esse nível de estoque de emprego.

2) Qual a sua opinião sobre as facilidades para acesso a crédito, que geram crescimento nas vendas e consequente endividamento das famílias nos últimos anos?

Existem facilidades. Várias instituições bancárias têm aberto essas novas linhas de crédito que tem favorecido (o consumidor). Os juros é que não estão tão favoráveis, porque até o custo do dinheiro está um pouco mais elevado do que poderia estar, mas isso é uma consequência da inflação e de fatores que não dizem muito respeito às pessoas que estão no empréstimo. Por exemplo, hoje, a Selic está em aproximadamente 11%, é um valor muito alto. Portanto, há restrição na hora de tomar empréstimo. Mas a facilidade existe. Existem várias linhas de créditos que podem facilitar não só nosso segmento do comércio, mas

Existem várias linhas de créditos que podem facilitar não só nosso segmento do comércio, mas também a parte de aquisição de veículos.

também a parte de aquisição de veículos, que foi um dos itens que teve um grande crescimento. Se falarmos também em termos de casas populares, teve um *boom* no estado, um bom crescimento. Tudo isso vem contribuindo para que haja restrição para algumas pessoas. Esse endividamento com moradia e automóvel, por exemplo, reflete também no nosso comércio. Muitas vezes o consumidor está com certo acúmulo de prestações que não conseguem colocar mais uma prestação para comprar um sapato ou uma confecção.

3) Essa dificuldade causada pelo aumento nas taxas de juros também tem atrapalhado o outro lado da moeda, no caso o setor de varejo que precisa captar empréstimo para ampliar os serviços e fazer melhorias. Qual sua opinião?

Na hora que estamos precisando fazer alguma melhoria em nossas empresas, principalmente nas instalações, também temos uma certa restrição, porque a forma de pagar geralmente é até em 24 meses. É muito

apertado. Algumas linhas de crédito oferecem até 60 meses, dependendo do que a empresa precise, aí dá mais um espaço em juros. Se formos investir em algo como máquina ou caminhão, os juros são melhores. Mas se for algo a curto prazo e não houver as facilidades que as instituições financeiras oferecem, (os investimentos) se tornam mais pesados para nós. A gente restringe um pouco o nosso investimento. Agora, recentemente, concluí a instalação de uma loja em um centro comercial e foi difícil, porque a gente não quer entrar no banco, o custo é mais elevado.

“Se eu tenho no mercado pessoas que já tem uma capacitação, já fez um curso na área de informática ou um treinamento no Senac, claro que eu vou buscar essa pessoa.”

Preferimos sacrificar um pouquinho e fazer uma divisão. Eu precisei investir R\$ 300 mil. Ao invés de tomar empréstimo do valor total de uma vez, eu dividi R\$ 150 mil em duas vezes para poder economizar um pouquinho esses juros. O carro foi diferente, já teve uma facilidade. O IPI até agora ainda não passou para outro patamar, mas quando ele zerou, era mais fácil comprar um carro novo do que um usado.

4) Mas de maneira geral o senhor avalia que é bem mais fácil esse

acesso ao crédito e isso de certa forma tem sido mais positivo que negativo?

Sim. Tem sido positivo, porque se a gente fizer um balanço geral é favorável, com exceção do fator endividamento. Mas o crescimento e essa forma de financiamento têm facilitado o poder de compra e o aumento das vendas.

5) Percebemos um aumento crescente do número de empregos na área de

comércio e serviços.

A que o senhor atribui essa

crescente? O nível

de qualificação dos trabalhadores

vem melhorando?

Até pouco tempo atrás, o empresário era bem menos exigente com a contratação do profissional. Hoje, só queremos ter dentro da nossa empresa pessoas com capacidade. Se eu tenho no mercado pessoas que já tem uma capacitação, já fez um curso na área de informática ou um treinamento no Senac, claro que eu vou buscar essa pessoa. É melhor eu contratar essa pessoa que já tem certa formação do que aquela que ainda está *verde* não sabe se portar dentro de um estabelecimento comercial. Então, hoje

a exigência é maior. Por essa razão, as empresas estão também contribuindo para dar mais capacitação aos nossos futuros empregados. É tanto que hoje tivemos um número crescente de pessoas que procuram para receber essas capacitações, seja na área do Pronatec, seja na área do Senac, todos com gratuidade.

6) Qual o impacto do comércio eletrônico no comércio alagoano? O senhor acha que esse setor ganhará cada vez mais força?

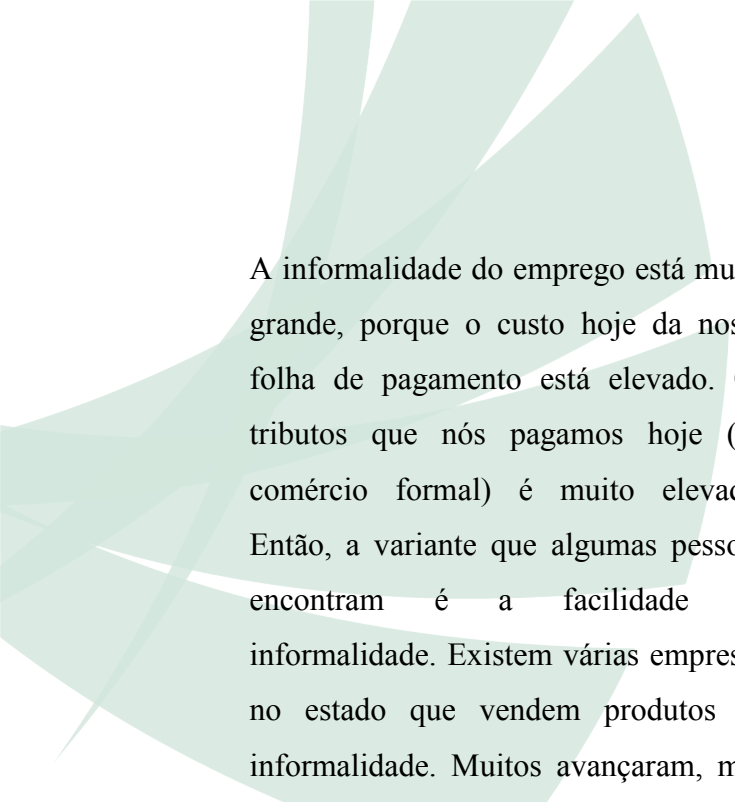
O comércio eletrônico hoje é uma realidade. E é preocupante. Algumas empresas de Alagoas vendem produtos, como material de informática, por exemplo. Mas na hora de pesquisar um computador, as pessoas estão preferindo ir na internet. Pode até ser entregue em Alagoas, mas ela não compra em Alagoas. Recentemente, comprei uns equipamentos via internet, mas quem me entregou foi uma loja de Arapiraca. Não sei como é a negociação lá dentro, mas via internet há certa perda, porque alguns produtos compramos diretamente de lojas que estão fora do nosso estado. Se você entra no site de uma grande empresa varejista, mesmo aquelas que temos loja física aqui, não

deixa de ser uma preocupação para o estado e para nós que temos nossas empresas aqui estabelecidas..

7) E o senhor já tem percebido esse impacto de uma maneira mais concreta?

Sim. Algumas empresas já têm reclamado. O comércio eletrônico, principalmente nesses sites, tem avançado e não existe a fiscalização necessária pelo estado quanto às notas fiscais. Algumas empresas têm dito que, muitas vezes, ao fazer uma licitação, principalmente quando é uma licitação mais aberta, uma pessoa lá no Rio Grande do Sul vende sua cadeira (para o estado). O mobiliário da Fecomércio foi comprado aqui em Alagoas, porque eu determinei a nossa instituição de comprar tudo isso dentro do nosso estado. Mas na hora que uma grande empresa vai comprar e bota o pregão eletrônico, entra quem quer que seja. O formato como esse ICMS que chega aqui é outro ponto que precisa ser observado. O emprego é dado lá fora, mas a gente está comprando aqui.

8) Qual o impacto do setor informal dentro do setor formal varejista? Este tende a contribuir ou impulsionar as vendas do setor formal?



A informalidade do emprego está muito grande, porque o custo hoje da nossa folha de pagamento está elevado. Os tributos que nós pagamos hoje (no comércio formal) é muito elevado. Então, a variante que algumas pessoas encontram é a facilidade da informalidade. Existem várias empresas no estado que vendem produtos na informalidade. Muitos avançaram, mas ainda tem parte dessas pessoas que está na informalidade, não só vendendo produtos, tirando receita do estado, mas também tirando receitas daquelas empresas que estão formalmente constituídas, que tem sua folha de pagamento pesada, que tem vários compromissos não só dentro do estado, do município e da União, como encargos.

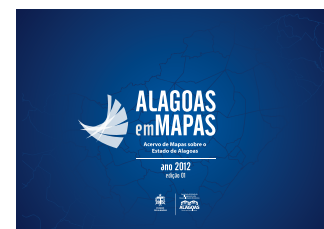
9) Então o senhor avalia como negativa o impacto no setor formal?

É negativo. Não sei em quantas décadas teríamos para melhorar essa cultura da informalidade. É crescente e de certa maneira preocupante, porque o estado perde, não só o empregado (informal) que está lá porque não tem nenhuma contribuição previdenciária e nós que estamos à frente dos nossos negócios formais também perdemos.

CONHEÇA NOSSAS PUBLICAÇÕES

Alagoas em Mapas

Publicação que reúne um conjunto de mapas sobre o Estado e seus municípios, que contempla diversos aspectos das áreas de demografia, caracterização territorial, indicadores sociais e econômicos, infraestrutura, além de uma composição de imagens anáglifas para visualização em 3D.

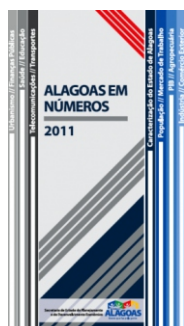
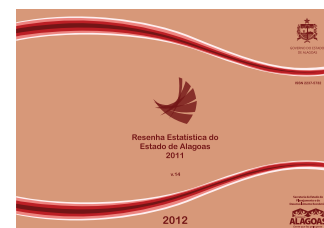


Anuário Estatístico do Estado de Alagoas

Publicação que reúne um conjunto de dados estatísticos do Estado e dos municípios de Alagoas nas áreas da educação, saúde, saneamento, segurança pública, eleitorado, mercado de trabalho, atividades agropecuárias, atividades industriais, serviços, finanças, comércio de mercadorias, instituições financeiras, dentre outros.

Resenha Estatística do Estado de Alagoas

Publicação que reúne um conjunto resumido dos principais dados estatísticos do Estado de Alagoas nas áreas da educação, saúde, saneamento, segurança pública, eleitorado, mercado de trabalho, atividades agropecuárias, atividades industriais, serviços, finanças, comércio de mercadorias, instituições financeiras, dentre outros.



O Alagoas em Números é uma publicação anual elaborada pela SEPLANDE com o intuito de disponibilizar à sociedade, informações referentes à realidade socioeconômica Alagoana. Através da 1ª edição do Alagoas em Números, a SEPLANDE apresenta um panorama do cenário do Estado de Alagoas em 2011, trazendo uma coletânea de dados referentes às dimensões fisiográfica, demográfica, desenvolvimento humano, infra-estrutura, desenvolvimento econômico e finanças públicas, constituindo-se em uma grande fonte de consulta para a sociedade.

Alagoas em Números

Contas Regionais do Estado de Alagoas

Publicação que divulga os resultados do Produto Interno Bruto do Estado de Alagoas bem como a análise das informações desagregadas por segmentos e atividades econômicas, baseado em metodologia nacional e comparável com as demais Unidades da Federação.



Produto Interno Bruto dos Municípios Alagoanos

Publicação que divulga os resultados do Produto Interno Bruto dos Municípios do Estado de Alagoas bem como a análise das informações desagregadas por segmentos e atividades econômicas, baseado em metodologia nacional e comparável com as demais Unidades da Federação.

CONHEÇA NOSSAS PUBLICAÇÕES

Conjuntura Econômica do Estado de Alagoas

Publicação que descreve o comportamento de curto prazo da economia alagoana. Seu propósito é registrar e analisar, por meio de indicadores macroeconômicos específicos, os fatores e informações dos principais setores ao longo do tempo, permitindo o acesso e a compreensão de parte da história da economia do estado.

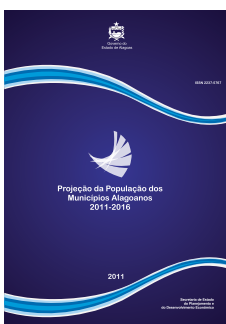
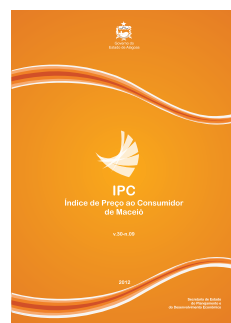


Agropecuária dos Municípios Alagoanos

Publicação que permite ao leitor conhecer a situação da agricultura e da pecuária de toda Alagoas. Aqui é possível encontrar informações relativas à área plantada e colhida, quantidade produzida e valor da produção dos bens de consumo agrícolas no estado; além do efetivo pecuário e dos produtos de origem animal. A publicação leva em consideração o total de municípios alagoanos e é realizado num período anual desde 2004.

IPC - Índice de Preço do Consumidor de Maceió

Publicação que apresenta os resultados do Índice de Preços ao Consumidor de Maceió - IPC, índice que calcula a variação de preços de uma cesta de bens e serviços consumidos pela população na área urbana de Maceió, compreendendo a faixa de renda de um a oito salários mínimos.



Projeção da População dos Municípios Alagoanos

Publicação que apresenta as estimativas da população do Estado e dos municípios de Alagoas, contendo informações são disponíveis por localização e gênero.

Todas as publicações estão disponíveis no Portal Alagoas em Dados e Informações, na seção Publicações.

Conheça o Portal ALAGOAS EM DADOS E INFORMAÇÕES

O portal Alagoas em Dados e Informações é uma plataforma interativa de acesso útil, rápido e fácil para consulta e utilização de dados e informações socioeconômicas de Alagoas.

Pensando em você que deseja conhecer mais sobre a Economia e a Sociedade do Estado de Alagoas, de uma maneira confiável e segura, fazemos este convite para navegar por este instrumento interativo de informação e conhecimento.

Conheça o Portal Alagoas em Dados e Informações: Alagoas num só lugar, em todo lugar.

ACESSE: <http://informacao.seplande.al.gov.br>



NORMAS PARA ENVIO DE ARTIGOS CIENTÍFICOS E NOTAS TÉCNICAS

01. Áreas Temáticas

Os artigos devem ser escritos de acordo com as seguintes áreas temáticas:

- Os três Setores econômicos (indústria, serviços e agropecuária) e suas subdivisões;
- Desenvolvimento regional, Territorial e Meio ambiente;
- Setor Público.

02. Padrão para envio de notas técnicas:

- Os arquivos para submissão deverão estar em formato Microsoft Word (.doc ou .docx),
- OpenOffice (.odt) ou RTF (desde que não ultrapassem 2MB);
- A identificação de autoria do trabalho deve ser removida do arquivo e das suas propriedades, garantindo desta forma o critério de sigilo do processo de submissão para a publicação;
- Resumo contendo no máximo 10 linhas e palavra-chave;
- Formato A4, espaçamento de 1,5 cm, com margens de 3 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12, máximo de 7 e mínimo de 4 páginas, incluindo notas, tabelas, gráficos e referências bibliográficas;
- Duas cópias do trabalho, sendo uma com Identificação do autor, com nome completo, titulação acadêmica, nome das instituições a que está vinculado, e-mail e telefone; e outra cópia anônima;
- Arquivos editados exclusivamente nos formatos acima, que devem ser enviados à Superintendência de Produção da Informação e do Conhecimento (Sinc), através da Chamada de Trabalhos do Portal Alagoas em Dados e Informações, podendo ser acessada através do link: <http://migre.me/ffS6R>
- Tabelas, ilustrações ou gráficos (em formato de planilha eletrônica – Excel (.xls ou .xlsx) ou openoffice calc (.ods) com legendas numeradas e apresentadas no corpo do texto;
- Notas de rodapé explicativas ou complementares curtas, numeradas em ordem sequencial;
- Citações, até três linhas, entre aspas, na sequência do texto; com mais de três linhas, apresentadas em outro parágrafo, com avanço de 1 cm e fonte de tamanho 10, sem aspas, preferencialmente identificadas pelo sistema autor-data (NBR. 10.520 da ABNT);

- Referências bibliográficas completas e precisas, segundo as normas para Referências Bibliográficas NBR 6.023, da ABNT.03.

03. Padrão para envio de artigos científicos:

- Resumo contendo no máximo 10 linhas e palavra-chave;
- Os arquivos para submissão deverão estar em formato Microsoft Word (.doc ou .docx),
- OpenOffice (.odt) ou RTF (desde que não ultrapassem 2MB);
- A identificação de autoria do trabalho deve ser removida do arquivo e das suas propriedades, garantindo desta forma o critério de sigilo do processo de submissão para a publicação;
- Formato A4, espaçamento de 1,5 cm, com margens de 3 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12, máximo de 12 e mínimo de 9 páginas, incluindo notas, tabelas, gráficos e referências bibliográficas;
- Duas cópias do trabalho, sendo uma com Identificação do autor, com nome completo, titulação acadêmica, nome das instituições a que está vinculado, e-mail e telefone; e outra cópia anônima;
- Arquivos editados exclusivamente nos formatos acima, que devem ser enviados à Superintendência de Produção da Informação e do Conhecimento (Sinc), através da Chamada de Trabalhos do Portal Alagoas em Dados e Informações, podendo ser acessada através do link: <http://migre.me/ffS6R>
- Tabelas, ilustrações ou gráficos (em formato de planilha eletrônica – Excel .xls;.xlsx ou openoffice calc .ods) com legendas numeradas e apresentadas no corpo do texto;
- Notas de rodapé explicativas ou complementares curtas, numeradas em ordem sequencial;
- Citações, até três linhas, entre aspas, na sequência do texto; com mais de três linhas, apresentadas em outro parágrafo, com avanço de 1 cm e fonte de tamanho 10, sem aspas, preferencialmente identificadas pelo sistema autor-data (NBR. 10.520 da ABNT);
- Referências bibliográficas completas e precisas, segundo as normas para Referências Bibliográficas NBR 6.023, da ABNT.

